



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS - LIBRAS



**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS - LIBRAS
PRESENCIAL**

TERESINA- 2019
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS - LIBRAS

Projeto Pedagógico do Curso de
Licenciatura em Letras - LIBRAS –
Presencial, Universidade Federal do Piauí,
Campus Ministro Petrônio Portela, no
município de Teresina – Piauí, a ser
implementado/implantado em 2019.2

TERESINA- 2019
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

REITOR

Prof. Dr. José Arimatéia Dantas Lopes

VICE-REITORA

Prof. Dra. Nadir do Nascimento Nogueira

PRÓ-REITOR (A) DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Prof. Dr. André Macedo Santana

PRÓ-REITOR (A) DE ADMINISTRAÇÃO

Lucas Lopes de Araújo

PRÓ-REITOR (A) DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Prof. Dra. Romina Julieta Sanchez Paradizo de Oliveira

PRÓ-REITOR (A) DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Prof. Dr. João Xavier da Cruz Neto

PRÓ-REITOR (A) DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Prof. Dra. Regina Lúcia Ferreira Gomes

PRÓ-REITOR (A) DE EXTENSÃO E CULTURA

Prof. Dra. Cleânia de Sales Silva

PRÓ-REITOR (A) DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS

Prof. Dra. Adriana de Azevedo Paiva

PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Romina Julieta Sanchez Paradizo de Oliveira

Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Maraisa Lopes

Coordenadora Geral de Graduação

Maria Rosália Ribeiro Brandim

Coordenadora Geral de Estágio

Mirtes Gonçalves Honório

Coordenadora de Desenvolvimento e Acompanhamento Curricular

Lucyana Oliveira Barbosa

Diretora de Administração Acadêmica

Rosa Lina Gomes do N. Pereira da Silva

Coordenadora de Administração Acadêmica Complementar

Josânia Lima Portela Carvalhedeo

Coordenadora de Seleção e Programas Especiais

Ana Caroline Moura Teixeira

Assistente da Pró-Reitora

**CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS - LIBRAS**

DIRETOR:

Prof. Dr. Carlos Sait Pereira de Andrade

VICE-DIRETOR:

Profa. Dra. Romina Julieta Sanchez Paradizo de Oliveira

COORDENADOR DO CURSO:

Profa. Me. Ádila Silva Araújo Marques

SUBCOORDENADOR DO CURSO:

Profa. Me. Leila Rachel Barbosa Alexandre

COMPOSIÇÃO DO COLEGIADO DO CURSO

Profa. Me. Adila Silva Araújo Marques (Letras - LIBRAS)

Profa. Dra. Maraisa Lopes (Letras - LIBRAS)

Prof. Me. Clevisvaldo Pinheiro de Lima (Letras - LIBRAS),

Profa. Dra. Heloíza Ribeiro de Sena Monteiro (DMTE),

Prof. Dr. Cassio Eduardo Soares Miranda (DEFE)

Carlos Douglas Carvalho de Macedo (discente Letras - LIBRAS)

COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO

Profa. Me. Ádila Silva Araújo Marques

Profa. Me. Leila Rachel Barbosa Alexandre

Profa. Dra. Maraisa Lopes

Profa. Me. Valdeny Aragão da Costa Campelo

Prof. Esp. Rhuan Lucas Braz Silva

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

(para a criação do curso)

Prof. Dr Francisco Wellington Borges Gomes

Profa. Dra. Beatriz Gama Rodrigues

Profa. Me. Dannytza Serra Gomes

Profa. Me. Diná Sousa da Silva

Profa. Me. Carolina de Aquino Gomes

IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA

MANTENEDORA: FUFPI

RAZÃO SOCIAL: Universidade Federal do Piauí

SIGLA: UFPI

NATUREZA JURÍDICA: Pública

CNPJ: 06.517.387/0001-34

ENDEREÇO: Campus Universitário Ministro Petrônio Portella – Bairro Ininga s/n CEP: 64049-550

CIDADE: Teresina

TELEFONE: (86) 3215-5511

E-MAIL: scs@ufpi.edu.br

PÁGINA ELETRÔNICA: www.ufpi.br

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

DENOMINAÇÃO DO CURSO: Licenciatura em Letras – LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais)

CÓDIGO DO CURSO: 1270583

CRIAÇÃO DO CURSO:
Resolução CEPEX/UFPI Nº 212

Publicação: 11.12.2012

RECONHECIMENTO DO CURSO:

Portaria MEC Nº 855

Publicação: 30.11.2018

TÍTULO ACADÊMICO: Licenciado em Letras - LIBRAS

MODALIDADE: Ensino Presencial

DURAÇÃO DO CURSO:

Mínimo: 04 anos

Máximo: 06 anos

Para alunos com necessidades educacionais especiais acrescentar até 50% do prazo máximo de permanência no curso.

VAGAS AUTORIZADAS: 30 vagas anuais.

ACESSO AO CURSO: Primeiro ano ENEM e anos seguintes Vestibular.

REGIME LETIVO: Semestral

TURNO(S) DE OFERTA: Integral

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Disciplinas Obrigatórias	2055	137
Disciplinas Optativas	120	8
Trabalho de Conclusão de Curso	120	8
Atividades Complementares	200	---
Atividades Curriculares de Extensão (ACE)	320	---
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	405	27
TOTAL	3220	180

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Justificativa	10
1.2 Contexto regional e local	12
1.3 Histórico e estrutura organizacional da UFPI e do Curso	13
1.3.1 Princípios de Organização da Estrutura	16
1.3.2 Histórico do Curso de Letras e suas Concepções	16
1.3.3 Considerações sobre o percurso deste Projeto Pedagógico	19
2 CONCEPÇÃO DO CURSO	20
2.1 Princípios curriculares e especificidades do Curso	20
2.2 Objetivos do curso	23
2.3 Perfil do egresso	24
2.4 Competências e Habilidades	26
2.5 Perfil do corpo docente	27
3 PROPOSTA CURRICULAR	28
3.1 Estrutura e organização curricular	28
3.1.1 Matriz Curricular	29
3.1.2 Prática como componente curricular	33
3.2 Fluxograma	39
3.3 Estágio, atividades complementares, extensão e trabalho de conclusão	39
3.3.1 Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	40
3.3.2 Estudos Independentes (Atividades Acadêmico-Científico-Culturais)	48
3.3.3 Atividade Curricular de Extensão	57
3.3.4 O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC	59
3.4 Metodologia	60
3.4.1 Material didático específico	61
3.4.2 Previsão de atendimento a estudantes com necessidades especiais	62
4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS	62
4.1 Políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão	62
4.2 Apoio ao discente	64
5 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO	65
5.1 Avaliação da aprendizagem	65
5.2 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso	68
6 EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS (BIBLIOGRAFIA)	69
6.1 Disciplinas Obrigatórias	69

6.2 Disciplinas optativas	102
7 INFRAESTRUTURA FÍSICA	115
7.1 Instalações, equipamentos	115
7.2 Biblioteca	116
8 DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS	117
8.1 Equivalência entre projetos pedagógicos	117
8.2 Cláusula de vigência	121

APRESENTAÇÃO

O Departamento de Letras (hoje extinto), do Centro de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal do Piauí, considerando os desafios da Educação Superior diante das intensas transformações que têm ocorrido na sociedade contemporânea, colaborou com a proposição de implementação do Projeto Pedagógico do Curso de Letras - Língua Brasileira de Sinais, doravante Letras - LIBRAS.

Os Cursos de Letras da Universidade Federal do Piauí foram fundamentados numa perspectiva histórico-cultural, com o objetivo de construir uma visão de língua mais ampla, não somente como um fenômeno linguístico, mas como uma ferramenta que possibilite o engajamento discursivo de seus usuários, concebendo a linguagem como um ato ou prática social. Atualmente, este Departamento encontra-se extinto, pois, para que houvesse a modernização e adequação à nova sistemática organizacional adotada pela Universidade Federal do Piauí, optara-se pela divisão entre as Coordenações de Letras Estrangeiras e Letras Vernáculas, as quais são responsáveis pela oferta dos seguintes cursos: Letras - Língua Portuguesa e Literaturas; Línguas Portuguesa e Francesa e Literaturas; e Língua Inglesa e Literaturas. Diante da necessidade de prepararmos professores para uma sociedade mais inclusiva, acredita-se que cabe à UFPI também oferecer o Curso de Licenciatura em Letras - LIBRAS.

As disciplinas específicas e de formação de professores que constituem este curso foram pensadas a fim de que os graduandos compreendam o processo de constituição das línguas, dos textos, dos discursos e dos sujeitos que os utilizam sempre articulando a teoria à prática, de acordo com as novas diretrizes da educação nacional.

1 INTRODUÇÃO

1.1 Justificativa

Este Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras – LIBRAS¹, do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí, constitui-se de uma base formada por conhecimentos linguísticos e culturais que se inter-relacionam com o fenômeno educativo,

¹ Este Projeto Pedagógico foi elaborado, em sua versão inicial, com base no Projeto Pedagógico do Curso de Letras LIBRAS da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) de 2008, cedido, gentilmente, por professores do curso.

compreendendo a linguagem como uma ferramenta de comunicação e de participação social, promovendo o desenvolvimento de cidadãos críticos e reflexivos. Espera-se poder trabalhar questões educacionais de acordo com a realidade do Estado do Piauí, a fim de oferecer meios para qualificar o futuro professor de LIBRAS e Literatura em Língua de Sinais com novas formas de intervenções pela aplicação de novas ferramentas metodológicas.

A implantação do Curso de Licenciatura em Letras - LIBRAS visa a, em primeiro lugar, contribuir para o cumprimento do papel constitucional de prover ensino público de qualidade para a população em geral, com vistas a atender, de forma eficiente, às demandas de qualificação profissional de um mercado de trabalho progressivamente exigente, no qual não se admite a exclusão de pessoas com necessidades específicas, tais como surdez. Com base nesse princípio norteador, o curso atenderá à carência de profissionais habilitados em ensino de LIBRAS, cientes que seu papel de professores de línguas passa também pela possibilidade de garantir a acessibilidade e a comunicação entre pessoas com deficiência auditiva usuárias de LIBRAS e falantes de língua portuguesa, abrindo portas para que surdos e deficientes auditivos tenham os mesmos direitos que quaisquer outros cidadãos.

Os egressos deste curso de Letras preencherão as insuficiências de profissionais devidamente habilitados e capacitados para atuar nas redes municipal, estadual e particular de ensino no estado do Piauí, prestando um serviço educacional com bases formadoras vindas do Ensino Superior, com a qualidade proporcionada por uma graduação da Universidade Federal do Piauí.

O Curso de Letras - LIBRAS está fundamentado numa perspectiva histórico-cultural, tendo como eixo articulador a interdisciplinaridade, com o objetivo de construir uma visão de língua (oralizada, sinalizada e/ou mediatizada) mais ampla, não somente como um fenômeno linguístico, mas como uma ferramenta que possibilite o engajamento discursivo de seus usuários, concebendo a linguagem como um ato ou prática social.

As disciplinas específicas e de formação de professores que constituem o currículo deste curso foram pensadas a fim de que os graduandos compreendam o processo de constituição das línguas, dos textos, dos discursos e dos sujeitos que os utilizam, sempre articulando a teoria à prática.

A implantação do curso de Letras - LIBRAS representa mais um passo com vistas a consolidar a presença de qualidade da UFPI nas mais diversas áreas do Estado, que carecem, em caráter de urgência, de oferta de ensino de qualidade em uma área estratégica para o crescimento socioeconômico, principalmente em função do papel destinado ao curso de Letras no tocante à

importância da formação de professores de Letras - LIBRAS como uma ferramenta que possibilite ao aluno aumentar sua autopercepção como ser humano e como cidadão.

Com efeito, o Curso de Letras assume um papel fundamental para o desenvolvimento socioeconômico da sociedade brasileira, em especial, da sociedade piauiense, cujos índices de analfabetismo são alarmantes e a população de deficientes auditivos é muito alta. Acredita-se que a formação de professores de LIBRAS, cômicos da importância de oferecer oportunidades de comunicabilidade e de desenvolvimento acadêmico e profissional para deficientes auditivos, pode auxiliar a reduzir esses dados tão alarmantes, ao oferecer caminhos para que os alunos desenvolvam suas habilidades linguísticas, aumentando, assim, seu letramento e permitindo que sua visão de mundo seja ampliada. Desta forma, o curso de Letras - LIBRAS pode ajudar a formar cidadãos mais conscientes e aptos a lidar com diferentes linguagens, interagindo de várias formas com diferentes textos e pessoas.

Dessa maneira, um letramento básico bem sedimentado permitirá suplantar a carência de mão-de-obra qualificada para as mais diversas áreas de atuação profissional. Isso posto, torna-se irretorquível o caráter estratégico do curso de Letras e a necessidade premente da formação de profissionais qualificados nessa área.

A formação de professores e outros profissionais de LIBRAS têm demonstrado resultados satisfatórios nas experiências existentes em outras universidades federais e responde a uma crescente demanda pela educação e acessibilidade através do ensino superior.

1.2 Contexto regional e local

Nessa trajetória histórica, antes relatada, percebia-se que a UFPI, até 2014, ainda não estava atendendo a uma grande demanda social que envolve a formação de professores de Letras - LIBRAS. Essa demanda se justifica por vários fatores, tais como a população de surdos no Estado do Piauí² e a dificuldade de seu acesso à Educação Básica formal e, principalmente, ao Ensino Superior.

² Segundo o Censo do IBGE de 2010, no Piauí, a porcentagem de portadores de deficiências é bem elevada, com mais de 140.000 deficientes auditivos (http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=pi&tema=censodemog2010_defic). Segundo o site de notícias piauiense 180 graus (01.10.2010 - <http://180graus.com/geral/95-dos-surdos-do-piaui-sao-analfabetos-26706.html>), 95% dos surdos do Piauí são analfabetos, entre outros motivos, por não terem acesso à educação formal. Na mesma

O Curso Licenciatura em Letras - LIBRAS é uma proposição para atender às demandas impostas pela inclusão dos surdos na educação e à inclusão da Língua Brasileira de Sinais nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e Fonoaudiologia, conforme previsto no decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, a respeito da formação de professores para o ensino de LIBRAS em séries finais do Ensino Fundamental e Médio e da demanda social, além de garantir a acessibilidade, conforme previsto na Lei nº 10.048 e seu decreto 5.296, de 2 de dezembro do 2004.

Vale lembrar que este curso tem como objetivo principal formar professores de LIBRAS que atuem junto às séries finais do Ensino Fundamental e ao Ensino Médio, tal qual em ambientes de formação não-formais, tendo tido como incentivo para a implantação do curso uma iniciativa do Ministério da Educação e Cultura – MEC, por meio do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limites, que estimulou a implementação de Cursos de Licenciatura em Letras - LIBRAS nas IES , de forma a efetivar as prerrogativas da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, da Organização das Nações Unidas – ONU, aprovado no Brasil com valor de emenda constitucional.

1.3 Histórico e estrutura organizacional da UFPI e do Curso

A Universidade Federal do Piauí foi instituída sob a forma de Fundação, por meio da Lei Federal Nº 5.528, de 12 de novembro de 1968, publicada no Diário Oficial da União em 14 de novembro de 1968. Originou-se da junção de algumas faculdades isoladas até então existentes no Piauí: Faculdade de Direito do Piauí, Faculdade de Medicina do Piauí, Faculdade Católica de Filosofia do Piauí, Faculdade de Enfermagem e Odontologia do Piauí, de Teresina, e Faculdade de Administração do Piauí, de Parnaíba.

Posteriormente, a formação do seu patrimônio foi regulamentada por intermédio do Decreto-Lei Federal Nº 656, de 27 de junho de 1969, por sua vez, publicado no Diário Oficial da União no dia 30 de junho do mesmo ano. Também teve sua instituição publicada no Diário Oficial do Estado do Piauí Nº 209, em 22 de dezembro de 1969.

Após a superação das exigências legais para a implantação da UFPI, sua instalação se consolidou em 1º de março de 1971, no Salão de Festas da Sociedade Civil Clube dos Diários, em Teresina, Piauí, em solenidade pública dirigida pelo então Diretor da Faculdade de Direito do Piauí, Professor Robert Wall de Carvalho, investido naquele ato histórico-político de Reitor *Pro Tempore* e, presidida pelo então Governador do Estado do Piauí, João Clímaco D’Almeida. A partir de então começaram, de fato, as atividades acadêmico-administrativas de uma Instituição de Educação Superior da maior significância para o desenvolvimento social, econômico, político e cultural do Estado do Piauí.

Seu Estatuto foi aprovado pelo Decreto 66.651, de 01 de junho de 1970, tendo sido apenas “uma expressão de vontades”. O segundo Estatuto foi aprovado pelo Decreto 72.140 de 26 de abril de 1973, publicado no DOU de 27/04/73 e sofreu ulteriores alterações (Portaria MEC nº 453, de 30/05/78, publicado no DOU de 02/06/78, Portaria MEC nº 180, de 05/02/93, publicada no DOU nº 26, de 08/02/1993). A reformulação, objetivando a adaptação à LDBE/1996 foi autorizada pela Res. CONSUN nº 15/99, de 25/03/99 e Parecer nº 665/95, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE), aprovado pela Portaria MEC nº 1.225, de 30/07/99, publicada no DOU nº 147-E, de 03/08/99.

O Regimento Geral da UFPI foi adaptado à LDBE/1996 através da Resolução do CONSUN nº 45/99, de 16/12/99 e alterado posteriormente pela Resolução nº 21, de 21/09/2000. O Estatuto da Fundação (FUFPI) foi aprovado pela Portaria MEC 265, de 10 de abril de 1978 e alterado pela Portaria MEC nº 180, de 05 de fevereiro de 1993, publicada no DOU de 08 de fevereiro de 1993. De 1971 a 2005 a UFPI trabalhou apenas com ensino presencial, porém em 2006, conforme previa o PDI 2005-2009, houve o credenciamento para ensino a distância e criação do Centro de Educação a Distância (CEAD), após concorrer à Chamada Pública do Edital nº. 01 de 20 de dezembro de 2005, como objetivos oferecer educação gratuita e de qualidade à população piauiense, em seu respectivo domicílio; criar cursos que atendam às necessidades sócio-econômicas de cada região e; administrar as atividades técnicas administrativas junto às devidas coordenações responsáveis pelo funcionamento do CEAD. Inicialmente, foi criado o curso Bacharelado em Administração, em caráter experimental e, no segundo semestre de 2006, ocorreu a ampliação do número de cursos ministrados na modalidade EAD, tendo sido criadas oito novas graduações. A partir de 2006, após a adesão ao Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, o qual tem por objetivo dotar as universidades federais das condições necessárias para ampliação do acesso e permanência na educação superior, de forma a consubstanciar Plano de Desenvolvimento da

Educação – PDE (Lei nº 10.172/2001), quando estabelece o provimento da oferta de educação superior para, pelo menos, 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, até o final da década.

Considerando-se a insuficiência da oferta de vagas, em termos quantitativos, pelo sistema federal de ensino superior, para atender à demanda de educacional do Estado, a UFPI realizou estudos e debates internos e externos acerca do REUNI para possibilitar a expansão da oferta, sem prejudicar o patamar de excelência, alcançado pelas universidades federais brasileiras ao longo das últimas décadas.

Em decorrência deste trabalho de expansão e interiorização, no processo seletivo para ingresso de alunos nos cursos de Graduação da UFPI em 2018.1, foram oferecidas mais de 3000 (três mil) vagas no SISU, em ensino presencial, nas modalidades bacharelado e licenciatura, nos cinco Campi da Universidade.

Em observância à política de inclusão social, a UFPI destina vagas para candidatos que cursaram a Educação Básica (Ensino Fundamental e Ensino Médio) integral e exclusivamente em Escolas Públicas e demais cotas propostas pelo Governo Federal.

Para o ensino EaD foram oferecidas em 2016 um total de 9310 (nove mil trezentas e dez) vagas para 14 (quatorze) cursos, nas modalidades bacharelado e licenciatura, ministrados através do Centro de Educação Aberta a Distância (CEAD), tanto na sede dos Campi como em outros municípios, perfazendo 41 (trinta e um) Polos situados em 39 (trinta e nove) diferentes cidades do Estado do Piauí e 02 (duas) na Bahia. Para ingresso nos cursos de Educação Básica (Ensino Médio), em 2018, foram oferecidas 640 vagas nos Colégios Técnicos de Teresina, Floriano e Bom Jesus.

Ao lado de uma política de expansão que perpassa a trajetória da UFPI desde sua fundação, a Instituição tem-se pautado por parâmetros de mérito e qualidade acadêmica em todas as suas áreas de atuação. Seus docentes têm participação em comitês de assessoramento de órgãos de fomento à pesquisa, em comitês editoriais de revistas científicas e em diversas comissões de normas técnicas, além de outros comitês de importância para as decisões de políticas estaduais e municipais.

Como instituição de ensino superior integrante do sistema federal de ensino superior brasileiro, a UFPI é a maior universidade pública e a única de natureza federal do Estado do Piauí, destacando-se não apenas pela abrangência de sua atuação, como pelo crescimento dos

índices de produção intelectual, características estas que a projetam em uma posição de referência e de liderança regional.

Estatísticas recentes fazem menção à importância da produção científica da Universidade, as quais são referendadas pela CAPES, uma vez que aquela Fundação constatou o crescimento expressivo do trabalho, o que possibilitou, nos últimos anos, a implantação de mais que o dobro do número de programas de pós-graduação existentes até então.

1.3.1 Princípios de Organização da Estrutura

A estrutura organizacional da UFPI, segundo o seu Estatuto, é regida pelos seguintes princípios:

“a) unidade de patrimônio e administração; b) organicidade de estrutura, com base em Departamentos reunidos em unidades denominadas Centros de Ciências e de Tecnologia, de coordenação setorial; c) indissociabilidade das funções de ensino, pesquisa e extensão, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes; d) racionalidade de organização, com utilização plena de recursos humanos e materiais; e) universalidade de campo, pelo cultivo das áreas fundamentais dos conhecimentos humanos e de áreas técnico-profissionais; f) flexibilidade de métodos e critérios, com vistas às diferenças individuais dos alunos, às peculiaridades regionais e às possibilidades de combinação dos conhecimentos para novos cursos e projetos de pesquisa”.

A observância destes princípios é regida pelas seguintes normas:

- As Unidades de ensino são órgãos, simultaneamente, de ensino, pesquisa e extensão nos respectivos campos de estudo;
- O ensino, a pesquisa e a extensão desenvolvem-se mediante a cooperação das unidades responsáveis pelos estudos compreendidos em cada área pertinente;

Existem Órgãos Suplementares, de natureza técnica, cultural, científica, recreativa e assistencial para seus corpos docentes, discentes e administrativos.

1.3.2 Histórico do Curso de Letras e suas Concepções

“A história do Curso de Letras, no Piauí, se inicia com a criação da Sociedade Piauiense de Cultura [em 29 de maio de 1957²], órgão idealizado por D. Avelar Brandão Vilela, arcebispo de Teresina” [que] “objetivava, dentre outras atividades, à instalação de cursos de Ensino

Superior no Estado, [de modo que], em cumprimento à meta proposta, foi criada a Faculdade de Filosofia do Piauí, em 16 de junho de 1957” (RÊGO; MAGALHÃES, 1991, p. 17).

A isso se seguiram, cronologicamente, os seguintes eventos:

- a) Envio, por seu primeiro diretor, prof. Clemente Honório Parentes Fortes, de solicitação de funcionamento da FAFI ao MEC, em julho de 1957 (outro seu diretor foi, por impedimento do titular, o professor Raimundo José Airemores Soares);
- b) Leitura, em 5 de fevereiro de 1969 e aprovação no dia 10, do Parecer 03/1958, da Comissão de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação, que autorizou o funcionamento da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí;
- c) Autorização, via Decreto no. 43.402, de 18 de fevereiro de 1968, publicada no DOU do dia 20, do funcionamento da Faculdade, cujo conhecimento à sua Diretoria se deu por telegrama do diretor de Ensino Superior do MEC, em 24 de março de 1957;
- d) Ingresso da primeira turma de Bacharelado em Letras Neolatinas, após concurso de habilitação realizado entre 31 de março e 2 de abril de 1958, com aprovação de doze candidatos;
- e) INSTALAÇÃO OFICIAL DA FAFI, em 7 de abril de 1958, no auditório do Colégio Sagrado Coração de Jesus, com aula inaugural proferida pelo prof. Clemente Honório Parentes Fortes;
- f) INÍCIO DAS ATIVIDADES DA FACULDADE (cujos professores, aliás voluntários, recebiam remuneração simbólica), com três cursos de bacharelado: LETRAS NEOLATINAS, Filosofia e Geografia/História, sendo que, nesse começo, licenciaram-se professores em Português e em até três de quatro habilitações: Francês, Espanhol, Italiano, Latim e Literaturas correspondentes;
- g) Formatura, em dezembro de 1960, da primeira turma (denominadas Dom Avelar Brandão Vilela) de Bacharéis em Letras Neolatinas pela FAFI;
- h) Oferta, em 1963, aos bacharelados em Letras da primeira turma, a de 1960, do Curso de Didática, que lhes garantiu, também, o licenciamento, devido à reforma curricular de 1962, em conformidade com a qual “alguns Cursos de Letras incluíram as disciplinas pedagógicas do antigo Curso de Didática nos seus currículos, transformando-os em Licenciaturas” (RÊGO; MAGALHÃES, 1991, p. 21);
- i) Orientação proposta pela reforma curricular de 1962, que a FAFI seguiu, fez com que o Curso de Letras ficasse, mesmo após sua efetiva transferência para a Universidade Federal do Piauí (UFPI), com a habilitação em Português e Literaturas de Língua

Portuguesa, surgindo depois as em Inglês e em Francês, com as respectivas Literaturas, que perduram até hoje;

- j) RECONHECIMENTO dos cursos criados pela FAFI em 1958 se deu em 23 de julho de 1964, via Decreto 54.038/1964;
- k) Reconhecimento, via Lei 2.877, de 6 de junho de 1968, publicada no DOE do dia 7, da FAFI como entidade de utilidade pública;
- l) TRANSFERÊNCIA legal do Curso de Licenciatura em Letras da FAFI para a UFPI, em 1971, com a criação, no CCHL - Centro de Ciências Humanas e Letras, do Departamento de Letras;
- m) TRANSFERÊNCIA efetiva do Curso de Letras da FAFI para a UFPI, em 1972;
- n) Extinção da FAFI, em 1972, devido à transferência efetiva de seus cursos para a UFPI.

Na UFPI, o Curso de Licenciatura em Letras ficou sob a gestão do Departamento de Letras, órgão já extinto, cujo primeiro chefe foi a professora Maria de Lourdes Leal Nunes de Andrade Brandão, tendo as atividades iniciadas em 1973, com habilitação apenas em Português e Literaturas de Língua Portuguesa. Outros momentos históricos do Curso de Letras, já na UFPI, foram, em ordem cronológica:

- a) Implantação da habilitação em Inglês e literatura correspondente e da habilitação em Francês e literatura correspondente;
- b) Implantação oficial, em 1985, em cumprimento à Resolução 014/85 do CEPEX, que institucionalizou as Coordenações de Cursos na UFPI, da Coordenação do Curso de Letras;
- c) Implantação, em 1987, do Curso de Especialização em Língua Portuguesa, de natureza pública e gratuita;
- d) Implantação, em 2004, do Curso de Mestrado Acadêmico em Letras, com áreas de concentração em Estudos Linguísticos e Estudos Literários e linhas de pesquisa em Literatura, Cultura e Sociedade e Sociedade, Linguagem e Discurso: Análise e Variação;
- e) Implantação, em 2014, do Curso de Licenciatura em Letras - LIBRAS;

Atualmente, os cursos de Letras da UFPI possuem estrutura bastante autônoma, cabendo às suas coordenações as ofertas relativas aos cursos de: Língua Portuguesa e Literaturas na língua correspondente;

- a) Língua Inglesa e Literatura correspondente;
- b) Língua Portuguesa e Literaturas correspondentes;
- c) Línguas Portuguesa e Francesa e Literaturas correspondentes;
- d) Letras - LIBRAS.

1.3.3 Considerações sobre o percurso deste Projeto Pedagógico

As reflexões que norteiam a segunda (re)construção deste Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras - LIBRAS partem também da observação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, do Plano Nacional de Educação, Lei 13.005/2014, do Parecer CNE/CP 02/2015, da Resolução CNE/CP 02/2015, que “define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada”, bem como da Resolução 220/2016 CEPEX-UFPI, que “define as diretrizes curriculares para a formação em Nível Superior de profissionais do Magistério para a Educação Básica na UFPI”.

O primeiro Projeto Pedagógico do Curso de Letras-LIBRAS, aprovado em 11 de dezembro de 2012, através da Resolução 212/12 CEPEX-UFPI, em 2014, passou por algumas reformulações necessárias para atender melhor à demanda do Curso de Letras-LIBRAS, tendo sido aprovado por meio da Portaria PREG/CAMEN Nº 312, de 22 de setembro de 2014, uma vez que não houve modificação de carga horária. Com a publicação da Resolução nº2, de 1º de julho de 2015, bem como a Resolução 220/2016 CEPEX-UFPI, uma nova reformulação se faz necessária, a qual se apresenta por meio do presente texto. Para tal reformulação, o NDE reuniu-se com alunos egressos do curso para conhecer suas impressões sobre a formação que tiveram e receber suas sugestões sobre alterações que julgavam necessárias para melhorar a sua qualidade. Ademais, o NDE se reuniu com os demais docentes do curso para receber e analisar suas demandas. Foram feitas algumas alterações de ordem textual, bem como alterações na estrutura curricular para atendimento às novas demandas do Conselho Nacional de Educação e da própria UFPI. A seguir, estão elencadas as alterações pretendidas e constantes neste documento, que resultaram desse processo:

- A carga horária total do curso sofreu modificação, passando de 3090 horas para 3220 horas, em atendimento à Resolução CNE 02/2015, que alterou a carga horária mínima dos cursos de licenciatura.

- Com exceção das disciplinas História da Educação, Filosofia da Educação, Seminário de Introdução ao Curso, Sociologia da Educação, Psicologia da Educação, Legislação e Organização da Educação Básica, Didática Geral, Avaliação da Aprendizagem, que se mantém inalteradas nesta versão reformulada do PPC, as demais disciplinas obrigatórias que integravam a grade curricular do curso conforme a versão de 2014 do PPC, sofreram modificações de carga horária ou ementa ou foram retiradas, de maneira que as demais disciplinas obrigatórias constantes nesta versão reformulada são consideradas inclusões em relação à versão anterior. Esses acréscimos contribuem para a formação do discente enquanto profissional do magistério e atende às propostas apresentadas pelo Conselho Nacional de Educação. Considerando-se as alterações propostas para a matriz curricular, apresentamos, neste documento, um quadro de equivalências entre as disciplinas outrora propostas e as indicações atuais.
- Em relação às disciplinas optativas, foram excluídas as disciplinas Corporalidade e Escrita, Sinais Internacionais, Linguística Aplicada II, Linguística II, Teoria da Literatura II, Literatura Piauiense, Literatura Infanto-Juvenil. Foram acrescentadas as disciplinas Estudo do Léxico, Reflexões sobre Linguística Aplicada e Formação de Professores, Gêneros textuais e ensino de língua, Letramento e multimodalidade, Libras: transcrição e escrita, Literatura Surda II, Literatura e tecnologia, Libras em Contextos, Análise de Discurso, Relações Sócio-Étnico-Raciais e Cultura Afro-brasileira. A disciplina Análise de Discurso, que era obrigatória, tornou-se optativa.
- Nesta reformulação, foram incluídos os regulamento do TCC e do Estágio Supervisionado.
- Foram acrescentados os componentes curriculares com a denominação Atividade Curricular de Extensão (ACE), a serem realizados a cada período letivo (exceto no primeiro), em atendimento à Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação, que fora sancionado em 2014, a qual prevê que se assegure, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.
- Outras disciplinas sofreram alterações em sua ordem de aparecimento no Fluxograma do Curso visando otimizar o processo formativo de nossos alunos.

2 CONCEPÇÃO DO CURSO

2.1 Princípios curriculares e especificidades do Curso

Os princípios curriculares que norteiam o curso de Letras - LIBRAS estão em conformidade com o PDI/UFPI 2015-2019, p. 222 e 223, o qual destaca que a proposta pedagógica de cada curso deve ser baseada nos seguintes princípios que reforçam a sua função social e o seu papel como instituição pública:

- **Concepção de formação e desenvolvimento da pessoa humana**, levando em consideração os pressupostos axiológico-éticos, a dimensão sócio-política, a dimensão sociocultural, a dimensão técnico-científica e técnico-profissional;
- **Observância à ética e respeito à dignidade da pessoa humana e ao meio ambiente**, por meio da construção de projetos coletivos dotados de sustentação ética e respeito à dignidade e às diferenças, procurando responder à complexidade das relações sociais e minimizar as desigualdades e tensões decorrentes de um contexto social em permanente transformação.
- **Articulação entre ensino, pesquisa e extensão**, relaciona os processos de ensinar e aprender com a pesquisa científica e as atividades de extensão e organiza a síntese entre teoria e prática.
- **Interdisciplinaridade e multireferencialidade**, a complexidade do fenômeno educativo requer um eixo que trate das experiências que envolvem a abordagem integrada de várias áreas do conhecimento como concepção curricular, considerando suas implicações no ensino. A interdisciplinaridade não nega a existência das disciplinas. Ao contrário, ela deve ser compreendida enquanto estratégia conciliadora dos domínios próprios de cada área com a necessidade de alianças entre eles no sentido de complementaridade e de cooperação para solucionar problemas, encontrando a melhor forma de responder aos desafios da complexidade da sociedade contemporânea. A multireferencialidade, também, pode compor as propostas dessas intervenções didáticas, ampliando as apropriações sobre linguagens, gênero, cultura e formas emergentes de produção do conhecimento ou aquelas ainda não reconhecidas no contexto acadêmico;
- **Uso de tecnologias de comunicação e informação** - objetiva a formação de um viés entre educação, comunicação, tecnologias inteligentes e construção do conhecimento. Cabem as discussões sobre mídia, representações, linguagens e estratégias colaborativas de elaboração da aprendizagem no ensino superior.
- **Avaliação**, incluem-se as experiências sistematizadas de registro e acompanhamento humanizado do processo de aprendizagem que ultrapassem a concepção quantitativa e classificatória de avaliação.
- **Articulação entre teoria e prática**, a articulação entre teoria e prática pode ser compreendida como um princípio de aprendizagem que se afasta da lógica positivista de produção do conhecimento e possibilita que os alunos se envolvam com problemas reais, tomem contato com seus diferentes aspectos e influenciem nas soluções.
- **Flexibilização curricular**, a partir da realidade da UFPI, o Projeto Pedagógico de cada curso, no exercício de sua autonomia, deverá prever, entre os componentes curriculares, tempo livre, amplo o suficiente para permitir ao aluno incorporar outras formas de aprendizagem e formação social.

Considerando o disposto na Resolução 220/16 CEPEX-UFPI, são princípios da política de formação de professores, em linhas gerais, o compromisso com a formação docente para todas as etapas da Educação Básica, com a finalidade de assegurar o direito das crianças, jovens e adultos à educação de qualidade, construída com base científica, social, política, ética, democrática, justa, inclusiva e técnicas sólidas que promovam a emancipação dos indivíduos e

grupos sociais, atenta ao reconhecimento e à valorização da diversidade; a sólida formação interdisciplinar; a articulação com o sistema de Educação Básica; a articulação entre teoria e prática; a articulação entre a formação inicial e continuada, bem como a valorização dos profissionais da Educação.

Nos últimos anos, as políticas educacionais brasileiras passaram por um conjunto de reformas que colocou em destaque as propostas curriculares de formação docente. Uma série de regulamentações no âmbito do legislativo³, intensificadas no período de 1999 a 2001, após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, objetiva garantir a qualidade da formação docente, com o objetivo de promover a melhora do sistema educacional público no País.

Assim, claramente, os documentos ministeriais expõem a necessidade de cursos de formação de professores a fim de mobilizar múltiplos recursos, entre os quais os conhecimentos teóricos e experienciais da vida profissional e pessoal, para responder às diferentes demandas das situações vivenciadas na docência. Para isso, as disciplinas pedagógicas que constituem o Currículo da proposta do Curso de Letras-LIBRAS trazem conhecimentos das Ciências Humanas que se inter-relacionam com o fenômeno educativo e aspectos teórico-metodológicos relacionados ao fazer docente.

Os princípios do currículo do curso de Letras-LIBRAS são decorrentes das dimensões epistemológicas e metodológicas do curso, que privilegiam uma abordagem teórico-prática dos conteúdos trabalhados.

A adoção desses princípios implica uma dinâmica curricular com a incorporação no processo de formação acadêmica do desenvolvimento da autonomia e da compreensão de que a aprendizagem de línguas ocorre através de troca de experiências.

No que se refere, especificamente, à área de Letras - LIBRAS, as opções teórico-metodológicas deste curso seguem as seguintes diretrizes:

- trabalho pedagógico com foco na formação de professores, mediado pelas manifestações culturais, fundamentado na realidade educativa da escola e na construção coletiva e

³ Brasil. Referenciais para a Formação de Professores – RFP. MEC/SEF, 1999; o Projeto de Estruturação do Curso Normal Superior – PECNS (Brasil, MEC, 2000) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica – DCN (Brasil, MEC/CNE, 2001).

interdisciplinar do conhecimento profissional, como forma de favorecer a gestão democrática no exercício da docência;

- sólida formação teórico-metodológica, em todas as atividades curriculares, permitindo a construção da autonomia docente;
- pesquisa, a fim de permitir apreciar consistentemente todas as dimensões educacionais, investigando o cotidiano escolar e social;
- articulação entre ensino, pesquisa e extensão e com programas de pós-graduação;
- desenvolvimento de habilidades linguístico-comunicativas, tendo a relação dialética professor/aluno como norteadora do trabalho pedagógico.

Os princípios que sustentarão a formação e o perfil do Licenciado em Letras - LIBRAS são demarcados por opções teórico-metodológicas delimitadas pelas dimensões epistemológicas e profissionalizantes, a saber:

- dimensão epistemológica: refere-se à escolha e aos recortes teórico-metodológicos das áreas e disciplinas voltadas à aprendizagem de conteúdos linguísticos, culturais e literários, a fim de oferecer subsídios aos alunos para se tornarem professores de LIBRAS no Ensino Fundamental e no Ensino Médio;
- dimensão profissionalizante: diz respeito aos suportes teórico-práticos que possibilitam uma compreensão do fazer docente em todas as suas dimensões, inclusive ética e política.

Tendo em vista essas duas dimensões, o currículo do Curso de Letras - LIBRAS sustenta-se em dois grandes eixos de estudos, a saber:

- Eixo de Estudos Linguísticos, Culturais e Literários, relacionado ao desenvolvimento de competências e habilidades específicas. Os estudos linguísticos, culturais e literários devem fundar-se na percepção das línguas e das literaturas como práticas sociais e como forma mais elaborada das manifestações culturais. Devem articular a reflexão teórico-crítica com os domínios da prática – essenciais aos professores de línguas, de modo a dar prioridade à abordagem intercultural, que concebe a diferença como valor antropológico e como forma de desenvolver o espírito crítico frente à realidade.

- Eixo de Estudos de Formação de Professores de LIBRAS das séries finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, que diz respeito à compreensão do processo de ensino-aprendizagem em contextos diversos.

2.2 Objetivos do curso

2.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral do curso de Letras-LIBRAS é formar professores interculturalmente competentes, com espírito crítico e científico, aptos para o magistério bilíngue, conscientes da necessidade de buscar sua formação continuamente e desejosos de participar ativamente do aprimoramento da qualidade do processo de ensino-aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais nas escolas de Educação Básica.

2.2.2 Objetivos Específicos

- a. Contribuir para definição e implementação de uma política de desenvolvimento pessoal e profissional dos professores de LIBRAS no Ensino Fundamental e no Médio.
- b. Promover e difundir conhecimentos nas áreas de língua, literatura e cultura, fomentando a capacitação do futuro professor enquanto profissional competente, crítico e participativo.
- c. Proporcionar as condições teórico-prático-reflexivas para que o professor de LIBRAS compreenda sua práxis, buscando reconstruí-la continuamente, visando à melhoria da qualidade da educação e do ensino.
- d. Desenvolver estudos e pesquisas sobre a prática pedagógica vivenciada na escola, visando à compreensão e reflexão sobre o cotidiano escolar, priorizando a educação básica no contexto da escola pública.
- e. Resgatar a relação técnico-ético-política subjacente à prática docente, considerando potencialidades e limitações da ação pedagógica desenvolvida nas Escolas Públicas.
- f. Garantir, no processo de formação, a transversalidade na abordagem teórico-metodológica da ação docente.
- g. Instigar e promover o espírito empreendedor e competitivo no ambiente escolar com vistas a criar uma cultura de livre iniciativa.
- h. Cultivar o interesse pela interdisciplinaridade e pelas novas tecnologias com vistas a criar uma cultura tecnológica no estado progressivamente.

2.3 Perfil do egresso

O aluno graduado em Letras-LIBRAS será apto a exercer a docência nas séries finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, conforme está previsto no Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, capítulo III, Art. 4º, gerido nas concepções atuais da educação e dos Estudos Surdos. Destarte, considerando as habilidades e competências a serem desenvolvidas durante a formação do professor LIBRAS, de acordo com as contingências sociais e acadêmico-científicas da área de Letras e com as Diretrizes Curriculares Nacionais, presume-se o seguinte perfil desse profissional:

- Conhecimento e domínio das habilidades linguísticas de compreensão (escrita e sinalizada) e expressão (escrita e sinalizada) em situações de comunicação diversas;
- Competência no que diz respeito à seleção e elaboração de materiais de ensino-aprendizagem de Letras;
- Competência no que diz respeito à seleção e elaboração de materiais de ensino-aprendizagem de LIBRAS como L1 e como L2, levando em conta a diversidade da demanda interessada;
- Domínio das metodologias de ensino-aprendizagem concentradas para o ensino de LIBRAS como L1 e L2;
- Aptidão para atuar em escolas e centros das redes pública e/ou privada conforme as exigências pedagógicas atuais;
- Capacidade de trabalhar, sem preconceitos, com a pluralidade de expressão linguística, literária e cultural;
- Formação humanística, teórica e prática;
- Posicionamento investigativo importante para o processo continuado de construção do saber na área;
- Habilidade de pautar-se em valores da educação multicultural que permitam a comunicação internacional e o respeito entre as diferentes culturas;
- Postura ética, autonomia intelectual, responsabilidade social, espírito crítico e consciência do seu papel de formador;
- Domínio dos diferentes usos da língua de sinais em estudo e sua gramática;
- Aptidão crítica de um repertório representativo de literatura da língua em estudo;

- Disposição para analisar, descrever e explicar, a estrutura e o funcionamento da língua de sinais, discursivamente, a partir de pontos de vista teóricos fundamentados;
- Habilidade de analisar criticamente as diferentes teorias que fundamentam a investigação sobre língua e literatura;
- Capacidade de formar leitores e produtores proficientes de textos de diferentes gêneros e para diferentes propósitos;
- Conhecimento seguro e profundo da língua brasileira de sinais, em termos de estrutura, funcionamento e manifestações culturais;
- Capacidade de atuar em equipe interdisciplinar e multiprofissional;
- Posicionamento crítico acerca de novas tecnologias e conceitos científicos;
- Conhecimento dos métodos e técnicas pedagógicas que possibilitem a adaptação dos conteúdos para os diversos níveis de ensino;
- Capacidade de empreender processos de investigação que permitam o aprimoramento do planejamento e da prática pedagógica;
- Aptidão para refletir teoricamente sobre a aquisição de linguagem.

De acordo com os objetivos propostos para o Curso, o docente formado em Letras - LIBRAS deve ter domínio do uso da língua objeto de seus estudos, em termos de suas características culturais, estruturais e funcionais, mantendo-se atento às variedades linguísticas e culturais.

O licenciado em Letras - LIBRAS deve ter uma base específica de conteúdos consolidada e estar apto a operar interdisciplinarmente como facilitador de conhecimentos, em áreas afins, exibindo a capacidade de resolver problemas, tomar decisões, trabalhar em equipe e comunicar-se dentro da multi-interdisciplinaridade dos diversos saberes que compõem a formação universitária em Letras. Sendo assim, o profissional deve ser capaz de se aprofundar na reflexão teórica e crítica sobre temas e questões relativas aos conhecimentos linguísticos e literários, beneficiando-se de novas tecnologias para ampliar seu senso investigativo e crítico, investindo continuamente em seu desenvolvimento profissional de forma autônoma e em sua prática pedagógica.

Conforme as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Letras⁴, o graduado em Letras deverá ser identificado por múltiplas competências e habilidades adquiridas durante sua formação acadêmica convencional, teórica e prática, ou fora dela.

Espera-se que, a partir dessa formação acadêmica, os graduados se tornem profissionais que, além da base específica consolidada, estejam aptos a atuar, interdisciplinarmente, em áreas afins. Deverão ter, também, a capacidade de resolver problemas, tomar decisões, trabalhar em equipe e comunicar-se dentro da multidisciplinaridade dos diversos saberes que compõem a formação universitária em Letras. Os profissionais de Letras deverão, ainda, estar comprometidos com a ética, com a responsabilidade social e educacional, e com as consequências de sua atuação no mundo do trabalho. Finalmente, deverão ampliar o senso crítico necessário para compreender a importância da busca da educação continuada e do desenvolvimento profissional.

Desta forma, desses profissionais, espera-se também a capacidade de (re)construir seu projeto pessoal e profissional a partir da compreensão da realidade histórica e de sua identidade profissional, distinguindo-se e posicionando-se diante das políticas que direcionam as práticas educativas na sociedade. Sabemos que esse processo de (re)construção pode e deverá se desenvolver no decorrer do curso, mas não necessariamente se inicia nesse momento nem, tampouco, nele se encerra, pois é essencial que se estenda por meio da formação continuada.

2.4 Competências e Habilidades

Visando à formação de profissionais que demandem o domínio das línguas estudadas e suas culturas para atuar, possivelmente, como professores, pesquisadores, críticos literários, revisores de textos, roteiristas, secretários, assessores culturais, entre outras atividades, o curso de Letras-LIBRAS deve contribuir para o desenvolvimento das seguintes competências e habilidades:

- a. domínio do uso da língua brasileira de sinais, nas suas manifestações oral, gestualizada e escrita, em termos de recepção e produção de textos;

⁴ BRASIL. 2001. **Diretrizes Curriculares para os Cursos de Letras**. Brasília: Ministério da Educação. Disponível em <www.mec.gov.br/cne/pdf/CES182002.pdf>. Acesso em set. de 2008.

- b. reflexão analítica e crítica sobre a linguagem como fenômeno psicológico, educacional, social, histórico, cultural, político e ideológico;
- c. visão crítica das perspectivas teóricas adotadas nas investigações linguísticas e literárias, que fundamentam sua formação profissional;
- d. preparação profissional atualizada, de acordo com a dinâmica do mercado de trabalho;
- e. percepção de diferentes contextos interculturais;
- f. utilização dos recursos da informática;
- g. domínio dos conteúdos básicos que são objeto dos processos de ensino e aprendizagem no ensino fundamental e médio;
- h. domínio dos métodos e técnicas pedagógicas que permitam a transposição dos conhecimentos para os diferentes níveis de ensino.

Observando o que as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Letras estabelecem, no curso de Letras-LIBRAS, os futuros professores serão orientados para desenvolverem ao máximo as competências supracitadas, com o objetivo de promover a reflexão crítica permanente sobre sua prática docente, tendo em vista a realidade educacional em que estiverem inseridos. Espera-se que esses professores compreendam que para exercerem seu ofício não precisam somente aprender a LIBRAS, mas também precisam desenvolver as competências relacionadas ao ser professor.

2.5 Perfil do corpo docente

O curso de Letras - LIBRAS conta com 13 docentes efetivos e uma vaga aguardando concurso.

NOME	CPF	TITULAÇÃO	REG. DE TRABALHO
Ádila Silva Araújo Marques	669.766.343-04	MESTRE	DE
Clevisvaldo Pinheiro Lima	015.765.163-00	MESTRE	DE
Emanoel Barbosa de Sousa	021.088.043-07	DOUTOR	DE
Geisymeire Pereira do Nascimento	830.661.363-53	ESPECIALIST A	DE

Jonathan Sousa de Oliveira	004.852.463-84	ESPECIALIST A	DE
Leila Rachel Barbosa Alexandre	018. 917.273-89	MESTRE	DE
Luiz Claudio Nobrega Ayres	028.175.474-89	ESPECIALIST A	DE
Maraisa Lopes	325.809.178-10	DOUTORA	DE
Maria Lourdilene Vieira Barbosa	010.379.633-93	DOUTORA	DE
Natália de Almeida Simeão	004.885.433-63	MESTRE	DE
Rhuan Lucas Braz Silva	044.435.553-74	ESPECIALIST A	DE
Shisleny Machado Lopes	034.332.103-30	MESTRE	DE
Valdeny Costa de Aragão Campelo	016.658.823-79	MESTRE	DE

3 PROPOSTA CURRICULAR

3.1 Estrutura e organização curricular

O Curso de Licenciatura em Letras - LIBRAS tem como pressuposto a concepção de educação contínua e permanente que possa ser oferecida pelas instituições educativas de forma aberta, sem restrições, exclusões ou privilégios.

Desta forma, o curso foi organizado a partir de duas grandes áreas:

- Eixo de Estudos Linguísticos, Literários e Culturais;
- Eixo de Estudos de Formação de Professores de LIBRAS do Ensino Fundamental e Ensino Médio;

Nesta perspectiva, estes dois Eixos são essenciais ao Curso de Licenciatura em Letras - LIBRAS, uma vez que englobam a formação acadêmica e profissional de professores de Língua Brasileira de Sinais no Ensino Fundamental e no Ensino Médio. De acordo com a concepção curricular, as áreas se interconectam de forma que, em cada uma, o estudante tenha contato com as diferentes abordagens curriculares, privilegiando as diferentes formações.

O Curso de Licenciatura em Letras - LIBRAS tem sua integralização proposta em 3.200 horas/aula, conforme estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº. 9.394/96) e pela Resolução CNE/CES 18, de 13 de março de 2002, que institui as Diretrizes Curriculares para o Curso de Letras, permitindo a diplomação dos estudantes, após o cumprimento das exigências da presente proposta curricular, com prazo mínimo de quatro anos.

A organização curricular deste curso terá a seguinte estrutura:

- Organização em eixos;
- Períodos semestrais;
- Período mínimo de duração do curso de quatro anos.

Cabe destacar que os pressupostos metodológicos estão sustentados pelos seguintes argumentos:

- Oferecer uma formação interdisciplinar na medida em que trabalhará as distintas áreas de conhecimento;
- Identificar recortes teórico-metodológicos das áreas, levando-se em conta os conceitos de Autonomia, Reflexão, Investigação e Trabalho Cooperativo;
- Relacionar Teoria e Prática, Estrutura Dialógica, Interatividade, Flexibilidade, Capacidade Crítica, Inter e Transdisciplinaridade.

A dinâmica adotada para a aplicação dos módulos será a mesma para todos os semestres organizados da seguinte forma: cada ano é composto por dois semestres. Nos três últimos semestres serão integralizadas as horas correspondentes ao Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório.

3.1.1 Matriz Curricular

1º PERÍODO

CÓDIGO	DISCIPLINAS	CRÉDITO	C. H.	PRÉ-REQUISITOS
LIBRAS001	Seminário de Introdução ao Curso	1.0.0	15	-
DFE0097	História da Educação	3.1.0	60	-
DFE0095	Filosofia da Educação	3.1.0	60	-
LIBRAS002	Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas	2.2.0	60	-
	Língua Brasileira de Sinais I	1.3.0	60	-
	Leitura e Produção de Texto I	2.1.0	45	-
	Estudos Linguísticos I	2.1.0	45	-
	Subtotal de Disciplinas	23	345	
	Subtotal de TCC	--	--	
	Subtotal de Estágios	--	--	
	TOTAL	23	345	

2º PERÍODO

CÓDIGO	DISCIPLINAS	CRÉDITO	C. H.	PRÉ-REQUISITOS
DFE235	Sociologia da Educação	3.1.0	60	Hist. da Ed.
DFE236	Psicologia da Educação	3.1.0	60	-
	Leitura e Produção de Texto II	2.1.0	45	Leit. e Prod. de Textos I
	Língua Brasileira de Sinais II	2.2.0	60	Líng. Bras. de Sinais I
	Estudos Linguísticos II	2.1.0	45	Est. Ling. I

	Escrita de sinais I	2.2.0	60	Líng. Bras. de Sinais I
	Estudos Interculturais	1.1.0	30	-
	Subtotal de Disciplinas	24	360	
	Subtotal de TCC	--	--	
	Subtotal de Estágios	--	--	
	TOTAL	24	360	--

3º PERÍODO

CÓDIGO	DISCIPLINAS	CRÉDITO	C. H.	PRÉ-REQUISITOS
DFE237	Legislação e Organização da Educação Básica	3.1.0	60	Soc. da Ed.
DMTE373	Didática Geral	2.2.0	60	Psico. da Ed.
	Língua Brasileira de Sinais III	2.2.0	60	Líng. Bras. de Sinais II
	Linguística da LIBRAS I	3.1.0	60	Est. Ling. I
	Teoria de Aquisição de Linguagem	2.1.0	45	Est. Ling. I
	Escrita de Sinais II	2.2.0	60	Escrita de Sinais I
	Subtotal de Disciplinas	23	345	
	Subtotal de TCC	--	--	
	Subtotal de Estágios	--	--	
	TOTAL	23	345	

4º PERÍODO

CÓDIGO	DISCIPLINAS	CRÉDITO	C. H.	PRÉ-REQUISITOS
DMTE395	Avaliação da Aprendizagem	3.1.0	60	Didática Geral
	Língua Brasileira de Sinais IV	2.2.0	60	Líng. Bras. de Sinais III
	Introdução aos Estudos da Literatura	3.1.0	60	-
	Linguística da LIBRAS II	3.1.0	60	Ling. da LIBRAS I
	Educação Bilíngue	2.1.0	45	Teoria de Aquis. da Ling.
	Estudos Surdos I	3.1.0	60	Líng. Bras.de Sinais III
	Subtotal de Disciplinas	23	345	
	Subtotal de TCC	--	--	
	Subtotal de Estágios	--	--	
	TOTAL	23	345	

5º PERÍODO

CÓDIGO	DISCIPLINAS	CRÉDITO	C. H.	PRÉ-REQUISITOS
	Ensino de Libras: teoria e prática	2.2.0	60	Educação Bilíngue
	Linguística da LIBRAS III	3.1.0	60	Ling. da LIBRAS II
	Literatura em Língua Portuguesa	3.1.0	60	Intro. aos Est. da

				Lit.
	Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas I	3.1.0	60	Est. Ling. II
	Introdução aos Estudos da Tradução	3.1.0	60	Líng. Bras. de Sinais IV
	Subtotal de Disciplinas	20	300	
	Subtotal de TCC	--	--	
	Subtotal de Estágios	--	--	
	TOTAL	20	300	

6º PERÍODO

CÓDIGO	DISCIPLINAS	CRÉDITO	C. H.	PRÉ-REQUISITOS
	Tradução e Interpretação da Língua de Sinais I	2.2.0	60	Intro. aos Est. da Trad.
	Literatura Surda I	3.1.0	60	Intro. aos Est. da Lit.
	Linguística da LIBRAS IV	3.1.0	60	Ling. da LIBRAS III
	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório I	0.0.9	135	Ensino de Libras: Teoria e prática
	Subtotal de Disciplinas	12	180	
	Subtotal de TCC	0	0	
	Subtotal de Estágios	9	135	
	TOTAL	21	315	

7º PERÍODO

CÓDIGO	DISCIPLINAS	CRÉDITO	C. H.	PRÉ-REQUISITOS
	Produção de Materiais Didáticos para o Ensino de LIBRAS como Língua Materna e Adicional	2.2.0	60	Ens. de LIBRAS: Teo. e Prát.
	Linguística da LIBRAS V	3.1.0	60	Ling da LIBRAS IV.
	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório II	0.0.9	135	Est. Curr. Sup. Obr. I
	Trabalho de Conclusão de Curso I	0.0.4	60	Met. da Pesq. em Ciênc. Hum.
	Subtotal de Disciplinas	8	120	
	Subtotal de TCC	4	60	
	Subtotal de Estágios	9	135	
	TOTAL	21	315	

8º PERÍODO

CÓDIGO	DISCIPLINAS	CRÉDITO	C. H.	PRÉ-REQUISITOS
	Linguística da LIBRAS VI	3.1.0	60	Ling. da LIBRAS V
	Optativa I	3.1.0	60	
	Optativa II	3.1.0	60	
	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório III	0.0.9	135	Est. Curr. Sup. Obr. II

	Trabalho de Conclusão de Curso II	0.0.4	60	Trab. de Conc. de Curso I
	Subtotal de Disciplinas	12	180	
	Subtotal de TCC	4	60	
	Subtotal de Estágio	9	135	
	Total	25	375	

Disciplinas Optativas

OPTATIVAS					
DISCIPLINA	CRÉDITO			CH	PR
Estudos Surdos II	3	1	0	60	Estudos Surdos I
Estudo do Léxico	3	1	0	60	-
Reflexões sobre Linguística Aplicada e Formação de Professores	3	1	0	60	-
LIBRAS Acadêmica	3	1	0	60	Língua Brasileira de Sinais IV
Educação de Surdos e Novas Tecnologias	3	1	0	60	Educação Bilingue
Ensino de Português como Língua Estrangeira	3	1	0	60	Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas
Gêneros textuais e ensino de língua	3	1	0	60	Estudos Linguísticos I
Letramento e multimodalidade	3	1	0	60	Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas

Libras: transcrição e escrita	1	3	0	60	-
Literatura Surda II	3	1	0	60	Literatura Surda I
Literatura e tecnologia	2	2	0	60	Introdução aos Estudos da Literatura
Tradução e Interpretação da Língua de Sinais II	2	2	0	60	Tradução e Interpretação da Língua de Sinais I
Conversação Intercultural	2	2	0	60	Estudos Interculturais
Libras em Contextos	1	3	0	60	Língua Brasileira de Sinais IV
Análise de Discurso	3	1	0	60	Estudos Linguísticos II
Educação Ambiental	3	1	0	60	-
Relações Sócio-Étnico-Raciais e Cultura Afro-brasileira	3	1	0	60	-
Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa	3	1	0	60	
Letramento e Surdez	3	1	0	60	

3.1.2 Prática como componente curricular

Neste projeto, julga-se necessário discriminar claramente as acepções referentes à prática de ensino ou à práxis didática. A delimitação conceitual se afigura como fundamental, em virtude de a praticidade não ser entendida estritamente como a avaliação de atuação do docente, ou aspirante a docente, em uma sala de aula. Assim praticidade para o ensino representa, em sentido lato, toda e qualquer atividade desenvolvida na condução das disciplinas que implique

algum proveito para a atuação magisterial. Por conseguinte, a praticidade voltada para o ensino não se restringe, em termos curriculares, à avaliação *in loco*, em escolas da educação básica, de procedimentos relativos a qualquer espécie de aula. No Curso de Licenciatura em Letras - LIBRAS, esse entendimento de praticidade, suas técnicas e concepções conexas serão levadas a cabo quando da realização das disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório e outras disciplinas pedagógicas específicas.

A praticidade, tal como aqui concebida, consubstancia-se por intermédio da produção de textos críticos relativos ao material didático da educação básica em que os profissionais de Letras atuam (prioritariamente, nas séries terminais do ensino fundamental e no ensino médio); por intermédio da produção de material didático – notas de aula, avaliações, etc – decorrente das discussões travadas em sala a respeito de temáticas específicas das disciplinas de língua e de literatura, sob um princípio de análise multiaxial, isto é, que contemple, tanto quanto possível, diversidade teórica e metodológica; por intermédio da apresentação de seminários, sob a supervisão do professor, cuja avaliação terá seus parâmetros devidamente explicitados, seus propósitos suficientemente declarados e seus objetivos, o mais possível, eficientemente operacionalizados. Em suma, a didatização das disciplinas de Letras obedece à impressão de uma concepção de pluralismo teórico-conceptual e terminológico no tocante às múltiplas perspectivas de abordagem dos fenômenos linguísticos e literários e à adoção de uma concepção geral de ensino multidisciplinar e transdisciplinar. De modo mais específico, em seus modos de condução, em se tratando de língua, visa à impressão de uma orientação variacionista e, em se tratando de literatura, à impressão de uma concepção multiangular, com vistas à construção de uma cultura de pluralismo ideológico, epistemológico e cultural, de tal sorte que o egresso reconheça, em função da compreensão do caráter plurívio do curso, as diversas oportunidades de ordem profissional. No gênero, esses são os aspectos da análise e da impressão de caráter didático às disciplinas do curso.

Há, naturalmente, embates político-acadêmicos cuja resolução não se encontra devidamente assentada. Por outras palavras, a definição geral de políticas curriculares e o enfoque teórico e didático de cada disciplina em particular são, e provavelmente sempre serão, alvo de discussão. Contudo, a eventual discordância teórica não é encarada como uma deficiência merecedora de extirpação. Esse tipo de divergência torna-se perfeitamente gerenciável e é, de fato, bem-vinda, desde que não implique prejuízo para os conteúdos indispensáveis para a construção de uma formação básica ou nuclear do aluno de Letras e desde que não implique a geração de sectarismo ideológico e acadêmico. Apesar do

reconhecimento da inevitabilidade da diversidade de perspectivas teóricas, epistemológicas e políticas e eventuais enfrentamentos correlatos, o entendimento predominante é de que a definição de uma diretriz – dotada, em princípio, de pluralismo teórico e metodológico – é salutar. Noutros termos, compreende-se que os alunos necessitam de uma orientação a respeito das perspectivas correntes do curso em confronto prospectivo com as oportunidades laborais uma vez que o tenham concluído. Entende-se, portanto, que o tema da definição de uma diretriz curricular, de modo consensual, não deve ser corporificado de forma rígida, vez que as disciplinas têm conteúdos em formação em virtude de novas pesquisas trazerem a lume contribuições que ora confrontam, ora corroboram o legado da tradição do pensamento linguístico-literário.

Em suma, na espécie, a materialização ou a operacionalização do entendimento em gênero a respeito da didatização das disciplinas do currículo de Letras - LIBRAS toma corpo por meio de procedimentos fundamentais específicos, a saber: 1) avaliação crítica de material didático, em especial do livro destinado ao professor, em que há observações atinentes à condução das disciplinas de LIBRAS; 2) produção de material didático aplicável nas séries costumeiramente ministradas pelos egressos dos cursos de Letras - LIBRAS; 3) apresentação de seminários, cujo desempenho representa, de forma concreta, uma preparação para a prática pedagógica *stricto sensu*, isto é, a desenvoltura oral em conformidade com um roteiro prévio de apresentação. Naturalmente, outras técnicas de ensino deverão ser discutidas e, em caráter eventual, experimentadas, tais como encenações, produção de jogos infanto-juvenis, etc. Porém, os pontos ressaltados acima são tidos como os mais usuais para a concepção de didatização aqui abraçada. Os procedimentos descritos supra definem, na espécie, o caráter prático do projeto curricular das habilitações de Letras.

Isso posto, convém explicitar a concepção geral relativa à formação pedagógica e sua contribuição para a sociedade em geral dos professores do curso de Licenciatura em Letras - LIBRAS.

Para o mestre Paulo Freire⁵ “... *não há homem sem mundo, nem mundo sem homem, não pode haver reflexão e ação fora da relação homem-realidade. Essa relação homem-realidade, homem-mundo, (...) implica a transformação do mundo, cujo produto, por sua vez, condiciona ambas, ação e reflexão*”. Assim, o homem deve ter em sua práxis os constituintes inseparáveis: **ação** e **reflexão**. Estabelecer um espaço de reflexão-ação, apresentar estratégias e recursos

⁵ FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*, 23 ed., Paz e Terra, 1999, p.17.

capazes de ajudar o homem na sua práxis, tanto individual quanto social, levando-o a “distanciar-se” do seu contexto para ter um olhar sobre, a fim de, assim, aproximar-se melhor deste meio histórico-social com uma perspectiva de apreciação, avaliação e transformação, constituem-se em objetivos do Curso Licenciatura em Letras - LIBRAS da Universidade Federal do Piauí, UFPI. Somos, portanto, um núcleo gerador de profissionais/cidadãos conscientes do seu papel social de agentes transformadores do real em que estão inseridos.

O curso de Licenciatura em Letras - LIBRAS da UFPI objetiva formar profissionais atuantes que se configurem em professores/agentes da reflexão sistemática acerca da linguagem, em especial, em sua expressão linguística e literária. Para tal, viabilizam-se recursos, estratégias e espaços para que os seus alunos desenvolvam aptidões relevantes para serem atuantes daquela área. E, nesse sentido, assumirem-se como agenciadores de cultura, considerando a Universidade como uma casa de cultura em que os preceitos de ética e de cidadania conduzam à informação qualificada, ao conhecimento e à formação do sujeito/aluno e do sujeito/profissional, pressupondo em seu currículo, no esforço para atender às recomendações do MEC: *flexibilidade de organização dos componentes curriculares, oportunidades diferenciadas de integralização do curso, atividades práticas e estágios.*

De acordo com as expectativas e objetivos dos órgãos competentes de ensino e da sociedade letrada, o profissional de Letras deverá possuir conhecimentos que confluem na **compreensão, à luz de diferentes teorias, dos fatos linguísticos e literários**; deste profissional almeja-se, também, a **organização, a expressão e a comunicação do pensamento em situações formais e em língua culta**. A par destas ressalvas, os princípios que norteiam esta proposta de curso se convergem na formação de um profissional de linguagem que esteja atento às mutações e adequações necessárias à comunicação e que conceba a língua e o conhecimento linguístico como pilares para a sua atuação pedagógico-social. Nestes pressupostos, incluem-se os entrelaces necessários à história do conhecimento, à história da língua, à história da Língua Brasileira de Sinais, Ética e Política a fim de se estabelecerem relações de sentido e relações sociais produtivas entre a Universidade e a Sociedade.

Destas argumentações, conclui-se que os direcionamentos propostos para a Política Pedagógica do Curso em questão convergem num intento de homem e de sociedade construído da reflexão-ação que, no trasladar da teoria e da práxis educativa, almeje o discernimento no exercício social de interação com os demais sujeitos culturais. É imprescindível, ainda, dentro de tais expectativas, que o estudante de Letras - LIBRAS saiba: analisar criticamente as diferentes teorias que fundamentam as investigações sobre a linguagem bem como a estrutura e o

funcionamento da Língua Brasileira de Sinais; dominar as diferentes noções de gramática; situar e descrever as concepções de sujeito, língua, texto/discurso; ter domínio ativo e crítico destas capacidades para promover as intertextualidades possíveis à língua e ao conhecimento linguístico; compreender os fundamentos teóricos da reflexão relativa ao conhecimento literário. Com isto, espera-se que este profissional seja um produtor de saberes favorecendo o processo contínuo de construção do conhecimento na área e a utilização de novas tecnologias, o que envolve atividades de ensino, pesquisa e aplicação. Em assim sendo, em última análise, a impressão de uma concepção pluralista de ordem epistemológica, didática, linguística e literária confere um caráter aplicado ao ensino do curso em sua totalidade.

Na esteira dessa orientação geral, define-se o quadro de disciplinas que atenderá ao sujeito/aluno em nível de inteligência e à sociedade que precisa de um contínuo processo de desenvolvimento, compreendido pela elaboração de eventos internos e externos para promover uma aproximação entre a comunidade local e a Universidade, realizando o seu propósito de estender as suas produções, transformando-se num Polo de Construção e Divulgação/Popularização de Saberes.

Diante dos propósitos listados, é mister ressaltar o firmamento do entendimento de que a história de constituição da língua e do conhecimento a respeito dela permite a observação da história do País. Assim, acopla-se às disciplinas uma preocupação com trasladar teoria e prática; de modo a se abrirem espaços para que sejam apontados procedimentos didático-pedagógicos referentes aos conteúdos expostos. Estes procedimentos pedagógicos se diluem ao longo do curso e têm seu ponto de convergência nos estágios propostos na disciplina Prática de Ensino, cuidadosamente considerados os limites da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade.

Preocupados com o crescente avanço tecnológico e com a demanda do mercado profissional, entendem os professores consignatários que esta Instituição almeja a formação de cidadãos que se adaptem, da forma mais ágil possível em conformidade com os preceitos da ética e da cidadania, a quaisquer mudanças em seu contexto histórico-social, dada a flexibilidade, a expressão crítica e inovadora que assumem as diversas temáticas constitutivas do curso em confronto com as mudanças de ordem socioeconômica e cultural. Entretanto, não se desvia da função primeira de difundir conhecimentos e viabilizar ferramentas para a pesquisa, o ensino e a extensão, a fim de que o tripé *ensino-pesquisa-extensão* seja uma realidade; deste modo, seu propósito fundamental é *informar e formar* com destreza. Contará, para isto, com o apoio de um acervo bibliográfico atualizado, recursos que auxiliam no fazer pedagógico como, por exemplo, materiais de informática em um laboratório específico, tudo conduzido por profissionais habilitados: equipe técnica, bibliotecários e um quadro de professores compostos

por mestres e doutores, conforme citado, empenhados em desenvolver atividades de pesquisa e de incentivo à cultura. Para tal, investe-se na formação de grupos que se inspirem nos conhecimentos adquiridos e sugiram propostas de trabalho e eventos científicos – cursos de idioma e de extensão, seminários, congressos, atendimento especializado – que envolvam não só a comunidade acadêmica como também a comunidade social.

A partir desta mobilização acadêmico-social, torna-se viável promover a inserção dos membros da comunidade na universidade, fazendo valer a concepção desta como casa de cultura em que se promove o saber e se ratifica o exercício da cidadania, objetivando o aprimoramento e a modificação positiva do social.

Caberá ao coordenador do curso o papel de acompanhar os professores no processo de implementação das práticas como componente curricular.

3.2 Fluxograma

1º Período	2º Período	3º Período	4º Período	5º Período	6º Período	7º Período	8º Período
História da Educação (60h)	Sociologia da Educação (60h)	Legislação e Organização da Educação Básica (60h)	Avaliação da Aprendizagem (60h)	Ensino de LIBRAS: teoria e prática (60h)	Estágio curricular supervisionado obrigatório I (135h)	Estágio curricular supervisionado obrigatório II (135h)	Estágio curricular supervisionado obrigatório III (135h)
Filosofia da Educação (60h)	Psicologia da Educação (60h)	Didática Geral (60h)	Educação Bilíngue (45h)	Literatura em Língua Portuguesa (60h)	Literatura Surda I (60h)	TCC I (60h)	TCC II (60h)
Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas (60h)	Escrita de sinais I (60h)	Escrita de sinais II (60h)	Estudos Surdos I (60h)	Introdução aos Estudos da Tradução (60h)	Tradução e Interpretação da Língua de Sinais I (60h)	Produção de Materiais Didáticos para o Ensino de LIBRAS como Língua Materna e Adicional (60h)	Optativa I (60h)
Língua Brasileira de Sinais I (60h)	Língua Brasileira de Sinais II (60h)	Língua Brasileira de Sinais III (60h)	Língua Brasileira de Sinais IV (60h)	Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas I (60h)	Linguística da LIBRAS IV (60h)	Linguística da LIBRAS V (60h)	Linguística da LIBRAS VI (60h)
Leitura e Produção de Texto I (45h)	Leitura e Produção de Texto II (45h)	Linguística da LIBRAS I (60h)	Linguística da LIBRAS II (60h)	Linguística da LIBRAS III (60h)			Optativa II (60h)
Estudos Linguísticos I (45h)	Estudos Linguísticos II (45h)	Teoria de Aquisição de Linguagem (45h)	Introdução aos Estudos da Literatura (60h)				
Seminário de Introdução ao Curso (15h)	Estudos Interculturais (30h)						

3.3 Estágio, atividades complementares, extensão e trabalho de conclusão

3.3.1 Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório

O estágio, sob a forma supervisionada, é um dos momentos de integração entre a academia, a escola e a comunidade. Momento em que o licenciando percebe ser sujeito ativo no processo educacional e social, proporcionando sua inserção no campo de atuação profissional. Para os que já exercem o magistério, propicia uma reflexão e um redimensionamento sobre a práxis pedagógica.

O estágio curricular supervisionado obrigatório é a parte do currículo que integra a teoria e a prática, sem, entretanto, ser a única com esse caráter, pois tanto a teoria como a prática devem permear todo o processo de formação acadêmico-profissional, possibilitando ao licenciando colocar-se à frente das questões do dia-a-dia da prática docente, incentivando a pesquisa e a qualificação continuada, em busca de soluções para os problemas detectados.

O estágio curricular supervisionado obrigatório possibilita que a academia seja um local aberto a estudos e discussões referenciadas na dimensão prática da ação docente, para reorientação da formação acadêmico-profissional com base na realidade proporcionada pelo intercâmbio de conhecimentos e vivências de questões inerentes ao exercício da ação docente, numa vinculação constante entre ação-reflexão-ação, para melhoria do ensino de graduação.

O presente documento apresenta as diretrizes gerais e normas de operacionalização do estágio obrigatório para cursos de licenciatura, visando atender à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9.394/96, a legislação do Conselho Nacional de Educação – CNE, Decreto 5.622, de 19.12.2005 (que regulamenta o Art. 80 da Lei 9.394/96) e, conseqüentemente, as normas da Universidade Federal do Piauí – UFPI.

Fundamentos Legais

- Lei 9.394, de 20.12.1996
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece que os estágios devam ser regulamentados pelo sistema de ensino (Art. 82).
- Resolução CNE nº 01/02
Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação.
- Resolução CNE nº 02/02

Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, formação, para Formação de Professores da Educação Básica em nível superior.

- Parecer CNE/CP nº 027/2001

Dá nova redação ao item 3.6, à linha C do Parecer CNE/CP nº09/2001, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de profissionais da Educação Básica, em nível superior, Cursos de Licenciatura de Graduação.

- Resolução nº 199, de 20.11.2.003 – CEPEX/UFPI

Estabelece as normas gerais do Estágio Obrigatório e institui a sua duração e carga horária.

- Resolução nº 38/04 – CEPEX/UFPI

Altera a Resolução 199/03 – CEPEX/UFPI acrescenta um novo artigo e renumera os seguintes.

- Resolução CNE/CES 18, de 13.03.2002

Institui Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Letras.

- Decreto nº 5.622, de 19.12.2005.

Regulamenta o artigo nº 80 da Lei 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

- Resolução nº 177/12 – CEPEX – Dispõe sobre as Normas para Cursos de Graduação na UFPI.

Sistemática de Operacionalização - Objetivos e caracterização

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, para os cursos de Licenciatura da UFPI, constitui componente curricular obrigatório dos cursos de formação de recursos humanos para o magistério, para integralização curricular, previsto nos diversos currículos dos cursos de licenciatura, conforme determinado pela legislação que disciplina o funcionamento do estágio curricular supervisionado obrigatório nos cursos de licenciatura (Resolução nº 01/02 – CNE, Resolução nº 02/02 – CNE, Resolução nº199/03 – CEPEX/UFPI, Resolução nº 01/06 – CNE e Resolução nº 177/12 – CEPEX).

Compreende o período em que o estudante de graduação permanece em contato direto com o ambiente de trabalho, objetivando iniciar o futuro educador em sua vida profissional, através da vivência de situações concretas de ensino, sob a orientação e acompanhamento direto de um docente-supervisor.

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório corresponde nas diversas licenciaturas às atividades de aprendizagem pedagógica, social, profissional e cultural, proporcionadas ao

estudante pela participação em situações reais da prática pedagógica, sob a coordenação da Instituição de Ensino.

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório objetiva:

- garantir a formação acadêmica: conclusão do processo de ensino-aprendizagem;
- vivenciar uma nova modalidade de aprendizagem, como experiência pedagógica, tendo em vista o alcance dos objetivos propostos e a interdisciplinaridade;
- desenvolver atividades que possibilitem ao estudante: conhecimento da sala de aula em todos os aspectos do seu funcionamento; vivência da prática docente, envolvendo as dimensões humana, técnica, social e política; e a descoberta de si mesmo como agente social e construtor da cidadania, cujo trabalho só terá sentido se tiver como finalidade a realização pessoal.

Constitui, pois, momento único em que o estudante-estagiário tem a oportunidade de auto-avaliação e de, ao mesmo tempo, ser avaliado quanto às suas competências e habilidades para o exercício da ação docente.

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório poderá ser planejado de modo a se constituir como atividade de extensão e/ou pesquisa, viabilizando a participação do estudante em projetos de interesse social.

Organização Administrativa e Didático-Pedagógica

Aspectos Administrativos

À Coordenação de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório compete planejar e coordenar as ações relativas ao estágio nos cursos de Letras, organizando, encaminhando, acompanhando e avaliando seu desenvolvimento. O coordenador será escolhido dentre os docentes responsáveis pelo estágio curricular supervisionado obrigatório. As competências e tempo de mandato desse coordenador serão estabelecidos pelos seus respectivos pares.

Carga Horária: 405 horas-aula

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, regulamentado pela Resolução nº 199/03 – CEPEX/UFPI e pela Resolução nº 177/12 – CEPEX, nas diversas licenciaturas, compreende:

Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório I - 135 (cento e trinta e cinco) horas-aula;

Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório II - 135 (cento e trinta e cinco) horas-aula;

Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório III - 135 (cento e trinta e cinco) horas-aula;

A carga horária total perfaz 405 (quatrocentas e cinco) horas-aula, que são ofertadas nos últimos três semestres letivos do Curso de Letras - LIBRAS (6º, 7º e 8º Períodos).

Período de Realização e Duração: 6º, 7º e 8º Períodos.

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório realizar-se-á durante o período letivo da UFPI, correspondendo ao período estabelecido pelo calendário acadêmico da Instituição para os cursos de licenciatura, em consonância com o período letivo das redes pública e privada de ensino.

Campo de Estágio

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório é componente curricular a realizar-se em campos pertencentes à Instituição ou em outras instituições públicas e privadas, do meio urbano ou rural, de Ensino Fundamental e Médio e em outros campos de atuação profissional, que atendam aos critérios estabelecidos pela Universidade Federal do Piauí, na forma de convênios firmados.

Os estudantes que já atuam como docentes na Educação Básica poderão solicitar o aproveitamento das experiências da prática pedagógica nas escolas em que atuam. Esta solicitação será analisada pelo corpo docente do curso.

Nesta proposta curricular, o princípio essencial da formação docente é a reflexão contínua sobre a prática em sala de aula, enfatizando a pesquisa como eixo articulador da construção e reconstrução do conhecimento. O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório ocorrerá em três blocos, a partir do sexto período, com acompanhamento específico de no máximo 30 alunos por turma e será supervisionado de acordo com a lotação do estudante/profissional em sala de aula.

Encaminhamento ao Campo de Estágio

O encaminhamento ao campo de estágio se dará através de ofício do docente supervisor ou da Coordenação de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório.

Formas de Operacionalização

Supervisão do Estágio

A Supervisão do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório é o elo entre o órgão formador e a Instituição Educacional que recebe o estudante para a realização do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório. A atuação do docente-supervisor visa articular, acompanhar, orientar e avaliar as atividades desenvolvidas pelo estagiário no campo, proporcionando ainda oportunidades de reflexão sobre o pensar e o agir profissional.

A supervisão no Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório ocorre de forma direta com monitoramento sistemático e contínuo das atividades do estágio, através da:

- avaliação periódica do desempenho dos alunos, de acordo com a orientação do professor supervisor;
- criação e recriação de espaços de reflexão-ação-reflexão durante todo o processo;
- orientação na elaboração do Plano de Estágio e dos relatórios parciais e de conclusão do Estágio;
- elaboração do calendário de reuniões periódicas com os estudantes e co-participantes do processo de ensino-aprendizagem;
- apresentação à Coordenação de Estágio Obrigatório de Ensino dos Cursos de Letras de relatório das atividades desenvolvidas;
- proposição de alternativas pedagógicas de acordo com as necessidades e/ou a cultura institucional no decorrer do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, garantindo o alcance dos objetivos propostos.

O docente-supervisor é o professor responsável pela indicação do campo de estágio e pelo processo acadêmico de acompanhamento do estudante-estagiário. Ele também é responsável por conduzir o aluno, durante o período de estágio, a atividades de observação, ao conhecimento da realidade do campo de estágio, desenvolvendo uma visão crítica da realidade escolar, ao entendimento da dinâmica institucional, ao conhecimento da literatura sobre a área de atuação, à participação em reuniões informativas e de troca de experiências e ao planejamento, execução e avaliação do processo de ensino-aprendizagem.

Planejamento, Execução e Avaliação do Plano de Estágio

O Plano de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, contendo todas as etapas do estágio, é tarefa do estudante-estagiário, sob a orientação do docente-supervisor. Compete ao docente-supervisor selecionar e priorizar conteúdos a serem trabalhados e atividades a serem executadas, definir os objetivos que devem ser atingidos, fixar prazos, competências e habilidades a serem adquiridas e determinar, *a priori*, formas do próprio estágio.

O Plano de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório elaborado pelo licenciando deve conter as seguintes partes essenciais:

- Introdução: apresentação do trabalho de forma sintética e objetiva.
- Objetivos gerais e específicos: os objetivos definem o porquê da realização do trabalho e o que se pretende atingir com a sua realização.
- Fundamentação teórica: estudo sobre conteúdos relacionados à formação docente, às competências e habilidades do professor.
- Metodologia do trabalho: contempla as seguintes etapas: conhecimento da realidade do campo de estágio, planejamento, execução e avaliação de atividades didático-pedagógicas, elaboração e entrega do Relatório Final do Estágio e apresentação dos resultados no Campo de Estágio.
- Cronograma: apresenta as etapas do trabalho e o tempo em que acontecerão.

O Plano deve ser elaborado a partir do conhecimento da realidade do campo de estágio. A execução do Plano pelo estudante-estagiário deve ser acompanhada pelo docente-supervisor.

A avaliação do Plano de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório deve ser realizada após o término de cada etapa prevista no documento, para verificação e correção das falhas ocorridas, envolvendo docente-supervisor e estudante-estagiário.

Acompanhamento, Controle e Avaliação do Estágio

O acompanhamento e o controle do estágio devem ser realizados pelo docente-supervisor na forma descrita de supervisão (direta) e através de instrumentos a serem preenchidos pelo docente-supervisor, pelo estudante-estagiário e pelo docente-titular do campo de estágio (ficha de supervisão, ficha de frequência do estagiário, relatórios parciais e relatório final).

A avaliação deve envolver, além do docente-supervisor e do estudante-estagiário, o professor ou professores titulares do campo de estágio, da(s) turma(s), local do estágio e os profissionais (supervisor escolar/coordenador de ensino/diretor ou outros profissionais) do *lócus*

de estágio, que devem avaliar o rendimento alcançado pelo estagiário e os aspectos gerais do estágio.

Os instrumentos de avaliação do estagiário devem ser elaborados pelo docente-supervisor, contemplando alguns elementos: integração do discente-estagiário no campo de estágio; desempenho das tarefas, capacidade de aplicação do conhecimento teórico-prático; capacidade de autocrítica; autodisciplina; assiduidade/pontualidade, comprometimento, relacionamento interpessoal, postura profissional, habilidades e competências inerentes à profissão.

Pesquisa e Extensão no Estágio obrigatório: Estágio Obrigatório

Como a lógica da formação na Universidade Federal do Piauí aponta para a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, tendo por base o compromisso da Instituição com a construção de novos conhecimentos, desenvolvimento da capacidade de adaptar-se às mudanças e ao atendimento das necessidades da comunidade onde a mesma está inserida, faz-se necessário que o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório possa ocorrer, prioritariamente, na forma de ensino, mas pode-se associar o ensino às atividades de extensão e/ou de pesquisa.

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório na forma de extensão visa à participação dos estudantes em ações que possam colaborar com os docentes já atuantes na Educação Básica, na revisão constante da sua prática, propiciando qualificação técnica e humana à comunidade de acordo com as necessidades apresentadas, contribuindo com momentos de reflexão e de troca e construção de saberes.

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório na forma de pesquisa visa desenvolver o espírito científico do futuro licenciado, formando sujeitos afeitos às questões da investigação e a questionamentos que possam buscar soluções para os problemas enfrentados na prática pedagógica por aqueles que já exercem o magistério, abrindo espaços para pensá-lo, o criticar, o criar e para a proposição de alternativas. Visa, portanto, instrumentalizar o estudante-estagiário para aprender e criar de forma permanente, buscando respostas aos problemas que surgem nas atividades de ensino, ou seja, na prática educativa.

Orientações para o Estagiário

- Tomar conhecimento da Legislação Vigente e das Resoluções que regulamentam o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório na UFPI e do Manual de Estágio;
- Efetivar matrícula no Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, na Coordenação do Curso a qual está vinculado;
- Elaborar o Plano de Estágio sob a orientação do docente-supervisor;
- Destinar, obrigatoriamente, um turno para a realização do estágio, para atendimento do horário da escola-campo de estágio, caso não exerça o magistério;
- Observar os prazos estipulados no plano de estágio para entrega dos trabalhos, materiais e documentos solicitados pelo docente-supervisor;
- Entregar ao docente-supervisor, ao final de cada mês ou no prazo estabelecido pelo mesmo, a frequência devidamente assinada pelo responsável direto no campo de estágio;
- Apresentar, ao término do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, ao docente-supervisor, um relatório sobre as atividades desenvolvidas, expondo os resultados e a avaliação do trabalho no campo de estágio, apresentando e socializando os resultados.

As diretrizes gerais e normas de operacionalização do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório para as diversas licenciaturas da UFPI objetivam *a priori* subsidiar o estudante-estagiário nos aspectos legais que respaldam o estágio na Instituição, como também nos aspectos técnico-metodológicos das diferentes fases/momentos a serem vivenciados na sua formação acadêmica.

Definição dos Termos

CAMPO DE ESTÁGIO – Local credenciado (instituições escolares, não escolares e Ambientes que proporcionem Atendimento Educacional Especializado) pela Coordenação de Estágio Curricular – CEC/PREG, onde o estudante realiza atividades de estágio.

ESTUDANTE-ESTAGIÁRIO – Aluno matriculado no estágio obrigatório, encaminhado oficialmente ao campo de estágio.

DOCENTE-SUPERVISOR – Professor da UFPI, indicado pelo Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino – DMTE, para acompanhar o Estágio ou Prática de Ensino e proceder à supervisão das atividades do estágio.

DOCENTE-TITULAR DO CAMPO DE ESTÁGIO – Professor da escola/turma do campo de estágio, onde são desenvolvidas as atividades de estágio.

PLANO DE ESTÁGIO – Documento elaborado pelo aluno-estagiário com a orientação do docente-supervisor, contendo o detalhamento das atividades de estágio.

3.3.2 Estudos Independentes (Atividades Acadêmico-Científico-Culturais)

Os estudos independentes, realizados por meio de atividades acadêmico-científico-culturais, se constituem em um conjunto de estratégias pedagógico-didáticas que permitem, no âmbito do currículo, a articulação entre teoria e prática e a complementação, por parte do estudante, dos saberes e habilidades necessárias à sua formação. As atividades serão avaliadas durante a realização do curso de Letras - LIBRAS, com possibilidade de aproveitamento de conhecimentos adquiridos pelo estudante, através de estudos e práticas independentes realizadas no decorrer ou até no último período.

Considerar-se-ão atividades acadêmico-científico-culturais:

- Atividades de iniciação à docência: estágios não obrigatórios normalizados pela UFPI, experiências profissionais (docência) e monitorias;
- Atividades de iniciação à pesquisa: os programas de iniciação científica;
- Atividades de gestão: participação em órgãos colegiados (entidades de classe ligadas ao magistério) e entidades estudantis como membro da diretoria;
- Programas de extensão: atividades de participação e/ou organização de cursos realizados em áreas afins e estudos complementares, aprovação ou premiação em concursos;
- Trabalhos publicados: trabalhos publicados em revistas indexadas, jornais e anais de congressos, bem como a apresentação de trabalhos em eventos científicos;
- Atividades artístico-culturais, esportivas e produções técnico-científicas.
- As atividades acadêmicas desenvolvidas pelos alunos de Letras – LIBRAS, para efeito de integralização curricular, correspondem a 200 horas, as quais serão desenvolvidas ao longo ou até o último período do curso e deverão ser registradas no Histórico Escolar do aluno, em conformidade com as normas internas da UFPI a respeito do tema. A coordenação do Curso de Letras – LIBRAS pode, no decorrer da sua execução, oferecer aos estudantes atividades que possam ser integralizadas no currículo nesta modalidade.

Vale salientar que não houve alteração, no PPC 2019, dos componentes previstos no PPC de 2014, apenas da carga horária total, podendo-se manter, quando do cadastro do PPC no SIGAA, os mesmo códigos já previstos anteriormente.

Atividades de Iniciação à docência: estágios não obrigatórios, experiências profissionais e monitorias

A Universidade Federal do Piauí, entendendo que vivenciar o ambiente acadêmico não basta para formação completa do futuro profissional, busca incentivar os alunos na realização de estágios não obrigatórios normalizados. Os programas de integração empresa-escola são fundamentais para o conhecimento da vida profissional e estimulam o aluno na vida acadêmica. Os programas de integração empresa-escola serão conduzidos pela Coordenação de Estágio Extracurricular, a qual propicia agilidade na intermediação entre o estagiário e a empresa e estabelece o convênio entre as partes. Os estágios devem ser comprovados através da apresentação do Contrato de Estágio e de um relatório descrevendo as atividades desenvolvidas no estágio.

Além dos estágios, o Programa de Monitoria/Tutoria tem como objetivo experimentar a vivência didático-pedagógica, sob a supervisão e orientação do professor responsável; promover reforço ao processo de ensino-aprendizagem e possibilitar um aprofundamento de conhecimento na área em que se desenvolve a monitoria/tutoria.

É uma atividade que propicia espaço para rever conteúdos, discutir dúvidas e trocar experiências, aproximando cada vez mais os corpos discentes e docentes. Poderá ocorrer efetiva participação dos alunos do curso em Programas de Monitoria/Tutoria em várias disciplinas, devendo ser comprovada através de relatório do professor orientador e de declarações dos órgãos/unidades competentes.

Para os estudantes que já exercem a profissão – atuam na docência de Língua Brasileira de Sinais, em escolas públicas e/ou privadas -, serão aproveitadas as experiências docentes desde que apresentado relatório descritivo da experiência docente, comprovante de vinculação (ato de posse e contracheque e/ou carteira de trabalho) e Resolução do Conselho Estadual de Educação – CEE, autorizando o funcionamento da Escola.

Atividades de Pesquisa: Programas de Iniciação Científica

A iniciação científica constitui um elemento acadêmico que dá suporte à política de pesquisa institucional, sendo assim atrelada a excelência da produção científica na comunidade e à melhoria da qualidade da formação acadêmica dos egressos. Essa política de pesquisa institucional é sistematizada, vinculada ao fomento orçamentário interno ou externo para a realização de suas atividades e fornecedora de mecanismos de sustentação e de ampliação da pesquisa na Universidade. O Programa de Iniciação Científica (PIBIC) é sustentado por elementos como a criação de um mecanismo permanente de fomento ao Programa que parta de agências governamentais, como o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e a FAPEPI (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí) e de recursos próprios da Instituição.

Os recursos próprios da Instituição são utilizados com alunos do Programa de Iniciação Científica que recebem incentivos financeiros por participarem do desenvolvimento de projetos de pesquisas com relevância institucional. Vinculada a este Programa está a Política de Bolsas Acadêmicas, que complementa o projeto de bolsas de estudos e destina-se aos alunos de graduação da Universidade para desenvolvimento de atividades de pesquisa sob supervisão de um docente orientador.

Os alunos são também incentivados à iniciação científica, recebendo orientações para as suas pesquisas acadêmicas, em parceria com alunos da Pós-Graduação *Stricto Sensu*. Além disso, há incentivo para a participação de alunos da Universidade em Programas de Iniciação Científica de Instituições Públicas de Pesquisa reconhecidas na comunidade científica.

No Programa de Iniciação Científica, os alunos têm nessa atividade um incentivo à excelência da sua formação acadêmica e à participação efetiva em projetos de pesquisa orientados por docentes devidamente credenciados. Composto o Programa, estão aqueles projetos com mérito técnico-científico, com viabilidade de execução técnica e orçamentária, com a aprovação prévia pelo Núcleo de Pesquisa, que por sua vez conta com verba destinada ao fomento da pesquisa institucional prevista no orçamento da Universidade. O projeto também deve seguir a padronização institucional de um projeto de pesquisa viável do ponto de vista técnico-científico e metodológico.

A Iniciação Científica objetiva despertar o interesse pela pesquisa e incentivar os alunos nesse sentido. Os alunos inscrevem, juntamente com um orientador qualificado e experiente, seu projeto de pesquisa, que será submetido à avaliação por professores pesquisadores da UFPI (pós-

graduação). Após análise e aprovação das comissões, incluindo a do Comitê de Ética e Pesquisa, o projeto terá início e o aluno poderá receber bolsas de pesquisa.

Para o aproveitamento das atividades complementares, o estudante deverá apresentar relatório do professor orientador e declarações dos órgãos/unidades competentes.

Atividades de Gestão

A participação em órgão colegiado classista, seja na condição de estudante (movimento estudantil) ou de profissional (entidades de classe ligadas ao magistério), como membro da diretoria, deverá ser comprovada através das atas das reuniões das quais o estudante participou, declaração do órgão/unidade competente, e/ou outros atestados de participação e apresentação de relatório, descrevendo a sua experiência na gestão.

Programas de Extensão: Cursos/Atividades em Áreas Afins, Aprovação ou Premiação em Concursos

A participação ou organização pelo corpo discente de eventos de natureza técnico-científica, cultural e esportiva, dentro e fora da Instituição, faz parte das estratégias do curso para contemplar uma formação ampla, incentivando a busca permanente da formação profissional e o aprimoramento dos relacionamentos interpessoais. Para tanto, há ações regulares de apoio à participação em atividades de extensão comunitária, congressos, visitas técnicas, seminários, palestras, exposições, cursos de extensão, dentro e fora da IES. Além destes, a aprovação ou premiação em concursos artístico-culturais e científicos que contribuam para a formação integral do estudante dentro e fora da Instituição faz parte das atividades acadêmico-científico-culturais para a integralização curricular. Essas atividades deverão ser comprovadas através de atestados, certificados de participação/premiação ou apresentação de projeto registrado na Pró-Reitoria de Extensão.

Trabalhos Publicados

São considerados trabalhos publicados em revistas indexadas, jornais e anais de congressos, bem como apresentações de trabalhos em eventos científicos. Para comprovação dos mesmos, os alunos devem apresentar cópias dos artigos publicados e outros documentos comprobatórios.

Atividades Artístico-culturais, Esportivas e Produções Técnico-científicas

Referem-se à participação em grupos de arte, tais como: teatro, dança, coral, poesia e música, e produção ou elaboração de vídeos, softwares, exposições e programas radiofônicos. Esta participação deve ser comprovada através de atestados de participação, apresentação de relatórios ou trabalhos produzidos.

Registro das Atividades Acadêmico-científico-culturais

A Coordenação do Curso de Licenciatura em Letras – LIBRAS, com o apoio de uma comissão, efetuará o registro, o acompanhamento e a avaliação das atividades acadêmico-científico-culturais realizadas pelos estudantes durante a realização do curso, que sejam compatíveis com o Projeto Pedagógico do Curso, podendo oferecer atividades com esse fim ao longo do mesmo.

Cursos/Atividades em Áreas Afins, Aprovação ou Premiação em Concursos

A participação ou organização pelo corpo discente de eventos de natureza técnico-científica, cultural e esportiva, dentro e fora da Instituição, faz parte das estratégias do curso para contemplar uma formação ampla, incentivando a busca permanente da formação profissional e o aprimoramento dos relacionamentos interpessoais. Para tanto, há ações regulares de apoio à participação em atividades de extensão comunitária, congressos, visitas técnicas, seminários, palestras, exposições, cursos de extensão, dentro e fora da IES. Além destes, a aprovação ou premiação em concursos artístico-culturais e científicos que contribuam para a formação integral do estudante dentro e fora da Instituição faz parte das atividades acadêmico-científico-culturais

para a integralização curricular. Essas atividades deverão ser comprovadas através de atestados, certificados de participação/premiação ou apresentação de projeto registrado na Pró-Reitoria de Extensão.

Para registro do aproveitamento da carga horária, deverão ser observados os critérios descritos no seguinte quadro:

3.3.2.1 QUADRO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

PRIMEIRO GRUPO – Iniciação à docência		
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTOS
Estágios não obrigatórios	Programas de integração empresa-escola ou de trabalhos voluntários, com dedicação semanal de 5 a 10 horas para o aluno e com apresentação de relatórios.	30 (trinta) horas – máximo de 60 (sessenta) horas
Experiências profissionais	Experiência profissional como docente, com dedicação semanal de até 20 h, por um período mínimo de um semestre, com apresentação de relatório e declaração da instituição.	60 (sessenta) horas – máximo de 60 (sessenta) horas
Monitorias	Um semestre de exercício de monitoria, com dedicação semanal de 12 h para o aluno e com apresentação de resultados parciais e/ou finais em forma de relatório ou de trabalho apresentado em evento científico.	60 (sessenta) horas – máximo de 60 (sessenta) horas

SEGUNDO GRUPO – Pesquisa

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTO
Iniciação científica com bolsa	Um semestre de atividades de iniciação científica com dedicação semestral de 10 a 20 h semanais e com apresentação de resultados parciais e/ou finais em forma de relatório ou de trabalho apresentado em evento científico.	30 (trinta) horas – máximo de 60 (sessenta) horas
Iniciação científica voluntária	Um semestre de atividades de iniciação científica com dedicação semestral de 10 a 20h semanais e com apresentação de resultados parciais e/ou finais em forma de relatório ou de trabalho apresentado em evento científico.	30 (trinta) horas – máximo de 60 (sessenta) horas
Participação em eventos nacionais/internacionais como autor e apresentador	Participação em eventos nacionais diretamente relacionados às atividades acadêmicas e profissionais da área de Letras e áreas afins, com apresentação de trabalho e publicação nos anais do evento	20 (vinte) horas – máximo de 60 (sessenta) horas
Participação em eventos nacionais/internacionais como organizador	Participação na equipe de organização de eventos nacionais diretamente relacionados às atividades acadêmicas e profissionais da área de Letras e áreas afins, devidamente comprovado.	20 (vinte) horas – máximo de 60 (sessenta) horas
Participação em eventos nacionais/internacionais como ouvinte	Participação em eventos nacionais diretamente relacionados às atividades acadêmicas e profissionais da área de Letras e áreas afins, como ouvinte, devidamente comprovado.	05 (cinco) horas – máximo de 60 (sessenta) horas
Participação em eventos locais/regionais como autor e apresentador	Participação em eventos locais / regionais diretamente relacionados às atividades acadêmicas e profissionais da área de Letras e áreas afins, com apresentação de trabalho e publicação nos anais do evento.	10 (dez) horas – máximo de 60 (sessenta) horas

Participação em eventos locais/regionais como organizador	Participação na equipe de organização de eventos locais/regionais diretamente relacionados às atividades acadêmicas e profissionais da área de Letras e áreas afins, devidamente comprovado.	10 (dez) horas – máximo de 60 (sessenta) horas
Participação em eventos locais/regionais como ouvinte	Participação em eventos locais / regionais diretamente relacionados às atividades acadêmicas e profissionais da área de Letras e áreas afins, como ouvinte, devidamente comprovado	05 (cinco) horas máximo de 60 (sessenta) horas
Publicações de trabalhos integrais em anais de eventos nacionais, internacionais, regionais e locais.	Publicação em anais de congressos e similares, comprovados com documentação pertinente (declaração, cópia dos anais, etc).	30 (trinta) horas – máximo de 90 (noventa) horas
Publicações em periódicos	Publicações em periódicos especializados, comprovadas com apresentação de documento pertinente (declaração, cópia dos periódicos, etc.)	30 (trinta) horas – máximo de 90 (noventa) horas

TERCEIRO GRUPO – Gestão		
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTOS
Participação em órgão colegiado classista como membro da diretoria, na condição de estudante.	Mandato mínimo de seis meses, devidamente comprovado, com apresentação de relatório, descrevendo a sua experiência na gestão.	10 (dez) horas – máximo de 30 (trinta) horas

Participação em órgão profissional (entidades de classe ligadas ao magistério) como membro da diretoria	Mandato mínimo de seis meses, devidamente comprovado, com apresentação de relatório, descrevendo a sua experiência na gestão.	10 (dez) horas – máximo de 30 (trinta) horas
---	---	--

QUARTO GRUPO – Extensão		
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTOS
Projeto de extensão com bolsa	Um semestre de participação em projeto de extensão com dedicação semanal de 12 a 20 h, com apresentação de resultados parciais e/ou finais através de relatório e/ou em eventos científico, devidamente comprovado.	30 (trinta) horas – máximo de 90 (noventa) horas
Projeto de extensão voluntário	Um semestre de participação em projeto de extensão com dedicação semanal de 06 a 20 h, com apresentação de resultados parciais e/ou finais através de relatório e/ou em eventos científico, devidamente comprovado.	30 (trinta) horas – máximo de 90 (noventa) horas
Representação estudantil	Participação como representante estudantil no Colegiado do Curso, nas Plenárias Departamentais, Conselhos de Centro, Centro Acadêmico ou nos Colegiados Superiores com apresentação de documento comprobatório de participação na reunião.	01 (uma) hora por reunião – máximo de 10 (dez) horas

Produções artísticas e/ou técnico-científicas	Participação em grupos de artes, tais como, teatro, dança, coral, poesia, música e produção e elaboração de vídeos, softwares, exposições e programas radiofônicos e/ou televisivos, com a devida comprovação.	30 (trinta) horas – máximo de 90 (noventa) horas.
Recebimento de premiação e aprovação em concursos públicos.	Premiação recebida em eventos artísticos, acadêmicos ou por órgãos afins e aprovação em concursos públicos na área de Letras e/ou áreas afins, devidamente comprovados.	20 (vinte) horas – máximo de 60 (sessenta) horas
Palestras, espetáculos teatrais, exposições e outros eventos artísticos.	Participação em palestras com conteúdo relacionado à área de Letras e áreas correlatas, na condição de ouvinte. Assistência a espetáculos teatrais, exposições e outros eventos artísticos. Com a devida comprovação.	01 (uma) hora por evento – máximo de 30 (trinta) horas
Outras atividades de extensão	Quaisquer atividades não previstas neste quadro, mas contempladas na resolução e atividades realizadas em caráter contínuo, na área de Letras, às quais o aluno tenha se dedicado pelo, período mínimo de 03 meses e com jornada mínima de 20h semanais. Estas atividades devem ser reconhecidas pelo Colegiado do curso, que avaliará sua relevância, mediante documento comprobatório.	10 (dez) horas – máximo de 60 (sessenta) horas

O calendário universitário estipulará período para solicitação de integralização das atividades acadêmico-científico-culturais junto à Coordenação do Curso de Letras - LIBRAS, até 60 dias antes do prazo para a colação de grau do aluno.

A Coordenação do Curso, com o apoio de uma comissão, avaliará o desempenho do aluno nas atividades acadêmico-científico-culturais, emitindo conceito satisfatório ou insatisfatório, estipulando a carga horária a ser aproveitada e encaminhando os dados obtidos para registro.

3.3.3 Atividade Curricular de Extensão

A Extensão, compreendida como um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político, com a intencionalidade transformadora entre universidade e os diversos setores da sociedade, está prevista no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 no mínimo, com dez por cento do total de créditos curriculares exigidos nos cursos de graduação, por meio de programas e projetos de extensão em áreas de pertinência social.

Neste PPC, as atividades de extensão são definidas pelas Atividades Curriculares de Extensão como componentes curriculares, que abrangem atividades desenvolvidas por discentes, relacionadas a cursos, eventos, prestação de serviços, projetos e programas, incluindo os previstos em programas institucionais e de natureza governamental que atendam a políticas municipais, estaduais ou federais, destinadas à comunidade externa à UFPI.

3.3.3.1 REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO

- O curso de Licenciatura em Letras - LIBRAS deverá obrigatoriamente oferecer, no mínimo, uma ACE a cada semestre, conforme calendário acadêmico e resoluções que regulamentam as atividades de extensão na UFPI;
- Os alunos do curso de Licenciatura em Letras - LIBRAS deverão, obrigatoriamente, atuar na organização ou execução de uma ACE semestralmente (quando regularmente matriculado) até integralizar as 285h, definidas neste PPC, exceto no primeiro semestre .
- O quadro constante na seção 3.3.4.2 deste PPC, no que tange à carga horária e aos eixos temáticos das ACEs semestrais, se constitui como referência para o curso de Licenciatura em Letras - LIBRAS, obrigatoriamente, apresentar proposta de ACE naquele semestre compatível com o previsto e como sugestão para o aluno, visto que:
 - Os alunos poderão participar de outras ACEs, que não necessariamente as ofertadas pelo respectivo curso;
 - A carga horária e o eixo temático das ACEs de cada semestre dependerá das atividades de extensão as quais o aluno irá atuar.

- O aluno poderá atuar em outras ACEs ofertadas por outros cursos de graduação e pós-graduação ou por outros órgãos da UFPI (Pró-Reitorias, superintendências, núcleos de estudo, pesquisa e extensão e entidades representativas estudantis), desde que cadastradas na PREXC e respeitados os eventuais pré-requisitos especificados pelo Coordenador da ACE.
- Para fins de integralização da carga horária no histórico dos alunos, as ACE deverão:
 - Ser cadastradas na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura –PREXC
 - Ter seus relatórios (semestrais ou finais) homologados pela PREXC.
- Nos casos de transferência interna de curso ou mudança de curso, o aluno poderá solicitar, junto ao Assessor de Extensão do Campus/Centro, o aproveitamento das atividades curriculares de extensão já integralizadas no currículo do curso de origem.
- Caso as atividades de extensão realizadas não tenham sido integralizadas no currículo do curso de origem, o aluno poderá solicitar o aproveitamento das atividades, junto ao Comitê de Extensão da PREXC, instruído de relatório da atividade de extensão desenvolvida assinado pelo coordenador ou órgão responsável e com certificado ou declaração da atividade executada.
- As Atividades Curriculares de Extensão poderão ser realizadas conjuntamente por duas ou mais IES em parceria, facultando-se a mobilidade interinstitucional de estudantes, docentes e técnico-administrativos;
- Os discentes poderão requerer, junto ao Assessor de Extensão do Centro/Campus, o aproveitamento das atividades de extensão desenvolvidas em outras Instituições de Ensino Superior, desde que a solicitação de aproveitamento seja feita via processo até um ano antes da previsão para conclusão do curso e instruído de relatório da atividade de extensão desenvolvida assinado pelo coordenador ou órgão responsável e com certificado ou declaração da atividade executada.

3.3.3.2 QUADRO DE ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO

Período	Sugestão de carga horária	Atividades Curriculares de Extensão	Eixo temático:
----------------	----------------------------------	--	-----------------------

2º	60h	O aluno poderá participar da organização e execução de cursos, eventos e/ou projetos de extensão	LIBRAS instrumental e introdução à cultura surda
3º	40h	O aluno poderá participar da organização e execução de cursos, eventos e/ou projetos de extensão	Arte e cultura surda
4º	30h	O aluno poderá participar da organização e execução de cursos, eventos e/ou projetos de extensão	Prática de leitura e produção de textos
5º	60h	O aluno poderá participar da organização e execução de cursos, eventos e/ou projetos de extensão	Ensino de LIBRAS e/ou Português como L2
6º	60h	O aluno poderá participar da organização e execução de cursos, eventos e/ou projetos de extensão	LIBRAS e cultura surda - aprofundamento
7º	40h	O aluno poderá participar da organização e execução de cursos, eventos e/ou projetos de extensão	Estudos surdos e Escrita de Sinais
8º	30h	O aluno poderá participar da organização e execução de cursos, eventos e/ou projetos de extensão	Práticas de tradução

3.3.4 O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC

Em consonância com o parecer CNE/CP 9/2001, o Curso de Licenciatura em Letras - LIBRAS adotará o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em caráter obrigatório. O TCC deve ser elaborado individualmente pelo aluno, na forma de artigo acadêmico-científico, aplicado a questões pertinentes à área de Letras - LIBRAS, e entregue em duas versões (Língua Portuguesa e LIBRAS).

Deverá ser realizado sob a orientação de um professor orientador, sendo, ao término, submetido à avaliação de Banca Examinadora, composta por três professores, tendo o orientador como componente e presidente. Ao final da apresentação e defesa do trabalho, a Banca Examinadora, em reunião, avaliará e consolidará as avaliações de seus membros em formulário próprio. Compete ao Presidente da Banca Examinadora consolidar as avaliações do TCC e emitir o parecer de aprovação, ou o parecer de aprovação com pendências ou, ainda, o parecer de reprovação do orientando.

A carga horária do TCC equivalerá a 120h/a de trabalho individual, divididas em duas disciplinas: Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I) e Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II), ambas com 60h/a, sendo a primeira pertencente ao 7º e a segunda pertencente ao 8º período do Currículo do Curso.

Os procedimentos para a realização do TCC no âmbito do curso de Licenciatura em Letras - LIBRAS serão definidos e detalhados em regulamento próprio, em observância às especificidades do curso, e atenderão ao regulamento da UFPI quanto aos critérios de elaboração e apresentação, normas técnicas e formatação, mecanismos de avaliação e outras diretrizes que se fizerem necessárias (Portaria PREG/CAMEN n° 330, de 22 de junho de 2017).

O colegiado do curso deverá escolher democraticamente um professor do quadro permanente do curso para coordenar as atividades atinentes a todos os trâmites do Trabalho de Conclusão de Curso, ora designado Coordenador de TCC. Os casos omissos serão analisados pela Coordenação de TCC e pelo colegiado do curso, considerando-se, para tal a Resolução CEPEX/UFPI n°177/12 e Portaria PREG/CAMEN n°330/17).

A Coordenação do Curso disponibilizará para os alunos, manual atualizado de apoio ao TCC, e com o apoio do Sistema de Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) da UFPI, criará um repositório institucional próprio para arquivos de TCC, nos formatos pdf e vídeo, possibilitando que os TCC sejam disponibilizados.

3.4 Metodologia

Compreendendo que o currículo do curso deve incorporar a compreensão de que o próprio currículo e o próprio conhecimento devem ser vistos como construções e produtos de relações sociais, particulares e históricas, espera-se que o aluno perceba o processo de apropriação do conhecimento como resultado da atividade humana, num contexto determinado,

histórico-social e culturalmente dinâmico. Esse processo de construção do conhecimento se estabelece no e do conjunto de relações homem/homem, homem/natureza e homem/cultura.

Dada a natureza do curso, a metodologia a ser adotada visa à construção de uma prática embasada nos fundamentos teórico-práticos, orientada numa perspectiva crítica em que ação-reflexão-ação deve possibilitar uma ação docente comprometida com a formação sócio-político-cultural e ética. Isso implica que estes profissionais, responsáveis pela educação de alunos menos favorecidos economicamente presentes na escola pública, estarão guiados pela compreensão de que diferentes abordagens determinam posicionamentos políticos na ação profissional e, da mesma forma, estarão conscientes de seu papel de efetuar uma práxis pedagógica crítico-emancipatória em favor destes alunos.

3.4.1 Material didático específico

O material impresso deve conter o teor básico da disciplina e se constituir em um dos espaços de diálogo entre o professor/autor e o aluno. Desse modo, a linguagem utilizada deve ser dinâmica e motivadora, para que, além dos momentos em sala de aula, os alunos possam descobrir meios para o desenvolvimento da sua autonomia na busca de conhecimento.

Esse material será produzido pelo professor/autor e traduzido/interpretado pela equipe responsável para esse fim, adotando-se um padrão de diagramação e disposição do conteúdo-base em cada disciplina do curso. Esses recursos deverão estar de acordo com o assunto estudado, transformando-se em mais um meio de aprendizagem e compreensão do material estudado.

O conteúdo-base é um material impresso-digital apresentado nas versões em Português e LIBRAS para complementar a formação do alunado. Além desse material, o professor poderá dispor de material de apoio para maior compreensão dos conteúdos trabalhados em cada disciplina. Esse material poderá ser disponibilizado também em Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), através, por exemplo, do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas - SIGAA.

Nesse ambiente, o professor poderá apresentar propostas para discussão entre os alunos, com sua presença virtual ou não. Na página virtual do curso, o professor de cada disciplina também poderá acrescentar materiais complementares para serem acessados pelos alunos, tais como *links* para acesso a páginas ou outros materiais. Vale ressaltar que, ao elaborar os materiais

didáticos para o Ambiente Virtual, o professor deve privilegiar uma linguagem direta, dialógica e visualmente enriquecida, com conteúdos que estendam e complementem o material impresso da disciplina.

O Ambiente Virtual visa a oferecer maior acessibilidade às necessidades inerentes ao processo de ensino-aprendizagem do curso de Letras - LIBRAS, na modalidade Licenciatura. Nele, poderão ser depositados materiais de estudo regulares, entre outras mídias, materiais e atividades que favoreçam e possibilitem a complementação desse processo, como slides, videoconferência, vídeo-aula, teleaula etc., permitindo que o aluno se sinta integrado e incluído. Além disso, esse espaço pode tornar a comunicação entre alunos e professores uma constante.

As mídias utilizadas para o público alvo descrito, como foi anteriormente explicitado, serão o material impresso e digital, como mídia principal, além do computador, como mídia auxiliar para que o aluno tenha a possibilidade de interagir com os colegas, professores, membros da equipe pedagógica e instituição, através da Internet. Para acesso a este recurso, o aluno deverá ter à disposição um laboratório de informática equipado, ambiente que terá computadores conectados à Internet, acessando todos os recursos oferecidos por um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), tais como fórum, e-mail e *chat*.

A UFPI também deverá dispor de um Laboratório de Línguas, possibilitando ao professor inúmeras ferramentas tecnológicas que dinamizem as aulas e utilizem vários recursos audiovisuais, sobretudo, que ofereçam ao aluno a chance de uma aprendizagem significativa e dinâmica.

Ressalta-se que todo o material didático, seja impresso ou virtual, deve passar por um processo de elaboração e avaliação permanentes, para o aprimoramento constante da qualidade dos produtos, visando ao fortalecimento do processo de aprendizagem dos estudantes.

3.4.2 Previsão de atendimento a estudantes com necessidades especiais

Em virtude do Decreto N° 5.622, de 19 de dezembro de 2005, o Curso de Letras-LIBRAS promoverá ao estudante com necessidades especiais atendimento apropriado conforme tal necessidade. A ideia é viabilizar a integração e acesso dos alunos deficientes aos equipamentos e conteúdos envolvidos no seu desenvolvimento cognitivo.

4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

4.1 Políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão

A promoção de oportunidades de aprendizagem é contemplada nas políticas institucionais definidas pelo PDI/UFPI 2015-2019 para ensino, pesquisa e extensão, conforme elencado a seguir:

Para ensino de graduação:

- Investir em tecnologias de ensino e aprendizagem inovadoras;
- Possibilitar a oferta de disciplinas em fluxo contínuo;
- Realizar estudos para diversificar a certificação e proficiência em disciplinas;
- Promover a convergência do ensino presencial e a distância;
- Estimular e fomentar a inserção de discentes em grupos de pesquisa;
- Institucionalizar o ensino-aprendizagem em contexto social que integre pesquisa e extensão.

Para pesquisa:

- Estimular as vocações em áreas estratégicas para o desenvolvimento sustentável; Mobilizar talentos que atuam em áreas da fronteira da ciência;
- Atender às novas exigências de qualificação em diversas áreas de conhecimento;
- Elevar a posição da UFPI em produtividade científica e capacidade acadêmica;
- Expandir os programas de formação de recursos humanos em todas as áreas de conhecimento, equiparando-se as grandes universidades brasileiras;
- Preparar os discentes para serem protagonistas dos distintos campos da ciência

Para extensão

- Reafirmar a Extensão Universitária como um processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, indispensável na formação do estudante de graduação e pós-graduação, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade;
- Contribuir para que a Extensão Universitária interfira na solução dos grandes problemas sociais do Estado, incluindo o atendimento às demandas sociais e às ações de produção e difusão cultural e tecnológica;

- Estimular atividades de extensão cujo desenvolvimento implique relações multi, inter e/ou transdisciplinares e interprofissionais de setores da Universidade e da Sociedade, mantendo o compromisso com os direitos humanos, respeitando as diferenças de raças, etnias, crenças e gêneros;
- Possibilitar novos meios de produção, inovação e disponibilização de conhecimento, permitindo a ampliação do acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social da região a fim de ampliar as oportunidades e melhorar a qualidade da educação em todos os níveis;
- Assegurar a relação bidirecional entre a Universidade e a Sociedade para o desenvolvimento, produção e preservação cultural, artística e tecnológica relevantes para a afirmação do caráter regional e nacional;
- Promover atividades de extensão interinstitucionais voltadas para o intercâmbio nacional e internacional, inserindo a educação ambiental e o desenvolvimento sustentável como componentes dessas atividades, sob a forma de consórcios, redes ou parcerias, em especial, as que atuarem a cooperação internacional latino-americana solidária;
- Garantir Programa de Fomento às atividades de extensão e cultura devidamente registradas e aprovadas nas instâncias acadêmicas, através do financiamento pelo orçamento da UFPI;
- Buscar outras opções de financiamento das Atividades de Extensão através de parcerias com setores públicos e/ou privados;
- Tornar permanente a avaliação institucional das atividades de extensão universitária como um dos parâmetros de avaliação da própria Universidade, bem como, a institucionalização da carga horária em extensão nos Projetos Políticos Pedagógicos de todos os cursos de graduação da UFPI;
- Permitir a gestão de espaços e aparelhos culturais da UFPI, para dentre outros objetivos, planejar arrecadação de demandas externas a fim de serem repassadas à PREX, para a retroalimentação das diversas atividades de extensão desenvolvidas nesta IES;
- Permitir a construção de novos regimentos a fim de abrigar, proteger e desenvolver iniciativas culturais e de empreendedorismo acadêmico-social nascidos na academia

4.2 Apoio ao discente

O apoio pedagógico aos discentes é realizado pela Coordenação do Curso, auxiliada pelos professores do Curso, notadamente por meio de ações que possam favorecer o processo de ensino-aprendizagem dos alunos matriculados no curso de Letras - LIBRAS.

No que tange ao apoio psico-pedagógico, a UFPI dispõe de uma Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), que através de sua Coordenadoria de Assistência Comunitária – CACOM, gerencia as ações de política de Assistência Social à Comunidade Universitária. Esta Pró-Reitoria dispõe de um Serviço Psico-Social, formado por assistentes sociais, psicólogos e pedagogos, que prestam atendimento individual ou grupal aos alunos da UFPI que buscam soluções para os mais diversos problemas, orientando e encaminhando, quando necessário para os recursos disponíveis na comunidade interna e/ou externa.

A PRAEC ainda supervisiona a concessão de benefícios de permanência (bolsas e auxílios) exclusivamente oferecidos aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, tais como: a Bolsa de Apoio Estudantil (BAE), a Isenção da Taxa de Alimentação (ITA), o Auxílio Creche (AC) e a Residência Universitária (REU).

Uma modalidade de Bolsa, em específico, tem sido bastante relevante para o apoio aos alunos surdos – a Bolsa de Inclusão Social (BINCS), que se trata de auxílio financeiro destinado ao estudante regularmente matriculado na UFPI que presta auxílio acadêmico a um estudante com necessidade educacional especial (NEE) desta Instituição. Para concorrer à BINCS o candidato deve ter habilidades em LIBRAS.

Além disso, a UFPI tem seu trabalho com os alunos com necessidades educacionais especiais pautado pela Resolução nº54/2017 CEPEX-UFPI, garantindo atendimento educacional coerente aos alunos deficientes.

5 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

5.1 Avaliação da aprendizagem

A avaliação da aprendizagem em disciplinas do curso de Letras - LIBRAS atenderá às normas comuns a todos os cursos da UFPI, especificadas na Resolução 177/12 CEPEX-UFPI, notadamente em seu Título VIII, que, dentre outras determinações, indica que:

[...]

Art. 101. Para efeito de registro, o número de notas parciais deverá ser proporcional à carga horária da disciplina, respeitado o mínimo de:

I – 2 (duas), nas disciplinas com carga horária igual ou inferior a 45 (quarenta e cinco) horas;

II – 3 (três), nas disciplinas com carga horária de 60 (sessenta) a 75 (setenta e cinco) horas;

III – 4 (quatro), nas disciplinas com carga horária superior a 75 (setenta e cinco) horas.

Art. 102. A avaliação do rendimento acadêmico será feita por meio do acompanhamento contínuo do desempenho do aluno, sob forma de prova escrita, oral ou prática, trabalho de pesquisa, de campo, individual ou em grupo, seminário, ou outros instrumentos constantes no plano de disciplina.

§1º Os registros do rendimento acadêmico serão realizados individualmente, independentemente dos instrumentos utilizados.

§ 2º O rendimento acadêmico deve ser expresso em valores de 0 (zero) a 10 (dez), variando até a primeira casa decimal, após o arredondamento da segunda casa decimal.

Art. 103. A modalidade, o número e a periodicidade das avaliações parciais deverão considerar a sistemática de avaliação definida no projeto pedagógico do curso (PPC) e estar explícitos no plano de disciplina, de acordo com a especificidade.

§1º Nos instrumentos destinados às verificações parciais e exame final, deverão constar o valor correspondente a cada item.

§2º Em cada disciplina, é obrigatória a realização de, pelo menos, uma avaliação escrita realizada individualmente.

Art. 104. As avaliações devem verificar o desenvolvimento das competências e habilidades e versar sobre os conteúdos propostos no programa da disciplina.

Parágrafo único. Os critérios utilizados na avaliação devem ser divulgados, pelo professor, de forma clara para os alunos.

Art. 105. O professor deve discutir os resultados obtidos em cada instrumento de avaliação junto aos alunos.

Parágrafo único. A discussão referida no caput deste artigo será realizada por ocasião da publicação dos resultados e o aluno terá vista dos instrumentos de avaliação, devendo devolvê-los após o fim da discussão.

Art. 106. O rendimento acadêmico é calculado a partir média dos resultados obtidos nos instrumentos de avaliação utilizados durante a disciplina.

§1º A divulgação do rendimento acadêmico é obrigatoriamente feita no sistema de registro e controle acadêmico. O professor responsável pela disciplina deverá fazer o registro do rendimento no sistema acadêmico.

§2º É obrigatória a divulgação do rendimento da avaliação feita pelo professor da disciplina, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado este prazo a partir da realização da avaliação, ressalvados os limites de datas do Calendário Acadêmico.

[...]

Art. 110. Será “aprovado por média” o aluno que obtiver média parcial igual ou superior a 7,0 (sete), desde que os requisitos de assiduidade do Art. 117 sejam satisfeitos.

Art. 111. Será considerado “aprovado” no componente curricular o aluno que:

I – obtiver frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular e média aritmética igual ou superior a 7 (sete) nas avaliações parciais;

II – submetido ao exame final, obtiver média aritmética igual ou superior a 6 (seis), resultante da média aritmética das avaliações parciais e da nota do exame final.

Art. 112. Será considerado “reprovado” o aluno que se incluir em um dos três itens:

I – obtiver frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular;

II – obtiver média aritmética inferior a 4 (quatro) nas avaliações parciais;

III – obtiver média aritmética inferior a 6 (seis), resultante da média aritmética das avaliações parciais e da nota do exame final.

Art. 113. É reprovado no componente curricular o aluno cuja média final for menor que 4 (quatro). Neste caso, o aluno não poderá se submeter ao exame final.

Art. 114. A presença do aluno é registrada por sua frequência em cada 60 (sessenta) minutos de aula.

Art. 115. É reprovado no componente curricular o aluno que deixar de comparecer a mais de 25% (vinte e cinco por cento) do total das aulas e atividades no período letivo, ressalvados os casos previstos em lei.

Art. 116. O aluno cuja média parcial for maior ou igual a 4 (quatro) e menor que 7 (sete) e que satisfaça os requisitos de assiduidade definidos no Art. 117 terá direito à realização do exame final. Parágrafo único. O prazo para realização do exame final é de, no mínimo, 3 (três) dias úteis, contados a partir da divulgação da média parcial do aluno.

Art. 117. O rendimento acadêmico final (média final) é obtido pela média aritmética simples entre a média parcial e o resultado do exame final.

§1º O valor da média final será igual ao da média parcial para os alunos que se encontrarem na situação do Art. 1141 .

§2º Ao aluno reprovado por falta será atribuída a media final igual a zero.

Art. 118. A média final mínima para aprovação, depois de realizado o cálculo definido no Art. 117, é 6 (seis).

Respeitadas essas normas gerais, entende-se a avaliação da aprendizagem, no âmbito do curso de Letras - LIBRAS, como parte integrante do processo educativo, vinculando-se diretamente aos objetivos da aprendizagem no contexto do projeto do Curso de Letras - LIBRAS, devendo, portanto, ser realizada de forma contínua, considerando o desempenho do aluno em relação ao que foi planejado, visando à tomada de decisão em relação à consecução dos objetivos propostos e envolvendo também o julgamento do aluno sobre sua própria aprendizagem, sempre que possível.

Assim, a avaliação, utilizando diferentes instrumentos, tem finalidades diagnóstico-formativas:

- comparar o desempenho dos alunos nos instrumentos de avaliação aplicados aos objetivos traçados pela disciplina e pelo Curso;
- detectar dificuldades na aprendizagem;
- re-planejar;
- tomar decisões em relação à recuperação, promoção ou retenção do aluno;
- realimentar o processo de implantação e consolidação do Projeto-Pedagógico.

No Curso de Letras - LIBRAS, entende-se que é relevante analisar a capacidade de reflexão crítica dos alunos frente às suas próprias experiências, a fim de que possam atuar, dentro de seus limites, sobre o que os impede de agir para transformar aquilo que julgam limitados em termos do projeto pedagógico. Neste sentido, a relação teoria-prática coloca-se como imperativo no tratamento do conteúdo selecionado para o curso e a relação intersubjetiva, dialógica professor/aluno - mediada principalmente por textos - se torna fundamental. O trabalho do professor, portanto, ao organizar o material didático básico para a orientação do aluno deve contribuir para que todos questionem aquilo que julgam saber e, principalmente, para que questionem os princípios subjacentes a este saber.

Para que isso ocorra, há uma preocupação em desencadear um processo de avaliação que possibilite analisar como ocorre não só a aprendizagem da Língua de Sinais Brasileira pelos alunos, mas também como se realiza o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e experiência, a partir dos referenciais teóricos trabalhados no curso. Por isso, a verificação da aprendizagem ocorrerá de forma presencial, com utilização de instrumentos diversos, que exijam dos estudantes não só síntese dos conteúdos trabalhados, mas também outras produções.

Esses instrumentos de avaliação (tais como pesquisas, produções textuais escritas e orais, seminários, auto-avaliações, testes diagnósticos, provas individuais e em grupo, e outros) são elaborados pelos professores responsáveis pelas áreas de conhecimento, que, juntamente com a Coordenação do Curso, ficarão responsáveis por adequar o sistema de avaliação como melhor se adaptar à sua disciplina.

5.2 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

Conforme especificado no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2015-2019, o Projeto Pedagógico do Curso exige:

reportar-se aos desafios do campo de conhecimento profissional e à atribuição social da profissão; buscar, nas diversas dimensões curriculares, um novo papel para a ação docente; e adotar valores éticos e políticos fundamentais para o exercício da cidadania, da democracia e da responsabilidade coletiva. Assim, a elaboração do Projeto Pedagógico de cada Curso da UFPI tem por base o compromisso com a inovação na organização curricular, seja com relação à incorporação dos avanços tecnológicos, seja com a integralização do curso ao perfil desejado do egresso e ao sistema educacional em sua totalidade.

Visando o atendimento a essas exigências, o PPC do curso de Letras-LIBRAS estará em permanente avaliação com o objetivo de identificar falhas e defasagens nos diferentes componentes curriculares (princípios, objetivos do curso, perfil, conteúdos, sequência das disciplinas, etc.) bem como de indicar alternativas de ação com vistas à melhoria qualitativa do PPC.

Essa avaliação, de caráter formativo, será realizada, principalmente, a partir das seguintes fontes: ao final de cada período letivo, através de questionários envolvendo professores e estudantes, visando à melhoria da operacionalização do curso; pelo acompanhamento de egressos, através de aplicação de questionários aos mesmos e junto às instituições que absorvem os profissionais qualificados no curso de Letras - LIBRAS pela UFPI, considerando os aspectos relacionados aos objetivos do curso e do perfil profissional; a partir dos resultados de cada ciclo avaliativo fornecidos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), instituído pela Lei nº 10.861, de 14.04.2004.

Os dados coletados dessas fontes serão periodicamente analisados pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso (NDE) para que seja verificado se o PPC continua atendendo satisfatoriamente às demandas relacionadas ao perfil dos licenciados em Letras-LIBRAS. A partir dessa análise, se for constatada necessidade de modificação do PPC, serão seguidas as normas constantes no Art. 29 da Resolução 177/2012:

Art. 29. Todas as mudanças no projeto pedagógico (PPC) devem ser propostas pelo núcleo docente estruturante (NDE), deliberadas pelo colegiado do curso e, após análise pela Coordenação de Currículo da PREG (CC/PREG), homologadas pela Câmara de Ensino de Graduação (CAMEN) até 30 (trinta) dias antes da publicação da solicitação de oferta de componentes curriculares referente ao semestre letivo da sua implementação.

§1º A Câmara de Ensino de Graduação (CAMEN) será a instância final de aprovação de mudanças no projeto pedagógico (PPC), desde que tais mudanças não tenham como consequência alterações na carga horária mínima ou no tempo para integralização curricular.

§2º Havendo alteração na carga horária mínima ou no tempo para integralização curricular, ou ainda nos casos previstos no parágrafo único do Art. 10, a instância final de aprovação das mudanças será o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX).

6 EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS (BIBLIOGRAFIA)

6.1 Disciplinas Obrigatórias

1º PERÍODO

DISCIPLINA: Seminário de Introdução ao Curso		CÓDIGO: LIBRAS001
DEPARTAMENTO: Letras - LIBRAS		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
1.0.0	15h	---
EMENTA: Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras - LIBRAS. O licenciado em Letras - LIBRAS. Instâncias do Centro de Ciências da Humanas e Letras e da UFPI e suas competências envolvidas com o Curso de Letras - LIBRAS.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
PIAUÍ, UFPI. <i>Estatuto da UFPI</i> . Teresina: Edufpi, 1999.		
PIAUÍ, UFPI. <i>Projeto Pedagógico do Curso de Letras-LIBRAS da UFPI</i> . Teresina: 2007.		
PIAUÍ, UFPI. <i>Regimento Geral da UFPI</i> . Teresina: Edufpi, 1999.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
GESSER, Audrei. <i>Libras? Que língua é essa?</i> São Paulo: Parábola, 2009.		
SIMONE, M. C. & LEMES, V.P. <i>Surdez na infância, diagnóstico e terapia</i> . Rio de Janeiro: Soluções gráficas Design Studio, 1997.		
SKLIAR, C. <i>A localização política da educação bilíngue para surdos</i> . In: <i>Atualidades para educação bilíngue para surdos</i> . Porto Alegre: Editora Mediação, 1999.		
SNACHES, C. <i>Vida para os surdos</i> . Revista Nova Escola. Rio de Janeiro: Abril, 1993.		

DISCIPLINA: História da Educação		CÓDIGO: DFE0097
DEPARTAMENTO: Departamento de Fundamentos da Educação		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):

3.1.0	60h	---
<p>EMENTA: História da educação: fundamentos teórico-metodológicos e importância na formação do educador. Principais teorias e práticas educacionais desenvolvidas na história da humanidade. Visão histórica dos elementos mais significativos da educação brasileira e piauiense, considerando o contexto social, político, econômico e cultural de cada período. História da educação de surdos. O impacto do Congresso de Milão (1880) na educação de surdos no Brasil. Legislação e surdez. As políticas de inclusão e exclusão sociais e educacionais. Modelos educacionais na educação de surdos: modelos clínicos, antropológicos, da diferença e mistos.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p>		
<p>BRITO, I.S. <i>História da educação no Piauí</i>. Teresina: EDUFPI, 1996.</p> <p>BUFFA, E; NOSELLA, P. <i>A educação negada: introdução ao estudo da educação brasileira contemporânea</i>. São Paulo: Cortez Editora, 1991.</p> <p>DI GIORGI, C. <i>Escola nova</i>. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1992.</p> <p>FARIAS FILHO, L. M. de. (Org.). <i>Pesquisa em história da Educação: perspectivas de análise, objetos e fontes</i>. Belo Horizonte: HG Edições, 1999.</p> <p>FERNANDES, E. (org). <i>Surdez e bilinguismo</i>. Porto Alegre: Mediação, 2005.</p> <p>MOURA, Maria Cecília. <i>O Surdo, Caminhos para uma Nova Identidade</i>. Rio de Janeiro: Editora Revinter, 2000</p> <p>SKLIAR, C. <i>A localização política da educação bilíngue para surdos</i>. In: <i>Atualidades para educação bilíngue para surdos</i>. Porto Alegre: Editora Mediação, 1999.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p>		
<p>GESSER, Audrei. <i>Libras? Que língua é essa?</i> São Paulo: Parábola, 2009.</p> <p>GUIRALDELLI JÚNIOR, P. <i>Educação</i>. São Paulo: Cortez Editora, 1991.</p> <p>LOPES, E. M. T.; FARIAS FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. <i>500 Anos de Educação no Brasil</i>. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.</p> <p>MARROU, H-I. <i>Historia da educação na antiguidade</i>. São Paulo: EPU, 1990.</p> <p>NUNES, da C. (Org.) <i>O passado sem presente</i>. São Paulo: Cortez Editora, 1992.</p> <p>SIMONE, M. C. & LEMES, V.P. <i>Surdez na infância, diagnóstico e terapia</i>. Rio de Janeiro: Soluções gráficas Design Studio, 1997.</p>		

SNACHES, C. *Vida para os surdos*. Revista Nova Escola. Rio de Janeiro: Abril, 1993.

DISCIPLINA: Filosofia da Educação		CÓDIGO: DFE0095
DEPARTAMENTO: Departamento de Fundamentos da Educação		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	---
EMENTA: Filosofia e filosofia da educação: concepções e especificidades da filosofia; concepções de educação; tarefas da filosofia da educação; relação entre educação, pedagogia e ensino. Estudos filosóficos do conhecimento – as questões da verdade e da ideologia no campo da educação. As teorias e práticas educativas e suas dimensões ético-política e estética. A dimensão tecnológica da práxis educativa. Filosofia da educação e a formação do/a professora.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
ADORNO, Theodor W. <i>Educação e emancipação</i> . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.		
ARANHA, M. L. de A. <i>Filosofia da educação</i> . 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.		
BRITO, L.F. <i>Integração social e educação de surdos</i> . Rio de Janeiro : BABEL Editora, 1993		
GHIRALDELLI JR. P. <i>O que é Filosofia da Educação?</i> Rio de Janeiro: DP&A, 2000.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
CHAUÍ, M. <i>Convite a Filosofia</i> . 13. ed. São Paulo: Atica, 2003.		
CUNHA, M. V. <i>John Dewey: uma filosofia para educadores em sala de aula</i> . Petrópolis (RJ), 1994.		
FREIRE, P. <i>Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa</i> . São Paulo: Paz e Terra: 1996.		
GOLDFELD, M. <i>A criança surda</i> . São Paulo: Pexus, 1997.		
SKLIAR , C. (org) <i>Atualidade da educação bilíngue para surdos</i> . Porto Alegre: Mediação, 1999. 2.v.		

DISCIPLINA: Língua Brasileira de Sinais I		CÓDIGO:
DEPARTAMENTO: Letras - LIBRAS		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
1.3.0	60h	---
<p>EMENTA: Uso do corpo e do espaço na sinalização com ênfase em mímicas e gestos; Parâmetros de formação do sinal; Expressões faciais gramaticais e afetivas; Construções frasais afirmativas, negativas e interrogativas; vocabulário contextualizado às atividades desenvolvidas; Práticas sinalizadas.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>LACERDA, C.B.F; SANTOS, L.F. Tenho um aluno surdo e agora? <i>Introdução à Libras e educação de surdos</i>. São Carlos: EdUFSCar, 2014.</p> <p>FELIPE, T.; MONTEIRO, M. S. <i>LIBRAS em contexto</i>. Curso Básico. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Especial, 2001</p> <p>ANDREIS-WITKOSKI, Silvia. <i>Introdução à Libras: língua, história e cultura</i>. Curitiba: Ed. UTFPR, 2015.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>CAMPELO, A. R. et al. <i>Libras fundamental: livro didático de língua de sinais brasileira para crianças e adultos, surdos ou ouvintes</i>. 1. ed. Rio de Janeiro: LSB Vídeo, 2008.</p> <p>GARCIA, Eduardo de Campos. <i>O que todo pedagogo precisa saber sobre Libras: os principais aspectos e a importância da língua brasileira de sinais</i>. 2 ed. Wak Editora, Rio de Janeiro, 2015.</p> <p>MARCON, Andréia Mendiola ... [et. al.]. <i>Estudos da língua brasileira de sinais</i>. Passo Fundo: Ed. da Universidade de Passo Fundo, 2011.</p> <p>PEREIRA, Maria Cristina da Cunha et al. <i>Libras: conhecimento além dos sinais</i>. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.</p> <p>QUADROS, R.M. de; KARNOPP, L. <i>Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos</i>. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p>		

DISCIPLINA: Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas	CÓDIGO:
--	----------------

DEPARTAMENTO: Letras - LIBRAS

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	---

EMENTA: As técnicas e modalidades de registros das leituras filosófica e científica: esquema, resumo e resenha; normalização dos trabalhos científicos; os problemas metodológicos do conhecimento: bom senso, científico e filosófico; formas de produção do conhecimento em Ciências Humanas: pesquisa bibliográfica, monografia e artigo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANDRADE, Maria Margarida de. *Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação*. São Paulo: Atlas, 1998.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese em Ciências Humanas*. 6.^a edição, Lisboa, Editorial Presença, 1995.

SEVERINO, Joaquim Severino. *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: Cortez, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

HENDGES, Graciela Rabuske; MOTTA-ROTH, Désirée. *Produção textual na universidade*. São Paulo: Parábola. 2010.

LAVILLE, Christian. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Trad. Heloísa Monteiro e Jean Dionne. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane; TARDELLI, Lília Santos Abreu. *Planejar Gêneros Acadêmicos: Leitura e Produção de Textos Acadêmicos*. São Paulo: Parábola, 2010.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. *A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia*. São Paulo: Rêspel, 2012.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. *Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

DISCIPLINA: Leitura e Produção de Texto I**CÓDIGO:****DEPARTAMENTO: Letras - LIBRAS**

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.1.0	45h	---
<p>EMENTA: Estrutura e funcionamento da Língua Portuguesa em textos escritos. Mecanismos de textualidade em textos escritos em Língua Portuguesa. Estratégias de leitura e produção de textos escritos em língua portuguesa.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p>		
<p>GUEDES, P. C. <i>Da redação à produção textual: o ensino da escrita</i>. São Paulo: Parábola, 2009.</p> <p>KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. <i>A Coesão Textual</i>. 18. ed. São Paulo: Contexto, 2003.</p> <p>KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. <i>A Coerência Textual</i>. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2003.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p>		
<p>FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão. <i>Prática de Textos: língua portuguesa para nossos estudantes</i>. Petrópolis: Vozes, 1992.</p> <p>KLEIMAN, Angela. <i>Oficina de Leitura: Teoria & Prática</i>. Campinas: Pontes Editores, 2012.</p> <p>MARCUSCHI, Luiz Antonio. <i>Produção textual, análise de gêneros e compreensão</i>. São Paulo: Parábola, 2009.</p> <p>QUADROS, R. M. de.; SCHMIEDT, M. L. P. <i>Ideias para ensinar português para alunos surdos</i>. Brasília: MEC, SEESP, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port_surdos.pdf>.</p> <p>SALLES, Heloisa Maria Moreira Lima; FAULSTICH, Enilde; CARVALHO, Orlene Lúcia; RAMOS, Ana Adelina Lopo. <i>Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica</i>. Brasília: MEC, SEESP, 2004. v. 2 (Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lpvol2.pdf>.</p>		

DISCIPLINA: Estudos linguísticos I	CÓDIGO:
DEPARTAMENTO: Letras - LIBRAS	

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.1.0	45h	---
<p>EMENTA: O conceito de Linguagem e língua. Origem e características das línguas naturais. Linguística como Ciência. O objeto da Linguística. Relação da Linguística com outras ciências. Contribuição de Saussure. Estruturalismo europeu e norte - americano. Fundamentos da linguística gerativa: pressupostos teóricos, surgimento e desenvolvimento do gerativismo. As noções de Faculdade da Linguagem, Gramática Universal e Competência Linguística. Arquitetura da Linguagem em diferentes modelos gerativistas.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p>		
<p>SAUSSURE, F. de. <i>Curso de Linguística Geral</i>. 28.ed. São Paulo: Cultrix, 2012.</p> <p>MARTELOTTA, M. E. <i>Manual de Linguística</i>. São Paulo: Contexto, 2008.</p> <p>CHOMSKY, N. <i>Sobre Natureza e Linguagem</i>. São Paulo: Martins Fontes, 2002</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p>		
<p>MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. <i>Introdução à Linguística: Domínios e Fronteiras</i>. Vol.1. 9.ed. São Paulo: Editora Cortez, 2012.</p> <p>MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. <i>Introdução à Linguística: Domínios e Fronteiras</i>. Vol.2. 8.ed. São Paulo: Editora Cortez, 2012.</p> <p>MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. <i>Introdução à Linguística: Domínios e Fronteiras</i>. Vol.3. 9.ed. São Paulo: Editora Cortez, 2012.</p> <p>FIORIN, J. L. <i>Introdução à Linguística</i>. Vol.1. 6.ed. São Paulo: Editora Contexto, 2010.</p> <p>FIORIN, J. L. <i>Introdução à Linguística</i>. Vol.2. 6.ed. São Paulo: Editora Contexto, 2010.</p>		

2º PERÍODO

DISCIPLINA: Estudos Interculturais		CÓDIGO:
DEPARTAMENTO: Letras - LIBRAS		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):

1.1.0	30h	---
EMENTA: Conceitos de comunidade e cultura surda. Biculturalismo. Interação intercultural surda-ouvinte.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
ALBRES, N. de A.; NEVES, S. G. <i>Libras em estudo: política linguística</i> - São Paulo: FENEIS, 2013.		
FELIPE, T. <i>Libras em Contexto</i> (exemplar do aluno), MEC, 2001.		
QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. <i>Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos</i> . Artmed: Porto Alegre, 2004.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
CAPOVILLA, F.C., RAPHAEL, W.D. <i>Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trinlíngüe da Língua de Sinais Brasileira</i> , Volumes I e II. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.		
GESSER, A. <i>Libras: que língua é essa?</i> São Paulo Parábola Editorial. 2009.		
LEITE, E. M. C. <i>Os papéis do intérprete de Libras na sala de aula inclusiva</i> . Coleção cultura e diversidade. Rio de Janeiro: Editora Arara Azul. 2005.		
PIMENTA, N. & QUADROS, R. M. de. <i>Curso de Libras</i> . Nível Básico I. 2007.		
STROBEL, K. <i>As imagens do outro sobre a cultura surda</i> . Editora da UFSC: Florianópolis. 2009		

DISCIPLINA: Sociologia da Educação		CÓDIGO: DFE235
DEPARTAMENTO: Fundamentos da Educação		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	História da Educação
EMENTA: O campo da Sociologia da Educação: surgimento e correntes teóricas; a escola e os sistemas de ensino nas sociedades contemporâneas; o campo educativo: sujeitos, currículos, representações sociais e espaços educativos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
ARON, Raymond. <i>As etapas do pensamento sociológicas</i> . São Paulo: Martins Fontes,		

1987.

GOMES, Cândido Alberto. *Educação em perspectiva em sociológica*. São Paulo: EPU, 1985.

FORACCHI, Marialice; MARTINS, José de Souza. *Sociologia e sociedade*. Rio de Janeiro: LTC. 1985.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DAYURELL, Juarez (org.). *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1999

DURKHEIM, Émile. *Educação e Sociedade*. São Paulo: Melhoramentos, 1978

ENGUIA, Mariano F. *Trabalho, escola e ideologia*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GIROUX, Henry. *Para além das teorias da reprodução: teoria crítica e resistência em educação*. Petrópolis: Vozes, 1983.

NOGUEIRA, MA; ROMANELLI, G; ZAGO, N. (orgs.). *Família e Escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

DISCIPLINA: Psicologia da Educação

CÓDIGO: DFE236

DEPARTAMENTO: Fundamentos da Educação

Créditos:

Carga Horária:

Pré-requisito(s):

3.1.0

60h

EMENTA: A ciência psicológica. A constituição da subjetividade. Desenvolvimento e aprendizagem. Transtornos e dificuldades de aprendizagem. Reflexões sobre a prática pedagógica no ensino fundamental e médio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AMIRALIAN, M. L. T. *Psicologia do excepcional*. São Paulo: EP, 1996.

BRAGHIROLI, E. M. e outros. *Psicologia geral*. Petrópolis: Vozes, 2001.

CASTORINA, J.A. et.al. *Piaget e Vygotsky: novas contribuições para o debate*. São Paulo-SP: Ática, 1996.

FERREIRA, M.; SANTOS, M. R. dos. *Aprender e ensinar, ensinar e aprender*. Porto: Afrontamento, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARÍES, P. *Historia social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O. e TEXEIRA, M^a de L. T. *Psicologia: uma introdução ao estudo de Psicologia*. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

COLL, C.; PALACIO, J.; MARCHESI, A. (orgs). *Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia e educação*. Vol. 2. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

COUTINHO, M.T. da C.; MOUREIRA, M. *Psicologia educacional: um estudo dos processos de desenvolvimento e aprendizagem humanos voltados para a educação; ênfase na abordagem construtivista* 3^a ed. Belo Horizonte - MG: Lê, 1993.

FONTANA, R.; CRUZ, N. *Psicologia e trabalho pedagógico*. São Paulo: Atual, 1997.

DISCIPLINA: Leitura e Produção de Texto II**CÓDIGO:****DEPARTAMENTO: Letras - LIBRAS****Créditos:****Carga Horária:****Pré-requisito(s):**

2.1.0

45h

Leitura e Produção de Texto I

EMENTA: Noções de linguagem, texto, gênero e discurso. Prática de leitura e de produção de textos acadêmicos. Estratégias de leitura e de produção de textos acadêmicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e escrever: estratégias de produção textual*. São Paulo: Contexto, 2009.

MACHADO, Anna Rachel; TARDELLI, Lília Santos Abreu; LOUSADA, Eliane. *Planejar gêneros acadêmicos*. São Paulo: Parábola, 2005.

MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. *Produção textual na universidade*. São Paulo: Parábola, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FARACO, Carlos Alberto; MANDARIK, David. *Prática de Redação para estudantes universitários*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão. *Prática de Textos: língua portuguesa para nossos estudantes*. Petrópolis: Vozes, 1992.

FREIRE, Paulo. *A Importância do Ato de Ler*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS, Maria Helena. *O Que é Leitura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DISCIPLINA: Língua Brasileira de Sinais II		CÓDIGO:
DEPARTAMENTO: Letras - LIBRAS		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Língua Brasileira de Sinais I
EMENTA: Uso de expressões não-manuais; Construções frasais com aspecto, tópico, foco; Exploração do espaço de sinalização; Diferenças de perspectivas na sinalização e o particionamento do corpo do sinalizante. Vocabulário contextualizado às atividades desenvolvidas; práticas sinalizadas.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
FERREIRA, Lucinda. <i>Por uma gramática de língua sinais</i> . [reimpr.]. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.		
QUADROS, R.M. de; KARNOPP, L. <i>Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos</i> . Porto Alegre: ArtMed, 2004		
STROBEL, Karin Lilian; FERNANDES, Sueli. <i>Aspectos linguísticos da LIBRAS</i> . Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Educação Especial. Curitiba: SEED/SUED/DEE.1998.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
ARROTEIA, J. <i>O papel da marcação não-manual nas sentenças negativas em Língua de Sinais Brasileira (LSB)</i> . Dissertação de Mestrado. UNICAMP. Campinas,2005. Disponível em < http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/270807/1/Arroteia_Jessica_M.pdf >.		
FELIPE, T.A. <i>Libras em contexto: curso básico</i> . Brasília: MEC/SEESP, 2007.		
FELIPE, Tanya A. Estrutura Linguística da LIBRAS. In: BRASIL. <i>Educação Especial Deficiência Auditiva: Série Atualidades Pedagógicas</i> . Brasília: MEC/SEESP, 1997		
HONORA, Márcia. FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. <i>Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez</i> . São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.		
PIMENTA, N.; QUADROS, R. M. <i>Curso de LIBRAS 2 – Iniciante</i> . 3 ed. rev., e atualizada.		

Porto Alegre: Editora Pallotti, 2008

DISCIPLINA: Escrita de Sinais I		CÓDIGO:
DEPARTAMENTO: Letras - LIBRAS		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Língua Brasileira de Sinais
EMENTA: Aspectos históricos e culturais da escrita. Compreensão do sistema de escrita de língua de sinais: grupos de configurações de mão, locações, movimentos, contatos e marcas não-manuais. Exploração e uso do sistema de escrita de língua de sinais: uso de softwares de SW. A alfabetização na escrita da língua de sinais. Atividades práticas.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>BARRETO, Madson; BARRETO, Raquel. <i>Escrita de Sinais sem mistérios</i>. 2. Ed. rev. atual. e ampl. – Salvador, v.1: Libras Escrita, 2015.</p> <p>PICARD, Georges. <i>Todo mundo devia escrever: a escrita como disciplina de pensamento</i>. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.</p> <p>STUMPF, M. Sistema SignWriting: por uma escrita funcional para o surdo. In THOMA, Adriana da Silva. (Org). <i>A Invenção da Surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação</i>. Editora Edunisc, 2004</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>CAPOVILLA, F.C., RAPHAEL, W.D.. <i>Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trinlíngue da Língua de Sinais Brasileira</i>, Volumes I e II. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.</p> <p>FERNANDES, Eulália. <i>Linguagem e surdez</i>. Porto Alegre. Editora Artmed, 2003.</p> <p>KARNOPP, Lodenir; QUADROS, Ronice Müller de. <i>Educação infantil para surdos</i>. In: In: ROMAN, Eurilda Dias, STEYER, Vivian Edite (Org.) <i>A criança de 0 a 6 anos e a educação infantil: um retrato multifacetado</i>. Canoas. 2001.</p> <p>GIORDANI, Liliane F. <i>"Quero escrever o que está escrito nas ruas": representações culturais da escrita de jovens e adultos surdos</i>. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003.</p> <p>SUTTON, Valerie. <i>SignWriting: Manual</i>. [online]. 1996. Disponível em <www.signwriting.org>.</p>		

DISCIPLINA: Estudos Linguísticos II		CÓDIGO:
DEPARTAMENTO: Letras - LIBRAS		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.1.0	45h	Estudos Linguísticos I
<p>EMENTA: As principais correntes dos estudos enunciativos e discursivos da linguagem. Fundamentos epistemológicos em teorias da enunciação. Os desdobramentos teóricos em enunciação: a heterogeneidade discursiva. O discurso citado. Conceitos básicos em Pragmática. Teoria dos atos de fala. Princípio da cooperação e implicatura conversacional. Dêixis. A teoria da polidez. Contexto e contextualização. Princípios e mecanismos da organização global e local da fala em interação. Fundamentos de significado e de produção de sentidos. Discurso e Texto. Análise de Discurso. Análise da Conversação.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>FLORES, V. do N.; TEIXEIRA, M. <i>Introdução à Linguística da Enunciação</i>. São Paulo: Contexto, 2005.</p> <p>ORLANDI, E. <i>Análise de Discurso: princípios e procedimentos</i>. Campinas: Pontes, 2009.</p> <p>ILARI, R. <i>Introdução à Semântica: Brincando com a Gramática</i>. São Paulo: Contexto, 2001.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>RAJAGOPALAN, K. <i>Nova Pragmática: Fases e Feições de um Fazer</i>. São Paulo: Parábola, 2010.</p> <p>BENVENISTE, E. <i>Problemas de Linguística Geral II</i>. 2.ed. Campinas: Pontes, 2006.</p> <p>BENVENISTE, E. <i>Problemas de Linguística Geral I</i>. 5.ed. Campinas: Pontes, 2005.</p> <p>OLIVEIRA, L. A. <i>Manual de Semântica</i>. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.</p> <p>KEBRAT- ORECCHIONI, C. <i>Análise da Conversação: princípios e métodos</i>. São Paulo: Parábola, 2006.</p>		

3º PERÍODO

DISCIPLINA: Legislação e Organização da Educação Básica	CÓDIGO:
DEPARTAMENTO: Fundamentos da Educação	

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	Sociologia da Educação
<p>EMENTA: Abordagem da dimensão política e pedagógica da organização escolar brasileira. Estudo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Nº. 9394/96) e demais documentos pertinentes. Ética e legalidade. Aspectos éticos e legais relacionados à Educação Básica.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p>		
<p>BRASIL. <i>Constituição da República Federativa do Brasil (1988)</i>. Poder Legislativo, Brasília, DF, out. 1988. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm></p> <p>CARNEIRO, M. A. <i>LDB fácil: leitura crítico compreensiva artigo a artigo</i>. 14. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.</p> <p>PIAUI. <i>Constituição Estadual (1989)</i>. Assembléia Legislativa do Piauí, Teresina, PI. Disponível em < http://ged.al.pi.gov.br/Portal/download/ConstituicaoEstadualFinal.pdf></p>		
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p>		
<p>ARELARO, L. R. G. ; KRUPPA, S. M. P. <i>Educação de Jovens e adultos</i>. In: OLIVEIRA, R. P. ; ADRIÃO, T. (orgs.). <i>Organização do Ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB</i>. São Paulo: Xamã, 2002.</p> <p>BREZENZISKI, I. (org.). <i>LDB Interpretada: diversos olhares se entrecruzam</i>. São Paulo: Cortez, 1997.</p> <p>CURY, C.R. J. Os Conselhos da educação e a gestão dos sistemas. In: FERREIRA, N.S.C. & AGUIAR, M.A. da S. <i>Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos</i>. Campinas: Cortez, 2000.</p>		

DISCIPLINA: Didática Geral		CÓDIGO:
DEPARTAMENTO: Métodos e Técnicas de Ensino		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Psicologia da Educação
<p>EMENTA: Fundamentos epistemológicos da Didática. A didática e a formação do professor. O planejamento didático e a organização do trabalho docente. Reflexões sobre a prática pedagógica no ensino fundamental e médio. Educação de surdos com base na experiência visual: educação infantil; ensino fundamental; ensino médio; ensino profissionalizante. O currículo na educação de surdos. Propostas de ensino para educação de surdos com enfoque nas experiências visuais. Didática e dinâmica na aula de/com surdos.</p>		

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARREIRO, I. M.de F.; GEBRAN, R. A.. *Prática de ensino e estágio obrigatório na formação de professores*. São Paulo: Avercamp, 2006.

CORDEIRO, J. *Didática*. São Paulo: Contexto, 2007.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CASTRO, A. D. et al. *Ensinar a Ensinar: didática para escola fundamental e médio*. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2001.

COUTINHO, R. M. T. *Pedagogia do ensino superior: formação inicial e formação continuada*. Teresina: Editora Halley, 2007.

LIBÂNEO, J. C. *Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos*. 8. ed. São Paulo: Loyola, 1989.

MARTINS, P. L. O. (org.). *Conhecimento local e conhecimento universal: pesquisa didática e ação*. Curitiba: Champagnat, 2004.

RIOS, T. A. *Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade*. São Paulo: Cortez, 2001.

DISCIPLINA: Língua Brasileira de Sinais III**CÓDIGO:****DEPARTAMENTO: Letras - LIBRAS****Créditos:****Carga Horária:****Pré-requisito(s):**

2.2.0

60h

Língua Brasileira de Sinais II

EMENTA: Classificadores: tipos, uso na língua de sinais. Os verbos classificadores. Sistemas de transcrição em LIBRAS, Estudo das situações prático-discursivas da Libras Atividades de prática como componente curricular; vocabulário contextualizado às atividades desenvolvidas; práticas sinalizadas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BERNARDINO, Elidéa Lúcia Almeida. *O uso de classificadores na língua de sinais brasileira*. ReVEL, v. 10, n. 9, 2012.

BARRETO, Madson, BARRETO, Raquel. *Escrita de sinais sem mistérios*. v.1: LIBRAS Escrita, 2. Ed. Ver.atual. e ampl – Salvador, 2015.

QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. *Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAPOVILLA, F.C.; RAPHAEL, W.D. *Dicionário enciclopédico ilustrado Trilíngue da língua de sinais*. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

FELIPE, Tanya. *Sistema de flexão verbal na Libras: os classificadores enquanto marcadores de flexão de gênero*. In: Congresso Internacional do INES, 2002, Rio de Janeiro. Anais do Congresso Internacional do INES, v. 1, 2002.

FELIPE, T. A. *A estrutura frasal na LSCB*. In: Anais do IV Encontro Nacional da ANPOLL, Recife, 1989.

ARROTEIA, J. *O papel da marcação não-manual nas sentenças negativas em Língua de Sinais Brasileira (LSB)*. Dissertação de Mestrado. UNICAMP. Campinas, 2005.

QUADROS, R. M; STUMPF, M. R (organizadoras). *Estudos Surdos IV*. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2009.

DISCIPLINA: Linguística da LIBRAS I		CÓDIGO:
DEPARTAMENTO: Letras - LIBRAS		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	Estudos Linguísticos I
EMENTA: Diferenças e semelhanças entre a materialidade linguística das línguas orais e a das línguas de sinais. Características da materialidade gestual que compõe a LIBRAS. Mecanismos articulatórios envolvidos na produção dos sinais: parâmetros. Traços distintivos das unidades mínimas que produzem diferença de significado na LIBRAS. Variação linguística na LIBRAS. Princípios para descrição linguística da LIBRAS.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
CAGLIARI, Luiz Carlos. <i>Análise fonológica</i> . São Paulo: Mercado de Letras, 2002.		
FERREIRA, Lucinda. <i>Por uma gramática de língua de sinais</i> . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.		
NÈVE, François-Xavier. <i>Essai de Grammaire de la langue des signes française</i> . Paris-Genève: Droz, 1996.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		

McCLEARY, L.; VIOTTI, E.; LEITE, T. A. Descrição das línguas sinalizadas: a questão da transcrição dos dados. *Alfa*, São Paulo, v. 54, n.1, p. 265-289, 2010.

NÈVE, François-Xavier. "Phonologie" ou gestématique des langues des signes des sourds: Gestèmes, allogestes et neutralisations?. *La Linguistique*, v. 28, n. 1, p. 69-93, 1992.

QUADROS, Ronice M.; KARNOPP, Lodenir B. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

SILVA, Thaïs C. *Fonética e fonologia do português*. São Paulo: Contexto, 2001.

XAVIER, André Nogueira. *Descrição fonético-fonológica dos sinais da língua brasileira de sinais (libras)*. 2006. 175 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

DISCIPLINA: Teorias de Aquisição de linguagem		CÓDIGO:
DEPARTAMENTO: Letras - LIBRAS		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.1.0	45h	Estudos Linguísticos I
EMENTA: Aquisição da linguagem pela criança: teorias e conceitos. Relação entre aquisição e desenvolvimento da língua materna e aquisição da escrita. Aquisição de língua estrangeira: teorias e conceitos. Bilinguismo.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
FAYOL, Michel. <i>Aquisição da escrita</i> . São Paulo: Parábola, 2014.		
KAIL, Michèle. <i>Aquisição de linguagem</i> . São Paulo: Parábola Editorial, 2013.		
PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira. <i>Aquisição de Segunda Língua</i> . São Paulo: Parábola, 2014.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
HEYE, J.; SAVEDRA, M. <i>Dimensões de bilinguismo e bilingualidade na aquisição formal da L2</i> . Revista Palavra no. 3. Rio de Janeiro. Departamento de Letras, PUC-Rio, 1995, p. 78-96.		
MOREIRA, M. A. <i>Teorias da aprendizagem</i> . São Paulo: EPU, 1999.		

QUADROS, Ronice Müller. *Educação de surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

RE, A. del. *Aquisição de Linguagem*. São Paulo: Contexto, 2006.

SCARPA, E. M. Aquisição da linguagem. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. (org). *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2006. p. 203-232.

DISCIPLINA: Escrita de Sinais II		CÓDIGO:
DEPARTAMENTO: Letras - LIBRAS		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Escrita de Sinais I
EMENTA: Leitura e escrita da língua de sinais: aspectos marcados. A representação do espaço na escrita de sinais. Ênfase na produção textual. O alfabetismo na escrita da língua de sinais. Produção de textos utilizando o sistema de escrita da língua de sinais.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
BARRETO, Madson; BARRETO, Raquel. <i>Escrita de Sinais sem mistérios</i> . 2. Ed. rev. atual. e ampl. – Salvador, v.1: Libras Escrita, 2015.		
STUMPF, M.R.. Transcrições de língua de sinais brasileira em SignWriting. In LODI, Ana Cláudia B. (Org) <i>Letramento e minorias</i> . Porto Alegre. Editora Mediação, 2002		
WANDERLEY, D. C. <i>A leitura e escrita de sinais de forma processual e lúdica</i> . Curitiba: Editora Prismas, 2015.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
CAGLIARI, Luiz Carlos. <i>Alfabetização e Linguística</i> . São Paulo. Editora Scipione, 2002.		
KATO, M. <i>No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística</i> . São Paulo: Ática, 1998.		
ROMAN, Eurilda Dias, STEYER, Vivian Edite (Org.) <i>A criança de 0 a 6 anos e a educação infantil: um retrato multifacetado</i> . Canoas. 2001.		
STUMPF, M.R. Letramento na língua de sinais escrita para surdos. In MOURA, Maria Cecília de (Org). <i>Educação para surdos: práticas e perspectivas II</i> . 1 Ed. São Paulo: Santos, 2011.		

SUTTON, Valerie. *SignWriting: Manual*. [online]. 1996. Disponível em <www.signwrtng.org>.

4º PERÍODO

DISCIPLINA: Estudos Surdos I		CÓDIGO:
DEPARTAMENTO: Letras - LIBRAS		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	Língua Brasileira de Sinais III
EMENTA: Identidade e cultura surda; Fatores teóricos que contribuem para a visão contemporânea da cultura surda. Artefatos culturais e a língua de sinais; Abordagens tradicionais do currículo na escolarização dos surdos: práticas e discursos; Identificações e locais das identidades: família, escola, associação, faixas geracionais etc. As identidades surdas multifacetadas e multiculturais. Relações éticas.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
DORZIAT, A. (Org.) <i>Estudos Surdos: diferentes olhares</i> . Porto Alegre : Mediação, 2011.		
KARNOPP, L. B.; KLEIN, M.; LUNARDI-LAZZARIN, M. L. (ORG.) <i>Cultura surda na contemporaneidade: negociações, intercorrências e provocações</i> . Canoas : Ed. ULBRA, 2011.		
STROBEL, Karin. <i>As imagens do outro sobre a cultura surda</i> . Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
QUADROS, R. M. <i>Educação de surdos: a aquisição da linguagem</i> . Porto Alegre: Artmed, 1997.		
SACKS, O. <i>Vendo vozes: uma jornada pelo mundo dos surdos</i> . Rio de Janeiro: Imago Editora, 1990.		
SÁ, N. R. L. de. <i>Cultura, Poder e Educação de Surdos</i> . Manaus: INEP, 2002.		
SKLIAR, C. (org.) <i>A surdez: um olhar sobre as diferenças</i> . Porto Alegre: Mediação, 1998.		
THOMA, A. da S.; LOPES, M. C. (Org.). <i>A invenção da surdez II: espaços e tempos de aprendizagem na educação de surdos</i> . Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006.		

DISCIPLINA: Língua Brasileira de Sinais IV		CÓDIGO:
DEPARTAMENTO: Letras - LIBRAS		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Língua Brasileira de Sinais III
<p>EMENTA: Descrições complexas de contextos concretos e abstratos. Definição conceitual de termos. Argumentação: gerenciamento de razão e emoção. Narrativas como forma de argumentação. Exploração coesa e coerente do corpo e do espaço em textos argumentativos. Exploração avançada das boias no discurso. Exploração criativa de classificadores. Estratégias argumentativas. vocabulário contextualizado às atividades desenvolvidas; práticas sinalizadas.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>MACHADO, Flavia Medeiros Alvaro. <i>Conceitos abstratos: escolhas interpretativas de portugues para Libras</i>. Curitiba: Appris, 2014</p> <p>SACKS, O. <i>Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos</i>. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.</p> <p>STROBEL, Karin Lilian; FERNANDES, Sueli. <i>Aspectos linguísticos da LIBRAS</i>. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Educação Especial. Curitiba: SEED/SUED/DEE.1998.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>BASSNETT, Susan. <i>Estudos de tradução</i>. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.</p> <p>COELHO, Orquídea; KLEIN, Madalena. <i>Cartografias da surdez: comunidades, línguas, práticas e pedagogia</i>. Livpsic, 2013.</p> <p>FERREIRA, Lucinda. <i>Por uma gramática de língua sinais– [reimpr.]</i>. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.</p> <p>NASCIMENTO, S.P.. de F.do. <i>Representações lexicais da língua de sinais brasileira: uma proposta lexicográfica</i>. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, 2009. http://repositorio.unb.br/handle/10482/6547.</p> <p>QUADROS, R.M. de; KARNOPP, L. <i>Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos</i>. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p>		

DISCIPLINA: Avaliação da Aprendizagem		CÓDIGO:
DEPARTAMENTO: Métodos e técnicas de Ensino		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	Didática Geral
<p>EMENTA: Abordagem do processo de Avaliação na Educação Básica, em nível teórico e prático, bem como da prática avaliativa e dos mecanismos de exclusão: reprovação, repetência e evasão.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>Haidt, R. C. C. <i>Avaliação do processo ensino-aprendizagem</i>. São Paulo: Editora Ática, 1994.</p> <p>Hoffmann, J. <i>Avaliar para promover: as setas do caminho</i>. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.</p> <p>Hoffmann, J. <i>Contos e contrapontos: do pensar ao agir em avaliação</i>. Porto Alegre: Mediação, 1998.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>Arellano, L. R. G. ; Kruppa, S. M. P. <i>Educação de Jovens e adultos</i>. In: Oliveira, R. P. ; Adrião, T. (orgs.). <i>Organização do Ensino No Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB</i>. São Paulo: Xamã, 2002.</p> <p>Brezenziski, I. (org.). <i>LDB Interpretada: diversos olhares se entrecruzam</i>. São Paulo: Cortez, 1997.</p> <p>Hoffman, J. <i>Avaliação mito & desafio – uma perspectiva construtivista</i>. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1991.</p> <p>Luckesi, C. <i>Avaliação da aprendizagem escolar: Estudos e proposições</i>. São Paulo: Cortez, 1996.</p>		

DISCIPLINA: Linguística da LIBRAS II		CÓDIGO:
DEPARTAMENTO: Letras - LIBRAS		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):

3.1.0	60h	Linguística da LIBRAS I
<p>EMENTA: Léxico e gramática. Modelos de análise morfológica e sua aplicação ao estudo da morfologia da LIBRAS. Relação entre a morfologia da língua portuguesa e a da LIBRAS. Identificação e classificação de morfemas e alomorfes da LIBRAS. Formação e classes de palavras da LIBRAS.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p>		
<p>BASÍLIO, M. <i>Formação e classes de palavras no português do Brasil</i>. São Paulo: Contexto, 2004.</p> <p>QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. <i>Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos</i>. Porto Alegre: ArtMed, 2004.</p> <p>ROSA, M. C. <i>Introdução à morfologia</i>. São Paulo: Contexto, 2000.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p>		
<p>CARONE, F.B. <i>Morfossintaxe</i>. São Paulo: Ática, 1995.</p> <p>FERREIRA, Lucinda. <i>Por uma gramática de língua de sinais</i>. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.</p> <p>KEHDI, V. <i>Morfemas do português</i>. São Paulo: Ática, 2001.</p> <p>MACAMBIRA, J.R. <i>Português estrutural</i>. 4 ed. São Paulo: Pioneira, 1998.</p> <p>ROCHA, L. C. <i>Estruturas Morfológicas do Português</i>. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.</p>		

DISCIPLINA: Educação Bilíngue		CÓDIGO:
DEPARTAMENTO: Letras - LIBRAS		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.1.0	45h	Teorias de Aquisição de Linguagem

EMENTA: Estudo de conceitos básicos na área de bilinguismo, bidialetalismo e educação bilíngue. Políticas e planejamentos linguísticos. Modelos e programas de educação bilíngues em contextos multiculturais. Considerações sobre biletamento. Contextos bilíngues e bidialetais no país.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FERNANDES, E.; LODI, A. C. B.; DORZIAT, A. (orgs.). *Letramento, bilinguismo e educação de surdos*. Porto Alegre: Mediação, 2012.

FERNANDES, E. *Surdez e Bilinguismo*. Porto Alegre: Mediação, 2005.

SILVA, S. de S. *Línguas em Contato*. Campinas: Pontes, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL, SEESP/SEED/MEC. *Atendimento Educacional Especializado-Pessoa com Surdez*. Mirlene Ferreira Macedo Damázio. Brasília/DF, 2007.

LODI, A.C.B.; LACERDA, C.B.F. *Uma escola, duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização*. 4 ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

QUADROS, R. M. *Educação de surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

SÁ, N. R. L. de. *Educação de surdos: a caminho do bilingüismo*. Niterói: Eduff, 1999.

SKLIAR, C. (Org.). *Atualidade da Educação Bilíngue para Surdos: interfaces entre pedagogia e linguística*. Porto Alegre: Mediação, 2015.

DISCIPLINA: Introdução aos Estudos da Literatura		CÓDIGO:
DEPARTAMENTO: Letras - LIBRAS		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	---
EMENTA: Introdução aos conceitos fundamentais da literatura. Abordagem dos gêneros literários. Estudos e discussões sobre as noções de poema, narrativa e drama em diferentes correntes e contextos literários.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		

AGUIAR E SILVA, Victor Manuel de. *Teoria da Literatura*. São Paulo: Livraria e Editora Martins Fontes, 1976.

CADEMARTORI, Lígia. *Períodos Literários*. São Paulo: Ática, série Princípios, 1995.

PROENÇA FILHO, Domício. *Estilos de Época na literatura*. São Paulo: Ática, 1983.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COSTA, Lígia Militz da. *A poética de Aristóteles*. Mimese e verossimilhança. São Paulo: Ática, (série Princípios n.217) 1992.

CULLER, J. *Introdução à Teoria Literária*. São Paulo: Beca Edições, 1999.

MOISÉS, Massaud. *A Criação Literária: poesia e prosa*. São Paulo: Cultrix, 2012.

JOBIM, J. L. (Org.). *Introdução aos termos literários*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

STALLONI, Y. *Os gêneros literários*. Trad. Flávia nascimento. Rio de Janeiro: Difel, 2001.

5º PERÍODO

DISCIPLINA: Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas		CÓDIGO:
DEPARTAMENTO: Letras - LIBRAS		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	Estudos Linguísticos II
EMENTA: Caracterização da área científico-acadêmica de Linguística Aplicada. Teorias da Linguística Aplicada que subsidiam o processo de ensino e aprendizagem de línguas.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
ALMEIDA FILHO, J. C. P. de. <i>Parâmetros atuais para o ensino de português língua estrangeira</i> . Campinas: Pontes, 1997.		
PEREIRA, R. C.; ROCA, P. <i>Linguística aplicada: um caminho com diferentes acessos</i> . São Paulo: Contexto, 2009.		
GONÇALVES, A. V.; SILVA, W. R.; GÓIS, M. L. S (Orgs.). <i>Visibilizar a Linguística Aplicada: abordagens teóricas e metodológicas</i> . Campinas-SP: Pontes editores, 2014.		

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CELANI, M. A. A. A relevância da linguística aplicada na formulação de uma política educacional brasileira. In: FORTKAMP, M. B. M.; TOMITCH, L. M. B. (orgs.). *Aspectos da linguística aplicada*. Florianópolis: Insular, 2000.

DAMIANOVIC, M. C. O linguista aplicado: de um aplicador de saberes a um ativista político. *Linguagem e Ensino*, Vol. 8, No. 2, 2005: 181-196.

KLEIMAN, A. B. O estatuto disciplinar da linguística aplicada: o traçado de um percurso. Um rumo para o debate. In: SIGNORINI, I.; CAVALCANTI, M. C. (orgs.). *Linguística aplicada e transdisciplinaridade*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.

MOITA LOPES, L. P. *Linguística Aplicada na Modernidade Recente*. 1ª. Ed. São Paulo: Parábola, 2013.

MOITA LOPES, L. P. *Contextos Institucionais em Linguística Aplicada: novos rumos*. Intercâmbio, Vol. 5, 1996: 3 – 14.

DISCIPLINA: Introdução aos Estudos da Tradução

CÓDIGO:

DEPARTAMENTO: Letras - LIBRAS

Créditos:

Carga Horária:

Pré-requisito(s):

3.1.0

60h

Língua Brasileira de Sinais IV

EMENTA: Mapeamento dos Estudos da Tradução. Estudo da atividade tradutória em diferentes países e tempos históricos. Conceitos de língua fonte e língua alvo. As relações entre tradução, original, tradutor e autor.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARBOSA, H. G. *Procedimentos técnicos da tradução: Uma nova proposta*. 2ª edição, Campinas, SP – Pontes, 2004.

OUSTINOFF, Michaël. *Tradução: história, teorias e métodos*. São Paulo: Editora Parábola, 2011.

RONAI, P. *Escola de Tradutores*. – 7ª ed. – Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BASSNETT, S. *Estudos da Tradução*. Porto Alegre: Editora UFSGS, 2005.

BERMAN, A. A tradução em manifesto. In: *A prova do estrangeiro*. Bauru: EDUSC, 2002.

ECO, Umberto. *Quase a mesma coisa*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

GUIMARÃES, Newton S. *Tradução: da sua importância e dificuldade*. Reflexões sobre a filosofia da tradução. Curitiba: Juruá, 2010.

MILTON, J. Clubes de livros e o Clube do Livro. In: *O clube do livro e a tradução*. Bauru-SP: EDUSC, 2002.

DISCIPLINA: Linguística da LIBRAS III		CÓDIGO:
DEPARTAMENTO: Letras - LIBRAS		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	Linguística da LIBRAS II
EMENTA: Teorias sintáticas com base na análise de fenômenos linguísticos de línguas naturais. Relação entre a sintaxe da língua portuguesa e a sintaxe da LIBRAS. Descrição e análise da estrutura sintática espacial da LIBRAS. Descrição sintática e ensino de LIBRAS.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
FRANCHI, C.; NEGRAO, E. V.; MULLER, A. L. <i>Mas o que é mesmo gramática?</i> . São Paulo: Parábola Editorial, 2006.		
PERINI, Mário A. <i>Princípios de linguística descritiva: introdução ao pensamento gramatical</i> . São Paulo: Parábola, 2006.		
QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. <i>Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos</i> . Porto Alegre: ArtMed, 2004.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
BERLINCK, Rosane de Andrade; AUGUSTO, Marina R. A.; SCHER, Ana Paula. Sintaxe. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs.). <i>Introdução à Linguística</i> . São Paulo: Cortez, 2001.		
CARONE, F.B. <i>Morfossintaxe</i> . São Paulo: Ática, 1995.		
FERREIRA, Lucinda. <i>Por uma gramática de língua de sinais</i> . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.		

FIORIN, José Luiz (org.) *Introdução à Linguística I: Objetos teóricos*. São Paulo: Editora Contexto, 2002.

FIORIN, José Luiz. Sintaxe: explorando a estrutura da sentença. In: FIORIN, José Luiz (org.) *Introdução à Linguística II: Princípios de análise*. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

DISCIPLINA: Ensino de Libras: teoria e prática

CÓDIGO:

DEPARTAMENTO: Letras - LIBRAS

Créditos:

Carga Horária:

Pré-requisito(s):

2.2.0

60h

Educação Bilíngue

EMENTA: Abordagens e metodologias no ensino-aprendizagem de línguas. Aspectos teóricos e práticos do ensino de LIBRAS como L1 e L2. O ensino de LIBRAS e a variação linguística. Análise de materiais didáticos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GESSER, Audrei. *Libras: que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda*. São Paulo: Parábola, 2009.

QUADROS, R. M. *Educação de surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

SÁ, N. R. L. de. *Educação de surdos: a caminho do bilingüismo*. Niterói: Eduff, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALBRES, Neiva de Aquino. *De sinal em sinal: comunicação em LIBRAS para educadores*. São Paulo, SP: Editora Duas Mãos – Apoio FENEIS/SP, 2008.

FREIRE, P. *A importância do ato de ler em três artigos que se completam*. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1986.

LIBÂNEO, J. C. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1994.

LODI, A. C.B., HARRISON, K.M.P.; CAMPOS, S.R.L. (org). *Leitura e escrita no contexto da diversidade*. Porto Alegre. Editora Mediação, 2004.

PERLIN, G. T. SURDOS: cultura e pedagogia. In: THOMA, A. S., LOPES, M. C. (org). *A invenção da surdez II: espaços e tempos de aprendizagens na educação de surdos*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006. p.63-84.

DISCIPLINA: Literatura em Língua Portuguesa		CÓDIGO:
DEPARTAMENTO: Letras - LIBRAS		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	Introdução aos Estudos da Literatura
EMENTA: Estudo dos principais estilos e períodos literários Luso-Brasileiros e de suas características básicas, mediante a análise de autores e obras representativas da literatura ocidental. Além da construção de reflexões sobre o ensino da literatura.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<i>MOISES, Massaud. A literatura portuguesa</i> . São Paulo: Cultrix, 2008.		
<i>MONGELLI, L. M. de M. A Literatura Portuguesa em Perspectiva (2) Classicismo, Barroco, Arcadismo</i> . São Paulo: Atlas, 1993.		
<i>VECHI, C. A. A Literatura Portuguesa em Perspectiva (3) Romantismo, Realismo</i> . São Paulo: Atlas, 1994.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<i>LAPA, M. R. Lições de Literatura Portuguesa: época medieval</i> . São Paulo: Difusão, 1973.		
<i>MONGELLI, L. M. de M. et alli. A Literatura Portuguesa em Perspectiva (1) Trovadorismo e Humanismo</i> . São Paulo: Atlas, 1992.		
<i>SARAIVA, A. J. História da Literatura Portuguesa</i> . Porto: Almedina, 1982.		
<i>SPINA, S. Presença da literatura Portuguesa I</i> . São Paulo: Difel, s/d.		
<i>SPINA, S. A lírica trovadoresca</i> . São Paulo: EDUSP, 1990.		

6º PERÍODO

DISCIPLINA: Estágio Curricular Obrigatório I		CÓDIGO:
DEPARTAMENTO: Métodos e Técnicas de Ensino		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
0.0.9	135h	Ensino de Libras: teoria e prática
EMENTA: Projeto de Estágio; Estágio Observacional da Educação Escolar (Ensino Fundamental e Médio) e da Educação não-escolar.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>KEMP, Mike. <i>Fatores para o sucesso da aquisição da língua de sinais: variáveis sociais</i>. In: Congresso surdez e pós-modernidade: novos rumos para educação brasileira, 18 a 20 de setembro de 2002. INES, divisão de Estudos e pesquisas – Rio de Janeiro, 2002.</p> <p>LACERDA, Cristina B. F. de, MANTELATTO, Sueli A. C.; LODI, Ana Claudia B. <i>Problematizando o ensino de língua de sinais: discutindo aspectos metodológicos</i>. In: Anais do VI Congresso Latinoamericano de Educacion Bilingüe-Bicultural para Sordos. Santiago de Chile, julho de 2001.</p> <p>POERSCH, J. M. <i>Atitudes e Aptidões no Ensino de Línguas: é possível alfabetizar em língua Estrangeira?</i> Letras de Hoje, Porto Alegre, v.30, n.2, p. 193-205, junho 1995.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>PAQUAY, L; PERRENOUD, P; ALTET, M; CHALIER, Ê. <i>Formando Professores Profissionais</i>. Quais estratégias? Quais competências? 2ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.</p> <p>RÉ, Alessandra Del. <i>A Pesquisa em Aquisição da Linguagem: teoria e prática</i>. Ed. Contexto, São Paulo (2006).</p> <p>SCLIAR-CABRAL, L. Semelhanças e diferenças entre a aquisição das primeiras línguas e a aquisição sistemática das segundas línguas. In.: BOHN, H; VANDRESEN, P. <i>Tópicos de lingüística aplicada: o ensino de línguas estrangeiras</i>. Florianópolis: Ed. UFSC, 1988.</p> <p>TARDIF, M. Saberes docentes e formação do profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.</p> <p>VENTURI, Maria Alice. <i>Aquisição de língua estrangeira numa perspectiva de estudos aplicados</i>. Ed. Contexto, São Paulo (2006).</p>		

DISCIPLINA: Tradução e Interpretação da Língua de Sinais I		CÓDIGO:
DEPARTAMENTO: Letras - LIBRAS		

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Introdução aos Estudos da Tradução
<p>EMENTA: Teorias e modelos de interpretação. Processos cognitivos, linguísticos e culturais. Tipologias e conscientização dos problemas teóricos e práticos da Tradução e Interpretação.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p>		
<p>ARROJO, R. <i>O signo desconstruído: implicações para a tradução, a leitura e o ensino</i>. Campinas: Pontes: 1992.</p> <p>BARRETO, A.; BUSTOS, O. <i>Teorías de la Traducción/Interpretación en plastilina</i>. Bogotá: ANISCOL, 2012.</p> <p>NORD, C. <i>Análise textual em tradução: bases teóricas, métodos e aplicação didática</i>. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2016.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p>		
<p>ARROJO, R. A que são fiéis tradutores e críticos e tradução; e Laplanche traduz o pai da Psicanálise. In: ARROJO, R. <i>Tradução, desconstrução e psicanálise</i>. Rio de Janeiro: Imago, 1993.</p> <p>LACERDA, C.B.F. de; GÓES, M. C. R. de (Org.). O intérprete educacional de língua de sinais no ensino fundamental: refletindo sobre limites e possibilidades In: LODI, A. C. E. et al. <i>Letramento e Minorias</i>. Porto Alegre: Mediação, 2002. p. 120-128.</p> <p>PAGANO, A., Magalhães, C., & Alves, F. (orgs.). <i>Competência em tradução: cognição e discurso</i>. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.</p> <p>RONAI, P. <i>Escola de tradutores</i>. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.</p> <p>STEINER, G. <i>Depois de Babel: questões de linguagem e tradução</i>. Curitiba: Editora UFPR, 2005.</p>		

DISCIPLINA: Linguística da LIBRAS IV		CÓDIGO:
DEPARTAMENTO: Letras - LIBRAS		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):

3.1.0	60h	Linguística da LIBRAS III
<p>EMENTA: Conceituação, objeto e domínios da Semântica. Semântica Formal. Semântica da Enunciação. Semântica Cognitiva. Semântica Lexical. Construção de significados na LIBRAS. O ensino de LIBRAS na perspectiva da Semântica.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p>		
<p>OLIVEIRA, Luciano Amaral. <i>Manual de semântica</i>. Petrópolis: Vozes, RJ: 2008.</p> <p>CANÇADO, M. <i>Manual de Semântica: noções básicas e exercícios</i>. São Paulo: Contexto, 2013.</p> <p>ILARI, Rodolfo. <i>Introdução à semântica: brincando com a gramática</i>. São Paulo: Contexto, 2001.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p>		
<p>COSTA, Josiane Marques. <i>Leitura e compreensão de expressões metafóricas em português como L2 por surdos sinalizadores</i>. 2015. 155 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Faculdade de Letras. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.</p> <p>FIORIN, J. L. <i>Introdução à Linguística II: princípios de análise</i>. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2010.</p> <p>MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. <i>Introdução à Linguística: domínios e fronteiras 2</i>. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 17-46.</p> <p>NUNES, V. F. Iconicidade e corporificação em sinais de Libras: uma abordagem cognitiva. In: CARVALHO, Gisele; ROCHA, Décio; VASCONCELLOS, Zinda. (Org.). <i>Linguagem: Teoria, Análise e Aplicações (7)</i>. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Letras/UERJ, 2013. p. 245-253.</p> <p>WILCOX, S. Cognitive iconicity: Conceptual spaces, meaning, and gesture in signed languages. <i>Cognitive Linguistics</i>, v. 15, n. 2, p. 119-147, 2004.</p>		

DISCIPLINA: Literatura Surda I		CÓDIGO:
DEPARTAMENTO: Letras - LIBRAS		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	Introdução aos Estudos da Literatura

EMENTA: História da literatura em LIBRAS. Os tipos de processos de produção literária sinalizada. Empoderamento surdo através da literatura. Uso da tecnologia para manifestações literárias em LIBRAS.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

KARNOPP, Lodenir B.; MACHADO, R. N. *Literatura surda: ver histórias em língua de sinais*. 2 Seminário Brasileiro de Estudos Culturais em Educação (CD) – 2SBECE. Canoas: ULBRA, 2006.

SUTTON-SPENCE, R. Imagens da identidade e cultura surdas na poesia em língua de sinais. In: QUADROS, R. M.; VASCONCELLOS, M. L. B. (Org.). *Questões teóricas das pesquisas em línguas de sinais*. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2008, p. 339-349.

SKLIAR, C. (org.). *A Surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

JAUSS, Hans R. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ática, 1994.

LOWENFELD, V. & BRITTAIN, W.L. *Desenvolvimento da capacidade criadora*. São Paulo: Mestre Jou, 1977.

MOURÃO, C.H.N. *Literatura Surda: Produções Culturais de Surdos em Língua de Sinais*. Dissertação de Mestrado, UFRGS, 2011. Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/32311/000785443.pdf?sequ ence=1>

ROSA, F. S. Literatura surda: criação e produção de imagens e textos. In.: *ETC – Educação Temática Digital*, Campinas, v. 7, n. 2, p. 58-64, jun. 2006.

WILCOX, S.; WILCOX, P. *Aprender a ver*. Rio de Janeiro: Arara Azul, 2005.

7º PERÍODO

DISCIPLINA: Linguística da LIBRAS V		CÓDIGO:
DEPARTAMENTO:		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	Linguística da LIBRAS IV
EMENTA: Fronteiras entre Semântica e Pragmática. A relação entre linguagem e		

contexto. Conceituação, objeto e domínios da Pragmática. Teorias e fenômenos pragmáticos aplicados à LIBRAS: dêixis; atos de fala; implicaturas conversacionais; pressupostos e subentendidos. O ensino de LIBRAS na perspectiva da Pragmática.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARMENGAUD, Françoise. A pragmática. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2006. (Na ponta da língua; v. 8).

AUSTIN, John L. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

PINTO, Joana Plaza. Pragmática. In: MUSSALIN, Fernanda; BENTHES, Anna Christina (orgs.). *Introdução à Lingüística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001. V. 2, p. 47-68

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FIORIN, J. L. *Introdução à Linguística II: princípios de análise*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. *Manual de Linguística*. 2. ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

MOREIRA, Renata Lúcia. *Uma descrição da Dêixis da pessoa na Língua de Sinais Brasileira: Pronomes Pessoais e verbos*. 2007. Dissertação (Mestrado em Linguística) Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007

SEARLE, John R. *Os actos de fala*. Coimbra: Livraria Almedina, 1984.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações Filosóficas*. São Paulo: Abril, 1975.

DISCIPLINA: Produção de Materiais Didáticos para o ensino de LIBRAS como Língua Materna e Adicional		CÓDIGO:
DEPARTAMENTO: Letras - LIBRAS		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Ensino de Libras: Teoria e Prática
EMENTA: Conceito, fundamentos, características e concepções de material didático.		

Concepção de linguagem e de educação e sua relação com os materiais didáticos para ensino de LIBRAS. Planejamento e elaboração de material didático para o ensino de LIBRAS como Língua Materna e Adicional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LEFRANÇOIS, Guy R. *Teorias de aprendizagem*. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. *Coisas que todo professor de português precisa saber: a teoria na prática*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

TOMLINSON, Brian. *A elaboração de materiais para curso de idiomas*. São Paulo: Special Book Services Livraria, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AYRES, A. T. *Prática Pedagógica Competente*. 4.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

MILITÃO, Albigenor. *Jogos, Dinâmicas; Vivências Grupais*. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora, 2000.

PACHECO, J. A.; OLIVEIRA, M. R. N.S. (orgs). *Currículo, didática e formação de professores*. São Paulo: Papyrus, 2013.

PIMENTA, Nelson. *Curso de LIBRAS I*. Rio de Janeiro: LSB, vídeo, 2006.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. *Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico*. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

DISCIPLINA: Trabalho de Conclusão de Curso I

CÓDIGO:

DEPARTAMENTO: Letras - LIBRAS

Créditos:

Carga Horária:

Pré-requisito(s):

0.0.4

60h

Metodologia da Pesquisa Científica em Ciências
Humanas

EMENTA: Elaboração do projeto de pesquisa. Definição do tema, com base em revisão bibliográfica e levantamento de investigações já realizadas. Definição do problema e objetivos. Definição dos instrumentos, procedimentos de pesquisa, cronograma. Estudo de

normatização, de acordo com o Regulamento da UFPI.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - Normas ABNT sobre documentação. Rio de Janeiro, 2003.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. *Metodologia científica*. 3. ed. São Paulo: Mc Graw Hill, 1980.

GALLIANO, A. G. *O método científico - Teoria e prática*. São Paulo: Harbra, 1986.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Atlas, 1983.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 1988.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Técnicas de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1982.

RUDIO, F. V. *Introdução ao projeto de pesquisa científica*. Petrópolis: Vozes, 1978.

SEVERINO, A.J. *Metodologia do trabalho científico*. 17. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

DISCIPLINA: Estágio Curricular
Supervisionado Obrigatório II

CÓDIGO:

DEPARTAMENTO: Métodos e Técnicas de Ensino

Créditos:

Carga Horária:

Pré-requisito(s):

0.0.9

135h

Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório I

EMENTA: Projeto de estágio; Estágio de Regência no Ensino Fundamental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

KEMP, Mike. *Fatores para o sucesso da aquisição da língua de sinais: variáveis sociais*.

In: Congresso surdez e pós-modernidade: novos rumos para educação brasileira, 18 a 20 de setembro de 2002. INES, divisão de Estudos e pesquisas – Rio de Janeiro, 2002.

LACERDA, Cristina B. F. de, MANTELATTO, Sueli A. C.& LODI, Ana Claudia B. *Problematizando o ensino de língua de sinais: discutindo aspectos metodológicos*. In: Anais do VI Congresso Latinoamericano de Educacion Bilingüe-Bicultural para Sordos. Santiago de Chile, julho de 2001.

POERSCH, J. M. *Atitudes e Aptidões no Ensino de Línguas: é possível alfabetizar em língua Estrangeira?* Letras de Hoje, Porto Alegre, v.30, n.2, p. 193-205, junho 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PAQUAY, L; PERRENOUD, P.; ALTET, M; CHARLIER, È. *Formando professores profissionais*. Quais estratégias? Quais competências? 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

RÉ, Alessandra Del, *A Pesquisa em Aquisição da Linguagem: teoria e prática*. Ed. Contexto, São Paulo (2006).

SCLIAR-CABRAL, L. Semelhanças e diferenças entre a aquisição das primeiras línguas e a aquisição sistemática das segundas línguas. In.: BOHN, H; VANDRESEN, P. *Tópicos de lingüística aplicada: o ensino de línguas estrangeiras*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1988.

TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes, 2002.

VENTURI, Maria Alice. *Aquisição de língua estrangeira numa perspectiva de estudos aplicados*. Ed. Contexto, São Paulo (2006).

8º PERÍODO

DISCIPLINA: Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório III		CÓDIGO:
DEPARTAMENTO: Métodos e Técnicas de Ensino		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
0.0.9	135h	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório II
EMENTA: Projeto de Estágio; Estágio de Regência no Ensino Médio.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
GARCIA, W. E. <i>Educação: visão teórica e prática pedagógica</i> . São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1977.		

MELLO, G, N. *Magistério de 1º grau: da competência técnica ao compromisso político*. São Paulo: Cortez, 1998.

MORAES, R. (ORG). *Sala de aula: que espaço é este?* Campinas: Papyrus, 1986.

PAQUAY, L; PERRENOUD, P, CHARLIER, E. *Formando professores profissionais: Quais estratégias? Quais competências?* 2 ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas & GEBRAN, Raimunda Abou. *Prática de Ensino e estágio obrigatório na formação de professores*. São Paulo: Avercamp, 2006.

QUELUZ, A, G. (ORIENT.); ALONSO, M(ORG.). *O trabalho docente: teoria e prática*. São Paulo: Pioneira, 1999.

PIMENTA, S. G; GHEDIN, E (ORG.). *Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito*. São Paulo: Cortez, 2002.

RODRIGUES, N. *Por uma nova escola: o transitório e o permanente na educação*. São Paulo: Cortez, 1985.

TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes, 2002.

DISCIPLINA: Trabalho de Conclusão de Curso II		CÓDIGO:
DEPARTAMENTO: Letras - LIBRAS		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
0.0.4	60h	Trabalho de Conclusão de Curso I
EMENTA: Desenvolvimento da pesquisa. Aprofundamento da fundamentação teórica. Coleta e tratamento dos dados. Redação de relatório de pesquisa.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - Normas ABNT sobre documentação. Rio de Janeiro, 2003.		

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. *Metodologia científica*. 3. ed. São Paulo: Mc Graw Hill, 1980.

GALLIANO, A. G. *O método científico - Teoria e prática*. São Paulo: Harbra, 1986.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Atlas, 1983.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 1988.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Técnicas de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1982.

RUDIO, F. V. *Introdução ao projeto de pesquisa científica*. Petrópolis: Vozes, 1978.

SEVERINO, A.J. *Metodologia do trabalho científico*. 17. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

DISCIPLINA: Linguística da LIBRAS VI		CÓDIGO:
DEPARTAMENTO: Letras - LIBRAS		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	Linguística da LIBRAS V
EMENTA: As relações entre língua e sociedade. Língua e dialeto. Variação linguística: definição e classificações. Preconceito Linguístico. Mudança linguística. Variação linguística em LIBRAS. O surdo como minoria linguística e social. Ética e educação linguística.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. <i>Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação</i> . 4ª Ed. São Paulo: Contexto, 2010.		
BAGNO, M. <i>Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística</i> . São Paulo: Parábola, 2007.		

FERREIRA, Lucinda. *Por uma gramática de língua de sinais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CASTRO, A. R.; CARVALHO, I. S. *Comunicação por língua brasileira de sinais*. 2. ed. Brasília: Senac, 2005.

CICCONE, M. *Comunicação Total*. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1990.

CALVET, J. L. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola, 2002.

BAGNO, M. *Norma lingüística*. São Paulo: Loyola, 2001.

LABOV, W. *Padrões Sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008 [1975].

6.2 Disciplinas optativas

DISCIPLINA: Estudos do léxico

DEPARTAMENTO: Letras - LIBRAS

Créditos:

Carga Horária:

Pré-requisito(s):

3.1.0

60H

EMENTA: Significado lexical e relações lexicais. Lexicologia, lexicografia, Terminologia e Terminografia. A construção de dicionários. Léxico e ensino.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANTUNES, I. *Território das Palavras: estudo do léxico em sala de aula*. São Paulo: Parábola editorial, 2012.

BASÍLIO, M. *Teoria Lexical*. São Paulo: Ática. 1987.

ISQUERDO, A. N.; KRIEGER, M. G (Orgs). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. v. II. UFMS/UFRGS: Campo Grande/Porto Alegre, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BEVILACQUA, Cleci Regina; FINATTO, Maria José Bocorny. Lexicografia e Terminografia: alguns contrapontos fundamentais. *Alfa*, v. 50, p. 41-52, 2006. Disponível

em: <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/viewFile/1410/1111>.

BIDERMAN, M. T. C.. *Terminologia e Lexicografia*. Tradterm, São Paulo, p. 153-181, 2002.

BORBA, F. S. *Organização de dicionários: uma introdução à lexicografia*. São Paulo; Ed. Da UNESP, 2003.

ILARI, R. *Introdução ao estudo do Léxico: brincando com as palavras*. São Paulo: Contexto, 2002.

KRIEGER, Maria da Graça; FINATTO, Maria José Bocorny. *Introdução à Terminologia: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2004.

DISCIPLINA: Tradução e Interpretação da Língua de Sinais II		CÓDIGO:
DEPARTAMENTO: Letras - LIBRAS		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Tradução e Interpretação da Língua de Sinais I
EMENTA: Debate teórico clássico sobre ética e seus reflexos na carreira profissional do tradutor intérprete. Posturas, atitudes, decisões e encaminhamentos nas relações de trabalho. Elementos cognitivos, linguísticos, culturais e políticos no ato tradutório. Demandas e papéis em diferentes espaços de atuação.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
ALBRES, Neiva de Aquino; SANTIAGO, Vânia de Aquino Albres. <i>Libras em estudo: tradução/interpretação</i> . São Paulo: FENEIS, 2012.		
LACERDA, C. B. F. de. <i>Intérprete de Libras em atuação na educação infantil e no ensino fundamental</i> . Porto Alegre: Mediação. 2009.		
PAGANO, Adriana. <i>Traduzir com autonomia: estratégias para o tradutor em formação</i> . 4.ed. São Paulo: Contexto, 2013.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
BOFF, L. <i>Ética e moral: a busca dos fundamentos</i> . Petrópolis/RJ: Vozes. 2009.		
LACERDA, C.B.F. de; GÓES, M. C. R. de (Org.) O intérprete educacional de língua de sinais no ensino fundamental: refletindo sobre limites e possibilidades In: LODI, A. C. E. et al. <i>Letramento e Minorias</i> . Porto Alegre: Mediação, 2002. p. 120-128.		

PAGANO, A., Magalhães, C., & Alves, F. (orgs.). *Competência em tradução: cognição e discurso*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

SEGALA, R. R. *Tradução intermodal e intersemiótica/interlingual: Português brasileiro escrito para Língua Brasileira de Sinais*. Dissertação. UFSC, Florianópolis, 2010.

STEINER, G. *Depois de Babel: questões de linguagem e tradução*. Curitiba: Editora UFPR, 2005.

DISCIPLINA: Reflexões sobre Linguística Aplicada e Formação de Professores		CÓDIGO:
DEPARTAMENTO: Letras - LIBRAS		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	---
EMENTA: Reflexões sobre concepções de língua materna, processo de ensino-aprendizagem e crenças de aprender e ensinar línguas. Ética no processo de formação do professor e em sua atividade docente.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
ALMEIDA FILHO, J.C.P. <i>O professor de Língua materna em Formação</i> . Campinas: Pontes, 1999.		
BARCELOS, A.M.F.; VIEIRA-ABRAHÃO, M.H. (org.) <i>Crenças e Ensino de Línguas: foco no professor, no aluno e na formação de professores</i> . Campinas, SP: Pontes, 2006.		
CANDLIN, C. Notes for a definition of applied linguistics in the 21 century. <i>AILA Review</i> , 14, 2001.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
CELANI, M. A. A. A relevância da linguística aplicada na formulação de uma política educacional brasileira. In: Fortkamp, M. B. M. & Tomitch, L. M. B. (orgs.). <i>Aspectos da linguística aplicada</i> . Florianópolis: Insular, 2000.		
CELANI, M.A.A. <i>Linguística aplicada: da aplicação da linguística à linguística transdisciplinar</i> . São Paulo: EDUC, 1992.		
DAMIANOVIC, M. C. <i>O linguista aplicado: de um aplicador de saberes a um ativista</i>		

político. *Linguagem e Ensino*, Vol. 8, No. 2, 2005: 181-196.

MOITA LOPES, L.P. da. *Oficina de linguística aplicada: a natureza social e educacional dos processos de ensino/aprendizagem de línguas*. Campinas: Mercado de Letras, 1996.

PEREIRA, R. C.; ROCA, P. *Linguística aplicada: um caminho com diferentes acessos*. São Paulo: Contexto, 2009

DISCIPLINA: Educação de Surdos e Novas Tecnologias		CÓDIGO:
DEPARTAMENTO: Letras - LIBRAS		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	Educação Bilíngue
EMENTA: Novas Tecnologias de Informação e Comunicação, cultura digital e educação. Letramentos Digitais e educação de surdos. Educação de surdos mediada por novas tecnologias: recursos oferecidos pelo computador, pelo celular e pela internet. Educação de surdos mediada por recursos tecnológicos especializados: softwares para tradução, softwares para escrita de sinais e softwares para interação.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
COSCARELLI, C. V. (Org.) <i>Tecnologias para aprender</i> . São Paulo: Parábola: 2016.		
DUDENEY, Gavin; HOCKLY, Nicky.; PEGRUM, Mark. <i>Letramentos Digitais</i> . São Paulo: Parábola, 2016.		
SANTAELLA, Lucia. <i>Comunicação Ubíqua: Repercussões na cultura e na educação</i> . São Paulo: Editora Paulus, 2013.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
COSTA, Maria Stela Oliveira. Os benefícios da informática na educação dos surdos. <i>Momento</i> , Rio Grande, v. 20, n. 1, p. 101-122, 2011.		
FINAU, Rossana. Letramento digital em espaços de aprendizagem bilíngue para formação do aluno surdo. In: BIDARRA, J.; MARTINS, T. A.; SEIDE, M. S. (Org.). <i>Entre a Libras e o Português: desafios face ao bilinguismo</i> . Cascavel, PR: EDUNIOESTE; LONDRINA: EDUEL, 2016. p. 117-145.		
JONSON, Steve. <i>Cultura da Interface: como o computador transforma nossa maneira de</i>		

criar e comunicar. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 2001.

LÉVY, Pierre. *O que é o Virtual?*. São Paulo: Editora 34,1996.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34,1999.

DISCIPLINA: Letramento e multimodalidade		CÓDIGO:
DEPARTAMENTO: Letras - LIBRAS		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas
EMENTA: : Identidades, discursos e multimodalidades. Letramento e multimodalidade: leitura e produção de textos multimodais. Pedagogia dos multiletramentos: multimodalidade e multiculturalidade. Multimodalidade e ensino de línguas.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
RIBEIRO, Ana Elisa. <i>Textos multimodais: leitura e produção</i> . São Paulo: Parábola, 2016.		
ROJO, R. H. R; MOURA, E. (Org.). <i>Multiletramentos na escola</i> . São Paulo: Parábola Editorial, 2012.		
SOARES, Magda. <i>Letramento: um tema em três gêneros</i> . São Paulo: Autêntica, 1999.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
BARBOSA, Eva dos Reis Araujo. <i>Navegando no universo surdo: a multimodalidade a favor do ensino de português como segunda língua em um curso EAD</i> . 2016. 344 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.		
BEZEMER, Jeff; KRESS, Gunther. <i>Multimodality, Learning and Communication: a social semiotic frame</i> . London and New York: Routledge, 2016.		
COPE, B; KALANTZIS, M. (Eds.). <i>Multiliteracies: Literacy learning and the design of social futures</i> . London/NY: Routledge, 2006[2000].		
KRESS, Gunther. <i>Multimodality: A Social Semiotic Approach to Contemporary Communication</i> . USA and Canada: Routledge, 2010.		
SANTAELLA, Lucia. <i>Comunicação Ubíqua: Repercussões na cultura e na educação</i> . São Paulo: Editora Paulus, 2013.		

DISCIPLINA: Gêneros textuais e ensino de língua		CÓDIGO:
DEPARTAMENTO: Letras - LIBRAS		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	Estudos linguísticos I
<p>EMENTA: Percurso histórico. Conceito de texto. Recursos de organização textual e de sua função na construção do sentido. Gêneros de texto. Conceitos de gêneros textuais/discursivos. A tipologia dos gêneros textuais nos PNC. Estudo dos diferentes fatores que intervêm na organização textual-discursiva. O texto como centro do processo de ensino-aprendizagem de língua portuguesa como primeira e como segunda língua.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>BEZERRA, B. G. <i>Gêneros no contexto brasileiro: questões [meta]teóricas e conceituais</i>. São Paulo: Parábola, 2017.</p> <p>MARCUSCHI, L. A. <i>Produção textual, análise de gêneros e compreensão</i>. São Paulo, Parábola, 2008.</p> <p>SALLES, H. Maria M. L. [et al.]. <i>Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica</i>. Brasília: MEC, SEESP, 2004.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>BAKHTIN, M. <i>Estética da criação verbal</i>. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1979].</p> <p>BATISTA, R. de O. <i>O texto e seus conceitos</i>. São Paulo: Parábola, 2016.</p> <p>KOCH, I. G. V. <i>A interação pela linguagem</i>. São Paulo: Contexto, 1992.</p> <p>KOCH, I. G. V. <i>O texto e a construção dos sentidos</i>. São Paulo: Contexto, 1997.</p> <p>MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A. (Org.). <i>Das margens ao centro: perspectivas para as políticas e práticas educacionais no contexto da educação especial inclusiva</i>. Araraquara, SP: Junqueira & Marins, 2010.</p>		

DISCIPLINA: Ensino de Português como Língua Estrangeira	CÓDIGO:
--	----------------

DEPARTAMENTO: Letras - LIBRAS		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	Linguística Aplicada ao ensino de Línguas
EMENTA: Ensino/aprendizagem da língua portuguesa sob a ótica das teorias de ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>ALMEIDA FILHO, J. C. P. de. <i>Dimensões comunicativas do ensino de línguas</i>. Campinas: Pontes, 1993.</p> <p>BROWN, H. Douglas. <i>Teaching by principles: an interactive approach to language pedagogy</i>. New Jersey, Prentice Hall Regents, 1994.</p> <p>JÚDICE, N. <i>O ensino da língua e da cultura do Brasil para estrangeiros: pesquisas e ações</i>. Niterói: Intertexto, 2005.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>LIMA, Emma E. O. F. & IUNES, Samira A. <i>Falar... ler... escrever... português</i>. Um curso para estrangeiros. São Paulo: EPU, 1999.</p> <p>LIMA, Emma E. O. F. e IUNES, Samira A. <i>Português via Brasil</i>. Um curso avançado para estrangeiros. São Paulo, EPU, 1990.</p> <p>MASIP, Vicente. <i>Gramática do português como língua estrangeira</i>. Fonologia, ortografia e morfossintaxe. São Paulo: EPU, 2000.</p> <p>NEVES, Maria Helena de Moura. <i>Gramática de usos do português</i>. São Paulo: UNESP, 2000.</p> <p>UR, Penny. <i>A course in language teaching: theory and Practice</i>. Great Britain, Cambridge University Press, 1996</p>		

DISCIPLINA: Estudos Surdos II		CÓDIGO:
DEPARTAMENTO: Letras - LIBRAS		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	Estudos Surdos I

EMENTA: História educação de surdos. História cultural. Literatura surda. Política surda. Resistências surdas. Pedagogia surda. Legislação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DORZIAT, Ana. *Estudos Surdos: diferentes olhares*. Porto Alegre: Mediação, 2011.

PERLIN, Gladis; STUMPF, Marianne. *Um olhar sobre nós surdos: leituras contemporâneas*. 1.ed. Curitiba, PR: CRV, 2012.

QUADROS, Ronice Müller de. *Estudos Surdos 3*. Rio de Janeiro: Editora Arara Azul, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CASTRO, Alberto Rainha de; CARVALHO, Ilza Silva de. *Comunicação por língua brasileira de sinais*. 2.ed. Brasília: SENAC, 2005.

QUADROS, Ronice Müller de. *Estudos Surdos 1*. Rio de Janeiro: Editora Arara Azul, 2006.

QUADROS, Ronice Müller de; PERLIN, Gladis. *Estudos Surdos 2*. Rio de Janeiro: Editora Arara Azul, 2007.

SANTANA, Ana Paula. *Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas*. São Paulo, SP: Plexus, 2007.

SKLIAR, Carlos (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. 5. ed. Porto Alegre: Mediação 2011.

DISCIPLINA: LIBRAS Acadêmica

CÓDIGO:

DEPARTAMENTO: Letras - LIBRAS

Créditos:

Carga Horária:

Pré-requisito(s):

3.1.0

60h

Língua Brasileira de Sinais IV

EMENTA: Normatização de trabalhos acadêmicos em LIBRAS. Estrutura do discurso acadêmico filmado. Tecnologias de vídeo e seu impacto nas pesquisas sobre língua de sinais. Prática de produções acadêmicas em LIBRAS.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CLARK, Walter; LIMA, Fernando Barbosa. Um Pouco de História e Reflexão sobre a Televisão Brasileira. In: MACEDO, Cláudia; FALCÃO, Ângela; ALMEIDA, Cândido José Mendes. *TV ao Vivo: Depoimentos*. Rio de Janeiro, Brasiliense, 1988.

DUBOIS, Philippe. *Cinema, Vídeo, Godard*. São Paulo, Cosac-Naify, 2004.

FELLIPPE, T. *Libras em contexto*. MEC/FENEIS, Brasília, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CHION, Michel. *Audio-Vision: Sound on Screen*. New York, Columbia, 1994.

ELLIS, John. *Visible Fictions - Cinema: Television: Video*. London, Routledge, 2003.

LACERDA, C. B. F. de. *Surdez, processos educativos e subjetivos*. Editora Lovise, São Paulo, 2000.

LIBRAS. *Dicionário*. Disponível em: <http://www.acessobrasil.org.br/Libras/> . Acesso em: janeiro de 2009.

QUADROS, R. M. de; SCHMIEDT, M. L. P.. *Idéias para ensinar português para alunos surdos*. SEESP, Brasília, 2006

DISCIPLINA: Literatura Surda II		CÓDIGO:
DEPARTAMENTO: Letras - LIBRAS		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	Literatura Surda I
EMENTA: Poesia em LIBRAS. Produções poéticas sinalizadas. Discussões sobre o empoderamento do sujeito surdo por meio de criações poéticas. Uso da tecnologia para manifestações poéticas em LIBRAS.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<i>LITERATURA surda em LSB</i> . Produção: Joe Dannis. Direção: Yon Lee. Criação: Nelson Pimenta. Tradução (LIBRAS-Português): Luiz Carlos Freitas. Rio de Janeiro: LSB Vídeo, 1999. 1 DVD (60 min).		
MACHADO, F. <i>A árvore de Natal</i> . Rio de Janeiro (RJ): LSB Vídeo, 2005. 1 DVD (20 min), som, cor.		
SUTTON-SPENCE, Rachel. Imagens da identidade e cultura surdas na poesia em língua de sinais. In: QUADROS, R. M.; VASCONCELLOS, M. L. B. (Org.). <i>Questões teóricas das pesquisas em línguas de sinais</i> . Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2008, p. 339-349.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		

BENASSI, Claudio Alves. Poiesis da LIBRAS e da escrita das línguas de sinais (ELiS): A utilização da visualidade da língua e da ELiS na poética de Duarte. In.: *Anais do I Círculo de Estudos de Escrita das Línguas de Sinais (CEELiS)*. 04 de dez. de 2015. Disponível em www.codimus.net/anais/iceelis/. Consulta em 20 de abril de 2016.

LOWENFELD, V. & BRITAIN, W.L. *Desenvolvimento da capacidade criadora*. São Paulo: Mestre Jou, 1977.

MASON, Rachel. *Por uma arte-educação multicultural*. Campinas: Mercado das Letras, 2001.

MÜLLER, ana cláudia. *Narrativas surdas: entre representações e traduções*. dissertação de Mestrado. puc- Rio de Janeiro, 2002.

PORTO, Shirley B. das Neves. *De poesia, muitas vozes, alguns sinais: vivências e descobertas na apreciação e Leitura de poemas por surdos*. Dissertação de mestrado/ Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino – UFCG, 2007.

DISCIPLINA: Conversação Intercultural		CÓDIGO:
DEPARTAMENTO: Letras - LIBRAS		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Estudos interculturais
EMENTA: Princípios organizatórios da conversação em LIBRAS. Estratégias interacionais para iniciar, interromper e fazer manutenção de tópicos e reparos na conversa face-a-face em língua de sinais. Negociação de sentidos na interação intercultural surdo-ouvinte.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
ALMEIDA, E. C. <i>Atividades ilustradas em sinais da Libras</i> . Rio de Janeiro: Revinter, 2004.		
CAPOVILLA, Fernando César, RAPHAEL, Walkíria Duarte. <i>DICIONÁRIO enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira: Libras</i> . 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2006. 2. v. ESPAÇO. Rio de Janeiro, RJ: INES, 1990.		
PIMENTA, N. & QUADROS, R. M. de. <i>Curso de Libras</i> . Nível I. 2009.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
MARCHUSCHI, L. A. <i>Análise da conversação</i> . São Paulo: Editora Ática, 2006.		
PIMENTA, N. & QUADROS, R. M. de. <i>Curso de Libras</i> . Nível II. 2009.		

QUADROS, Ronice Müller de. *Estudos Surdos III*. Petrópolis, RJ : Arara Azul, 2008.

SÁ, N. R. L. de. *Cultura, Poder e Educação de Surdos*. Manaus: INEP, 2002.

SACKS, O. *Vendo vozes: uma jornada pelo mundo dos surdos*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1990.

DISCIPLINA: Literatura e Tecnologia		CÓDIGO:
DEPARTAMENTO: Letras - LIBRAS		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Introdução aos Estudos de Literatura
EMENTA: Uso de ferramentas tecnológicas para análise literária. Laboratório de construção literária através do uso da tecnologia. Produções literárias em língua de sinais e tecnologia.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
BARBOSA, R. M. <i>Ambientes Virtuais de Aprendizagem</i> . Porto Alegre: Artmed, 2005.		
FREITAS, L. C. <i>A internet como fator de exclusão do surdo no Brasil</i> . Rio de Janeiro: LSB Vídeo, 2007.		
MERTZANI, M. Reflexões sobre a língua de sinais e a cultura surda em ambientes de comunicação mediada por computador (CMC): explorações e considerações iniciais. In: QUADROS, R. M.; VASCONCELLOS, M. L. B. (Org.). <i>Questões teóricas das pesquisas em línguas de sinais</i> . Petrópolis, RJ: ED. Arara Azul, 2008, p. 367-380.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
FERRETI, C. J. <i>O filme como elemento de socialização na escola</i> . São Paulo, FDE, 1992.		
LÉVY, P. <i>As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática</i> . Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.		
PFROMM NETO, S. <i>Telas que ensinam: mídia e aprendizagem do cinema ao computador</i> . Campinas, Alínea, 1998.		
PRETTO, N. <i>Uma escola sem/com futuro, educação e multimídia</i> . São Paulo, Papyrus, 2001.		
PIERRE, L. <i>Cibercultura</i> . São Paulo: Editora 34, 1999		

DISCIPLINA: LIBRAS: Transcrição e escrita		CÓDIGO:
DEPARTAMENTO: Letras - LIBRAS		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
1.3.0	60h	---
EMENTA: Transcrição de enunciados em LIBRAS por meio de glosas. Uso sistema de escrita de sinais para o registro de enunciados em LIBRAS. Legendagem.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>BARRETO, Madson; BARRETO, Raquel. <i>Escrita de Sinais sem mistérios</i>. 2. Ed. rev. atual. e ampl. – Salvador, v.1: Libras Escrita, 2015.</p> <p>MOURA, M. C. de (Org). <i>Educação para surdos – práticas e perspectivas II</i>. 1 Ed. São Paulo: Santos, 2011.</p> <p>STUMPF, M. R.; QUADROS, R. M. de; LEITE, T. de A. (Orgs.) <i>Estudos da língua brasileira de sinais</i>. Série Estudos de Língua de Sinais. V.II. Florianópolis: Insular. 2014.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>BRASIL. Ministério da Educação. <i>Decreto n. 5.626</i> - Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>, acesso em set de 2016.</p> <p>CAPOVILLA, F.C., RAPHAEL, W.D.. <i>Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trinlínque da Língua de Sinais Brasileira</i>, Volumes I e II. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.</p> <p>LODI, A. C. B. (Org) <i>Letramento e minorias</i>. Porto Alegre. Editora Mediação, 2002.</p> <p>PERLIN, Gladis; STUMPF, Marianne. <i>Um olhar sobre nós surdos: leituras contemporâneas</i>. 1.ed. Curitiba, PR: CRV, 2012.</p> <p>QUADROS, R. M. de. <i>O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa</i>. Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos- Brasília: MEC; SEESP, 2004.</p>		

DISCIPLINA: LIBRAS em contextos	CÓDIGO:
--	----------------

DEPARTAMENTO: Letras - LIBRAS		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
1.3.0	60h	Língua Brasileira de Sinais IV
EMENTA: Aprimoramento da estrutura linguística da LIBRAS através de práticas conversacionais; aperfeiçoamento da compreensão e produção em língua de sinais.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>BERNARDINO, Elideia Lucia. <i>Absurdo ou lógica?: a produção linguística do surdo</i>. Belo horizonte: Editora Profetizando vida, 2000.</p> <p>PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. <i>Libras: conhecimento além dos sinais</i>. São Paulo: Pearson Brasil, 2011.</p> <p>RODRIGUES, Cristiane Seimetz; VALENTE, Flávia Valente. <i>Aspectos linguísticos das Libras</i>. São Paulo: Iesde, 2011.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>FELIPE, T.; MONTEIRO, M. S. <i>LIBRAS em contexto</i>. Curso Básico. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Especial, 2001.</p> <p>QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. <i>Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos</i>. ArtMed: Porto Alegre, 2004.</p> <p>QUADROS, R. M. de; CRUZ, C. R. <i>Língua de sinais: instrumentos de avaliação</i>. Porto Alegre: Artmed, 2011.</p> <p>ALMEIDA, E. C. <i>Atividades ilustradas em sinais da Libras</i>. Rio de Janeiro: Revinter, 2004.</p> <p>CAPOVILLA, Fernando César, RAPHAEL, Walkíria Duarte. <i>DICIONÁRIO enciclopédico ilustrado trilíngue da língua de sinais brasileira: Libras</i>. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2006. 2. v. ESPAÇO. Rio de Janeiro, RJ: INES, 1990.</p>		

DISCIPLINA: Análise de Discurso		CÓDIGO:
DEPARTAMENTO: Letras - LIBRAS		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):

3.1.0	60h	Estudos Linguísticos II
<p>EMENTA: Perspectiva histórica da Análise do Discurso. Filiações teóricas. A AD de linhas francesa e anglo-saxônica. O Discurso. A noção de sujeito. As condições de produção do discurso. Conceitos para mobilização e possibilidade de análise.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p>		
<p>BRANDÃO, Helena H. Nagamine. <i>Introdução à análise do discurso</i>. Campinas: ed. da UNICAMP, 2002.</p> <p>ORLANDI, Eni P. <i>Análise de Discurso: princípios e procedimentos</i>. Campinas: Pontes, 1999.</p> <p>MAINGUENEAU, Dominique. <i>Novas Tendências em Análise do Discurso</i>. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 1997.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p>		
<p>FIORIN, José Luiz. <i>Elementos de Análise do Discurso</i>. 2. ed., São Paulo. Contexto: 1998</p> <p>MAINGUENEAU, Dominique & CHARAUDEAU, Patrick. <i>Dicionário de Análise do Discurso</i>. São Paulo: Contexto, 2003.</p> <p>MUSSALIM, Fernanda. Análise do Discurso. In: MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna Christina. <i>Introdução à Linguística</i>. Vol. 2. 3ª ed. São Paulo. Cortez: 2003.</p> <p>ORLANDI, E. P. <i>Análise de Discurso: Michel Pêcheux</i>. Campinas, Pontes: 2011.</p> <p>PÊCHEUX, M. <i>O discurso</i>. 5.ed. Campinas, Pontes: 2009.</p>		

DISCIPLINA: Educação Ambiental		CÓDIGO:
DEPARTAMENTO: Ciências da Natureza		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	---
<p>EMENTA: As principais causas de problemas ambientais; efeitos da degradação ambiental do meio ambiente; a importância da conservação ambiental; queimadas; desmatamento; lixo; poluição ambiental; impacto ambiental das grandes barragens; problemas de impacto ambiental no Piauí. Fundamentos teórico-metodológicos da Educação ambiental. Educação Ambiental: conceito e importância no ensino fundamental e médio. Relação entre saúde,</p>		

educação e meio ambiente. As dimensões do desenvolvimento sustentável.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ACSELRAD, H. *Ecologia direito do cidadão*: coletânea de textos. Rio de Janeiro: J.B. 1993.

BERNA, Vilmar. *Como fazer educação ambiental*. São Paulo: Paulus, 2001.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia legal. *Direito do meio Ambiente e Participação Popular*/ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e renováveis Brasileiros: IBAMA. 1994.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DASHEFSKY, H.S. *Dicionário de Ciência Ambiental*. Guia de A a Z. São Paulo: Gaia, 1995.

ISAIA, Enise Bezerra Ito (org). *Reflexões e práticas para desenvolver a educação ambiental na escola*. Santa Maria: Ed. IBAMA, 2000.

MEDINA, Naná Mininni; SANTOS, Elizabeth da Conceição. *Educação ambiental: uma metodologia participativa de formação*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2000.

NEAD, O. *Ensino de ciências e educação ambiental*. Cuiabá: NEAD, IE, UFMT (CDROM) 2001.

SATO, Michèle (Coord.) et al. *Ensino de ciências e as questões ambientais*. Cuiabá: NEAD, UFMT, 1999.

DISCIPLINA: Relações Sócio-Étnico-Raciais e Cultura Afro-brasileira

CÓDIGO:

DEPARTAMENTO: Fundamentos da Educação

Créditos:

Carga Horária:

Pré-requisito(s):

3.1.0

60h

EMENTA: Educação para as relações sócio-étnico-raciais. Conceitos de raça e etnia, mestiçagem, racismo e racialismo, preconceito e discriminação. Configurações dos conceitos de raça, etnia e cor no Brasil: entre as abordagens acadêmicas e sociais. Cultura afro-brasileira. Políticas de Ações Afirmativas e Discriminação Positiva – a questão das cotas. Trabalho, produtividade e diversidade cultural. As questões éticas, estéticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e

sociocultural como princípios de equidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MCLAREN, Peter. *Multiculturalismo crítico*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu Da Silva (org). *Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas Híbridas*. Edusp: São Paulo, 2003

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Superando o racismo na escola*. 2. ed. Brasília: Ministério da educação, 2005.

BRASIL. *Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº 10.639/03*. Brasília: Ministério da educação, 2005.

PAIXÃO, Marcelo. *Desigualdade nas questões racial e social*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SANTOS, Renato Emerson dos. (org.) *Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na geografia do Brasil*. 2 ed. Belo Horizonte: Gutemberg, 2009.

DISCIPLINA: Letramento e Surdez		CÓDIGO:
DEPARTAMENTO: Letras - LIBRAS		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	Educação Bilíngue
EMENTA: O processo de aquisição de língua pelo sujeito surdo. O processo de ensino-aprendizagem de língua pelo sujeito surdo. Conceitos de letramento. Estudo das práticas sociais de leitura e escrita e análise de sua relação com as práticas escolares. Letramento e Surdez. Práticas de letramento na relação LIBRAS/Português.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		

ALMEIDA, M. A.; MENDES, E. G. *A escola e o público alvo da educação especial: apontamentos atuais*. São Carlos: ABPEE/Marquezzine & Manzini Editora, 2014.

SIGNORINI, I. (Org.). *Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

QUADROS, Ronice Muller de. *Educação de surdos a aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FERNANDES, Sueli. Letramento na Educação Bilíngue para Surdos. In: BERBERIAN, Ana Paula; MASSI Giselle; DE ANGELIS, Cristiane C. Mori (orgs.) *Letramento: referências em Saúde e Educação*. São Paulo: Plexus, 2006.

FERNANDES, Sueli. *Educação bilíngue para surdos: trilhando caminhos para a prática pedagógica*. Curitiba: SEED/DEE, 2004.

SKLIAR, Carlos. (Org.). *Atualidade da Educação Bilíngue para Surdos*. Porto Alegre: Editora Mediação, 1999.

FERNANDES, E. (Org.). *Surdez e Bilinguismo*. Porto Alegre: Meditação, 2010.

LODI, A. C. et al. (Org.). *Letramento e minorias*. Porto Alegre: Mediação, 2002.

DISCIPLINA: Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa	CÓDIGO
DEPARTAMENTO: Letras Libras	
PRÉ-REQUISITOSREQUISITO:	-----

EMENTA: Estudo da prosa de ficção de autores expoentes das literaturas africanas de expressão portuguesa. Conceitos teóricos que norteiam o fazer literário contemporâneo: categorias narratológicas tradicionais. História da literaturas: hibridismo linguístico, humor, tradições africanas, visão de mundo, tempo e espaço, percepção.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ABDALA JUNIOR, Benjamin. *De Vãos e Ilhas: literatura e comunitarismos*. Cotia: Ateliê Editorial, 2003.

CHAVES, Rita. *A formação do romance angolano* – Maputo; São Paulo: FBLP; Via Atlântica USP, 1999.

FERREIRA, Manuel - *Literaturas africanas de expressão Portuguesa*. V. II. Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1977.

HAMILTON, Russell - *Literatura africana, literatura necessária*. Lisboa, Ed. 70, 1981.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARBEITOS, Arlindo; APA, Livia e DÁSKALOS, Maria Alexandre (Org). *Poesia africana de língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lacerda editores, 2003.

CHAVES, Rita. *Angola e Moçambique*. Experiência colonial e territórios literários. Cotia: Ateliê editorial, 2005.

DOSSIÊ de LITERATURAS AFRICANAS. Revista *Via Atlântica*. Programa de Pós-graduação em Estudos comparados da FFLCH da USP/São Paulo (Vários números)

MACEDO, Tania. *Angola e Brasil: estudos comparados*. São Paulo: Via Atlântica, 2002.

MADRUGA, Elisalva. *Nas trilhas da descoberta: a repercussão do modernismo brasileiro na literatura angolana*. João Pessoa: Editora Universitária, 1998.

7 INFRAESTRUTURA FÍSICA

7.1 Instalações, equipamentos

O curso de Letras - LIBRAS é vinculado ao Centro de Ciências Humanas e Letras e possui particularidades que necessitam ser destacadas.

Por ser um curso que desenvolve estudos linguísticos que envolvem uma língua de modalidade visuoespacial, o uso de instrumentos e recursos visuais é recorrente. Portanto, nesse ambiente acadêmico, é corriqueira a realização de atividades e pesquisas com o uso de vídeos e a produção de material didático visualmente adaptado.

INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

ITEM	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO	QUANTIDADE
01.	Sala de aula	05
02.	Laboratório de edição	01
03.	Gabinete de professor	14
04.	Sala de Intérpretes	01
05.	Miniauditório	01
06.	Secretaria	01
07.	Coordenação	01
08.	Copa	01
09.	Banheiro	04
10.	Banheiro PNE	02
11.	Projektor multimídia	04
12.	Câmera fotográfica Sony	01
13.	Aparelho gravador	04
14.	Microfone estúdio yoga ygm-400	02
15.	Filmadora fotográfica digital	01
16.	Filmadora digital	02
17.	Computador tipo 1	03
18.	No-break 1.400 VA	03
19.	Desktop - CPU	01
20.	Tela tipo 1	01

21.	Impressora Lexmark MS610de	01
-----	----------------------------	----

7.2 Biblioteca

As demandas bibliográficas do curso de Licenciatura em Letras-LIBRAS são atendidas pela Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castelo Branco (BCCB), a qual contém atualmente, em seu acervo, obras constantes nas bibliografias obrigatórias e complementares utilizadas nas disciplinas do curso em quantidade suficiente de exemplares para atender tanto aos alunos matriculados quanto aos futuros alunos, considerando a oferta anual de 30 novas vagas:

- 1º semestre: 206 exemplares da bibliografia obrigatória e 204 exemplares da bibliografia complementar
- 2º semestre: 154 exemplares da bibliografia obrigatória e 145 exemplares da bibliografia complementar
- 3º semestre: 113 exemplares da bibliografia obrigatória e 93 exemplares da bibliografia complementar
- 4º semestre: 61 exemplares da bibliografia obrigatória e 101 exemplares da bibliografia complementar
- 5º semestre: 105 exemplares da bibliografia obrigatória e 58 exemplares da bibliografia complementar
- 6º semestre: 103 exemplares da bibliografia obrigatória e 110 exemplares da bibliografia complementar
- 7º semestre: 145 exemplares da bibliografia obrigatória e 259 exemplares da bibliografia complementar
- 8º semestre: 206 exemplares da bibliografia obrigatória e 220 exemplares da bibliografia complementar

Quanto às solicitações à BCCB para atualização do acervo bibliográfico referente ao curso, são seguidas as orientações contidas no PDI 2015-2019 sobre a política de atualização do acervo das bibliotecas integrantes do SIBi, que “obedece à normatização interna da BCCB, a qual prevê a atualização semestral das obras, após o encaminhamento das demandas oriundas das Coordenações de Cursos e Programas pelos Diretores das Unidades de Ensino”.

8 DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

8.1 Equivalência entre projetos pedagógicos

Matriz Curricular 2019			Matriz Curricular 2014			
CÓDIGO	DISCIPLINAS 1º PERÍODO	CH	CÓDIGO	DISCIPLINAS	CH	Período
DFE0097 DFE0080 →	História da Educação	60	DFE0097 DFE0080 ←	História da Educação	60	1
DFE0095 DFE0081 →	Filosofia da Educação	60	DFE0095 DFE0081 ←	Filosofia da Educação	60	1
→	Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas	60	LIBRAS002 ←	Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas	60	1
→	Língua Brasileira de Sinais I	60	LIBRAS003 ←	Língua Brasileira de Sinais I	60	1
→	Leitura e Produção de Texto I	45	LIBRAS004 ←	Leitura e Produção de Texto I	60	1
LIBRAS001 →	Seminário de Introdução ao Curso	15	LIBRAS001 ←	Seminário de Introdução ao Curso	15	1
→	Estudos Linguísticos I	45	LIBRAS007 ←	Linguística I	60	2
CÓDIGO	DISCIPLINAS 2º PERÍODO	CH	CÓDIGO	DISCIPLINAS	CH	
DFE235 DFE0096 DFE0084	Sociologia da Educação	60	DFE235 DFE0096 DFE0084	Sociologia da Educação	60	2

DFE0093 →			DFE0093 ←			
DFE236 DFE0083 DFE0092 DFE0098 DFE0197 DFE219 →	Psicologia da Educação	60	DFE236 DFE0083 DFE0092 DFE0098 DFE0197 DFE219 ←	Psicologia da Educação	60	2
→	Escrita de Sinais I	60	LIBRAS031 ←	Escrita de Sinais I	60	7
→	Língua Brasileira de Sinais II	60	LIBRAS005 ←	Língua Brasileira de Sinais II	60	2
→	Estudos Linguísticos II	45	LIBRAS007 ←	Linguística I	60	--
	Leitura e Produção de Texto II	45		Sem equivalente	--	--
	Estudos Interculturais	30		Sem equivalente	--	--
CÓDIGO	DISCIPLINAS 3º PERÍODO	CH	CÓDIGO	DISCIPLINAS	CH	
DFE237 DFE0078 DFE0082 DFE0099 DFE0148 DFE221 →	Legislação e Organização da Educação Básica	60	DFE237 DFE0078 DFE0082 DFE0099 DFE0148 DFE221 ←	Legislação e Organização da Educação Básica	60	3
DMTE373 DMT0157 DMT0208	Didática Geral	60	DMTE373 DMT0157 DMT0208	Didática Geral	60	3

DMT0201			DMT0201			
DMT0002			DMT0002			
DMT0296			DMT0296			
→			←			
→	Escrita de Sinais II	60	LIBRAS022	Escrita de Sinais II	60	7
			←			
→	Teoria de Aquisição da Linguagem	45	LIBRAS030	Teoria de Aquisição da Linguagem	60	5
			←			
→	Língua Brasileira de Sinais III	60	LIBRAS014	Língua Brasileira de Sinais III	60	3
			←			
→	Linguística da LIBRAS I	60	LIBRAS015	Fonética e Fonologia da LIBRAS	60	3
			←			
CÓDIGO	DISCIPLINAS	CH	CÓDIGO	DISCIPLINAS	CH	
	4º PERÍODO					
DMTE395	Avaliação da Aprendizagem	60	←	Avaliação da Aprendizagem	60	4
DMT0170						
→						
→	Língua Brasileira de Sinais IV	60	LIBRAS017	Língua Brasileira de Sinais IV	60	4
			←			
→	Linguística da LIBRAS II	60	LIBRAS026	Morfologia e Sintaxe da LIBRAS	90	4
			←			
→	Estudos Surdos I	60	LIBRAS006	Estudos Surdos I	60	2
			←			
→	Introdução aos Estudos da Literatura	60	LIBRAS016	Teoria da Literatura I	60	3
			←			
→	Educação Bilíngue	45	LIBRAS021	Educação Bilíngue	60	6
			←			
CÓDIGO	DISCIPLINAS	CH	CÓDIGO	DISCIPLINAS	CH	
	5º PERÍODO					

→	Ensino de Libras: teoria e prática	60	DMTE409 ←	Metodologia do Ensino de Letras - LIBRAS	60	6
→	Linguística da LIBRAS III	45	LIBRAS026 ←	Morfologia e Sintaxe da LIBRAS	90	4
	Literatura em Língua Portuguesa ⁶	60	LIBRAS027 ←	Introdução à Literatura Portuguesa	60	4
			LIBRAS029 ←	Literatura Nacional I	60	5
			LIBRAS032 ←	Literatura Nacional II	60	6
			LIBRAS035←	Literatura Nacional III	60	7
			LIBRAS037 ←	Literatura Nacional IV	60	8
→	Introdução aos Estudos da Tradução	60	LIBRAS019 ←	Introdução aos Estudos da Tradução	60	5
→	Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas	60	LIBRAS018 ←	Linguística Aplicada I	60	4
CÓDIGO	DISCIPLINAS 6º PERÍODO	CH	CÓDIGO	DISCIPLINAS	CH	
→	Linguística da LIBRAS IV	60	LIBRAS028 ←	Semântica e Pragmática	60	5
→	Literatura Surda I	60	LIBRAS024 ←	Literatura Surda	60	8
→	Tradução e Interpretação da Língua de Sinais I	60	LIBRAS036 ←	Tradução e Interpretação da Língua de Sinais I	60	7
→	Estágio Obrigatório I ⁷	135	DMTE397	Estágio Obrigatório I	75	4

⁶ Para obter a equivalência da disciplina Literatura em Língua Portuguesa, o discente deverá cursar Introdução à Literatura Portuguesa, Literatura Nacional I, Literatura Nacional II, Literatura Nacional III e Literatura Nacional IV.

			←			
			DMTE398		Estágio Obrigatório II	90
			←			5
CÓDIGO	DISCIPLINAS 7º PERÍODO	CH	CÓDIGO	DISCIPLINAS	CH	
→	Produção de Materiais Didáticos para o ensino de LIBRAS como Língua Materna e Adicional	60	LIBRAS033 ←	Produção de Materiais Didáticos em LIBRAS	60	7
→	Trabalho de Conclusão de Curso I	60	LIBRAS023 ←	Trabalho de Conclusão de Curso I	60	7
→	Linguística da LIBRAS V	60	LIBRAS028 ←	Semântica e Pragmática	60	5
→	Estágio Obrigatório II	135	DMTE399 ←	Estágio Obrigatório III	120	7
CÓDIGO	DISCIPLINAS 8º PERÍODO	CH	CÓDIGO	DISCIPLINAS	CH	
→	Linguística da LIBRAS VI	60	LIBRAS038 ←	Sociolinguística	45	8
→	Trabalho de Conclusão de Curso II	60	LIBRAS025 ←	Trabalho de Conclusão de Curso II	60	7
→	Estágio Obrigatório III	135	DMTE400 ←	Estágio Obrigatório IV	120	8

CÓDIGO	DISCIPLINAS OPTATIVAS	CH	CÓDIGO	DISCIPLINAS	CH	
---------------	--	-----------	---------------	--------------------	-----------	--

⁷ Para ter a equivalência da disciplina Estágio Obrigatório I, o discente deverá ter cursado Estágio Obrigatório I e Estágio Obrigatório II.

→	Estudos Surdos II	60	LIBRAS041 ←	Estudos Surdos II	60	
	Estudo do Léxico	60		Sem equivalente		
	Reflexões sobre Linguística Aplicada e Formação de Professores	60		Sem equivalente		
→	LIBRAS Acadêmica	60	LIBRAS050 ←	LIBRAS Acadêmica	60	
→	Educação de Surdos e Novas Tecnologias	60	LIBRAS051 ←	Educação de Surdos e Novas Tecnologias	60	
→	Ensino de Português como Língua Estrangeira	60	LIBRAS053 ←	Ensino de Português como Língua Estrangeira	60	
	Gêneros textuais e ensino de língua	60		Sem equivalente		
	Letramento e multimodalidade	60		Sem equivalente		
	Libras: transcrição e escrita	60		Sem equivalente		
	Literatura Surda II	60		Sem equivalente		
	Literatura e tecnologia	60		Sem equivalente		
→	Tradução e Interpretação da Língua de Sinais II	60	LIBRAS048 ←	Tradução e Interpretação da Língua de Sinais II		
	Conversação Intercultural	60		Sem equivalente		

	Libras em Contextos	60		Sem equivalente		
→	Análise de Discurso	60	LIBRAS034 ←	Análise de Discurso	60	7º
DBIO0212 →	Educação Ambiental	60	DBIO0212 ←	Educação Ambiental	60	
	Relações Sócio-Étnico-Raciais e Cultura Afro-brasileira	60		Sem equivalente		
LIBRAS049 →	Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa	60	LIBRAS049 ←	Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa	60	

8.2 Cláusula de vigência

Considerando que há mudanças significativas neste PPC, se comparado ao anterior, acreditamos que o ideal seja que a turma com entrada em 2019.2 seja a primeira a iniciar o curso já seguindo o novo fluxograma. As turmas já em andamento, matriculadas até o 2º período poderiam optar pela migração no semestre subsequente ao de implantação do novo currículo. Entretanto, considerando que, no semestre subsequente a implantação, 2020.1, não teremos turmas cursando o 2º semestre com o PPC aprovado em 2014, não está prevista a migração entre currículos. Portanto, as turmas já em andamento deverão concluir o curso seguindo o fluxograma do PPC aprovado em 2014 até sua conclusão. O currículo relativo ao PPC 2014 deixará de ser ofertado em 2023.2

Tendo em vista as demandas geradas pelos PPCs 2014 e 2019 e a quantidade de professores lotados na Coordenação, não há previsão de problemas quanto a oferta das disciplinas, bem como ao extrapolamento da carga horária de professores.

REFERÊNCIAS

LEIS FEDERAIS

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e suas alterações. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

BRASIL, Estatuto do idoso: lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e dá outras providências.

Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.

Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências.

Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

DECRETOS

Decreto nº 3276, de 06 de dezembro de 1999. Dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na educação básica e dá outras providências.

Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.

Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

Decreto nº 6.872, de 04 de junho de 2009. Aprova o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PLANAPIR), e institui o seu Comitê de Articulação e Monitoramento.

Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Institui o Programa Nacional de Direitos Humanos.

PORTARIAS E RESOLUÇÕES DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Portaria Normativa MEC nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004. Regulamenta a introdução, na organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores reconhecidos, a oferta de disciplinas integrantes do currículo que utilizem modalidade semi-presencial.

Portaria Normativa MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação.

Portaria Normativa MEC nº 23, de 01 de dezembro de 2010. Altera dispositivos da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, que Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, Banco de Avaliadores (BASIS) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições.

Portaria Normativa MEC nº 147, de 02 de fevereiro de 2007. Dispõe sobre a complementação da instrução dos pedidos de autorização de cursos de graduação em direito e medicina, para os fins do disposto no art. 31, § 1º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Portaria Normativa MEC nº 1.383, de 31 de outubro de 2017. Aprova, em extrato, os indicadores do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação para os atos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento nas modalidades presencial e a distância do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes.

Resolução CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências.

PARECERES E RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Parecer CNE/CP nº 03, de 10 de março de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Parecer CNE/CP nº 08, de 06 de março de 2012. Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Resolução CNE/CP nº 01, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Parecer CNE/CP nº 14, de 06 de junho de 2012. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Resolução CNE/CP nº 02, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Parecer CNE/CP nº 02, de 09 de junho de 2015. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica;

Resolução CNE/CP nº 02, de 1 de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

REGRAMENTO ESPECÍFICO PARA A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007. Altera dispositivos dos Decretos nos 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

Parecer CNE/CES nº 197, de 13 de setembro de 2007. Instrumentos de avaliação para credenciamento de Instituições de Educação Superior para a oferta de cursos superiores na modalidade à distância, nos termos do art. 6º, inciso V, do Decreto nº 5.773/2006.

Parecer CNE/CES nº 564, de 10 de dezembro de 2015. Diretrizes e Normas Nacionais para a oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância.

Resolução CNE/CES nº 1, de 11 de março de 2016. Estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância.

RESOLUÇÕES DA UFPI

Resolução CEPEX nº 177/12, de 5 de novembro de 2012 - NORMAS DE FUNCIONAMENTO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Resolução CEPEX nº 054/17 – Dispõe sobre o atendimento educacional a estudantes com necessidades educacionais especiais na UFPI.

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

Instrumentos de Avaliação e Reconhecimento de Cursos de Graduação e Bacharelado, utilizados pelo Ministério da Educação – MEC / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

Anísio Teixeira (INEP), no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Acesso no Portal MEC:

<http://portal.mec.gov.br/observatorio-da-educacao/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12991-diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao>